

Aula 01

*PC-PB - História e Geografia 2021 -
Pré-Edital*

Autor:

Sergio Henrique

01 de Fevereiro de 2021

SUMÁRIO

00. Bate Papo Inicial.	2
1. A Região Nordeste	3
2. A Paraíba.	7
3. A Colonização do Nordeste	9
3.1 <i>Motivos da Colonização</i>	9
3.2 <i>Pacto ou Exclusivo Colonial</i>	10
3.3 <i>Contexto Econômico</i>	11
3.4 <i>A guerra contra os “Bárbaros”</i>	12
3.5 <i>A Lavoura Açucareira e a Mão de Obra Escrava. Por que a cana?</i>	16
4. A Escravidão e o Comércio Atlântico.	19
5. As Capitanias Hereditárias.	22
5.1 <i>Documentos Jurídicos</i>	23
6. As Invasões Estrangeiras (Franceses e Holandeses).	25
6.1 <i>As Invasões Francesas.</i>	25
6.2 <i>Invasão Holandesa em Pernambuco (1630-1654)</i>	26
6.2.1. O Governo de Maurício de Nassau.	26
6.2.2. A Expulsão dos Holandeses e a Decadência do Açúcar.	27
7. Fatores de Ocupação do Território: Jesuítas, pecuária e bandeirantismo.	31
7.1 <i>Os Padres Jesuítas</i>	31
7.2 <i>A Pecuária</i>	32
7.3 <i>O Bandeirantismo</i>	32
8. História da Colonização da Paraíba.	34
9. Questionário de Revisão	42
<i>Questionário – Somente Perguntas</i>	42
<i>Questionário – Perguntas e Respostas</i>	42
10. Exercícios.	48
11. Considerações Finais.	102



00. BATE PAPO INICIAL.

Olá querido amigo concurseiro. Está tentando ingressar no **serviço público**, uma área que atrai por várias razões: Tanto pela estabilidade e possibilidades de progressão na carreira quanto pelo viés cidadão de ocupar uma vaga de um cargo importante para a sociedade. São várias as motivações pelas quais você está tentando. Um salário melhor, estabilidade para cuidar da família... Enfim. São tantas coisas. E elas devem te acompanhar a todo o momento de preparação. É onde você encontrará **motivação** nas horas mais difíceis, quando até mesmo podemos ter a ideia absurda de desistir. A motivação é o combustível necessário para a sua preparação. Motivação associada à disciplina de estudos é a chave do sucesso.

Motivação, Disciplina e Estratégia. É o tripé do sucesso e estou aqui com a equipe **Estratégia Concursos** para levá-lo ao sucesso e alcançar seus objetivos. Vamos logo, pois não temos tempo a perder. Nosso tempo é valioso. Mas fique tranquilo. O nosso conteúdo tem uma quantidade razoável de assuntos, mas que distribuídos em várias aulas, bem detalhadas. Vamos estudar tudo, bem detalhadamente, então pode conter a ansiedade. Tudo vai correr bem e foi devidamente distribuído para que você possa alcançar seu almejado sucesso. Leia e releia suas aulas. Faça e refaça seus exercícios. A repetição é a mãe do aprendizado. A memorização deve vir da repetição dos exercícios e do acúmulo das leituras. É a melhor forma de memorizar o conteúdo. Aos poucos e através da repetição.

É com grande prazer que venho desenvolver com vocês a disciplina de História e Geografia da Paraíba. Sou o professor Sérgio Henrique, Historiador, licenciado em geografia e professor de Ciências Humanas no **Estratégia concursos** e cursos presenciais. Sou professor há mais de 15 anos e já ministrei várias disciplinas, do ensino fundamental ao superior, como servidor público e na rede privada. Nos primeiros anos de carreira focando em ensino e aprendizado para jovens e empreendedorismo. Na última década dedico-me para exames de alta complexidade e exigência em concursos públicos militares e preparatórios para o ENEM. O fórum de dúvidas é um instrumento fundamental de contato e para que possamos nos comunicar com maior dinamismo.

Neste curso teremos um conteúdo bem completo e trabalhado em detalhes. Abordaremos uma contextualização Histórico-Geográfica do Estado da Paraíba, teremos muitas questões comentadas, organizarei resumos e vídeo aulas detalhadas e produzidas sob medida para seu certame. Sem mais delongas, vamos ao trabalho.



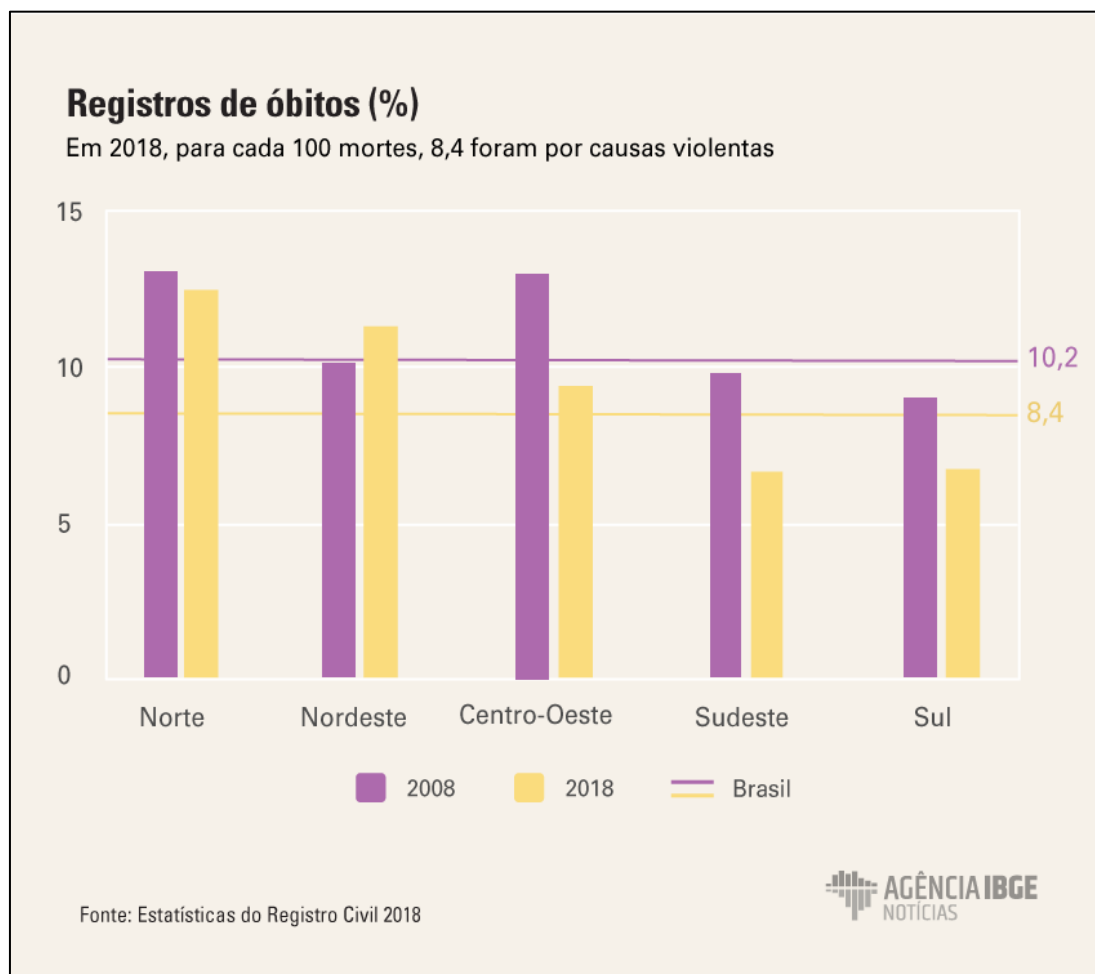
1. A REGIÃO NORDESTE

A região nordeste é formada pelos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia. O Nordeste é dividido em sub-regiões como podemos ver abaixo:



A região Nordeste possui os índices de desenvolvimento humano (IDH) mais baixos do país. Atualmente a porcentagem de analfabetos gira em torno de 15% da população, a maior entre as regiões brasileiras, bem como a maior mortalidade infantil, que apesar de ter diminuído na última década de 34,5 para 33 por mil nascidos vivos até o 1 ano, ainda é uma alta mortalidade infantil, o que denota imediatamente as condições de vida precárias em que vive parte da população, sobretudo no sertão. Ocorreram avanços econômicos e sociais na última década com o desenvolvimento da indústria na Mata e diminuição da desnutrição, mas ainda, por exemplo, somente 48% dos municípios nordestinos são servidos por rede de esgoto canalizada, índice pior que o da região norte.

Estudos do IBGE também revelam que o percentual de registros de óbitos por causas não naturais no Brasil, aquelas motivadas por violência como homicídios, suicídios e acidentes de trânsito, em comparação com 2008, houve queda de 10,2% para 8,4% do total de óbitos registrados. Todas as regiões apresentaram queda, exceto o Nordeste, que subiu de 10,2% para 11,4%.



No primeiro censo demográfico feito no Brasil em 1872 – encomendado por D. Pedro II, o Nordeste era a região mais populosa do país, com cerca de 4,6 milhões de habitantes (46% da população brasileira). No censo seguinte, que só ocorreu em 1890, já foi superado pelo Sudeste, situação que ainda se mantém. O ciclo do café e a modernização com a implantação de ferrovias e a imigração europeia desenvolveram o Sudeste que se tornou área de atração de imigrantes tanto nacionais quanto estrangeiros.

No final do século XX ocorreu o ciclo da borracha na Amazônia e isso atraiu milhares de nordestinos. Ocorreram dois ciclos da borracha: na virada do século XIX para o XX e durante a segunda guerra mundial e nos dois contextos a migração de nordestinos foi intensa. A partir da década de 60 os fluxos migratórios se direcionaram para o Centro Oeste, devido a construção de Brasília e para o Sudeste, em razão de seu desenvolvimento econômico.

A Região nordeste possui a segunda maior população regional do país, que é quase o dobro da população da região sul somada à do Centro Oeste e Norte. O que isso significa? Que a região é bastante populosa e povoada (com concentração de pessoas na Zona da Mata e Agreste). Apesar disso ao longo da segunda metade do século XX a participação da região no PIB nacional foi muito pequena e a pobreza e grandes desigualdades sociais fizeram que a região tivesse um histórico de



fluxos migratórios para as áreas com novas frentes econômicas e a maior oferta de emprego e renda. Além disso, há migrações motivadas por longos períodos de seca. Vale destacar que atualmente o IBGE tem indicado um aumento na imigração de retorno, principalmente vinda do Sudeste.

A população e as cidades concentram-se no litoral e isso confere um alto potencial turístico devido às belas paisagens naturais, e pelos monumentos históricos, pois **o Brasil foi formado a partir do Nordeste**. Destacam-se as festas populares, como a festa junina de Campina Grande, que é talvez a mais emblemática da Paraíba, lembrando que a diversidade de manifestações festivas populares é muito grande e profundamente influenciadas pela cultura africana.

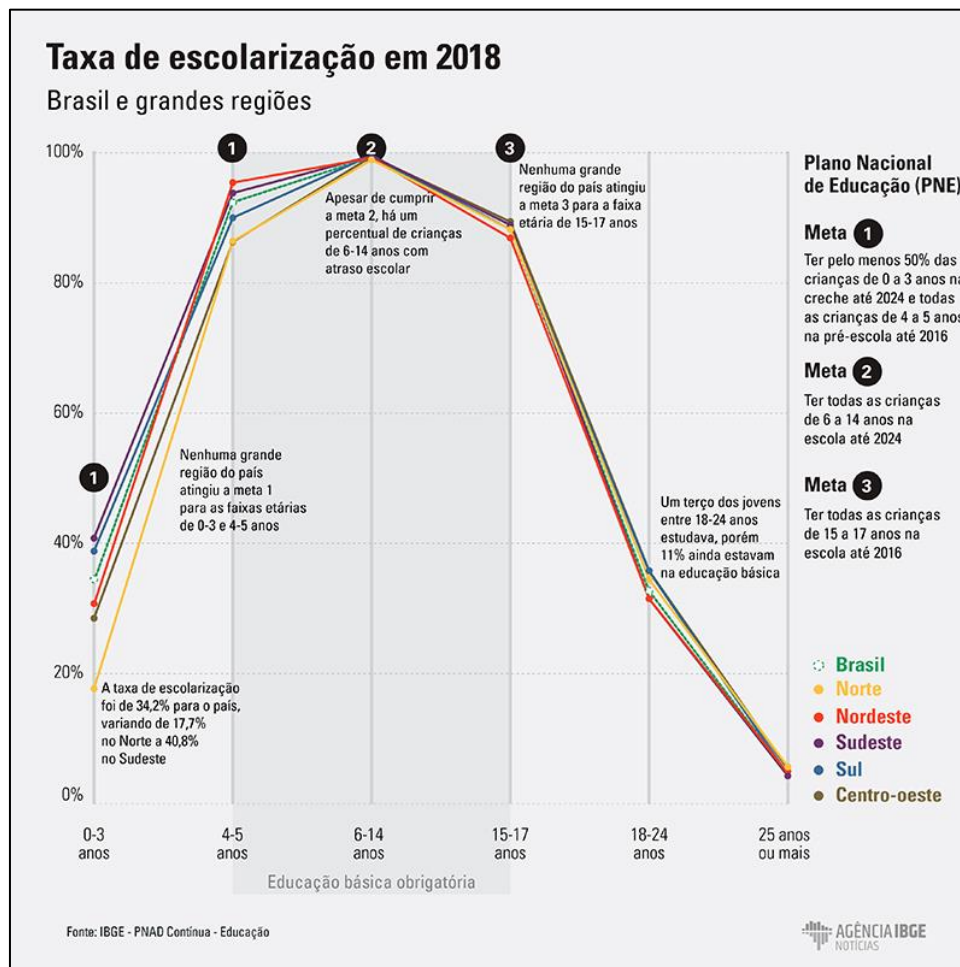
A população urbana (residente nas cidades) já é maior que 75%, mas é a taxa de população urbana das regiões brasileiras, no entanto é a região com maior número de municípios. A economia vem apresentando crescimento, sobretudo na zona da Mata em que a indústria tem se desenvolvido bastante, e se pensarmos o conjunto nordestino, temos uma grande produção automobilística, petrolífera e também um expressivo crescimento na área da informática. A principal razão para isso é o que chamamos de Guerra fiscal, ou seja, a disputa entre os estados brasileiros para atrair investimentos através de incentivos como oferecimento de infraestrutura, mão de obra barata e baixos impostos. Também a realização de grandes obras de engenharia civil como a transposição do Rio São Francisco, cujo eixo leste transposto para o rio Paraíba.

Os índices de educação no Nordeste têm ganhado destaque em rankings nacionais. Mas, apesar dos avanços na alfabetização, na escolarização das crianças e jovens e no nível de instrução das pessoas de 25 anos ou mais, entre 2016 e 2018, persistem diferenças regionais e por cor ou raça na educação. Em 2018, havia 11,3 milhões de pessoas com 15 anos ou mais que não sabiam ler e escrever, o equivalente a uma taxa de analfabetismo de 6,8%. Em relação a 2017, houve uma redução de 121 mil analfabetos. Entre pessoas brancas, 3,9% eram analfabetas, enquanto para as de cor preta ou parda a taxa chegou a 9,1%. O analfabetismo concentrava-se na faixa de 60 anos ou mais, atingindo 18,6% das pessoas desse grupo de idade, proporção que representa 6 milhões de idosos analfabetos. A taxa de analfabetismo reflete as desigualdades regionais, com as taxas mais elevadas no Nordeste (13,9%) e Norte (8%), enquanto no Sudeste era de 3,5%.

Apesar da melhora do quadro do analfabetismo, a pesquisa mostrou que 52,6% da população de 25 anos ou mais não completaram a educação escolar básica e obrigatória em 2018, ou seja, não concluíram no mínimo o ensino médio. No Nordeste, o percentual chegava a 61,1%. A proporção da população com pelo menos o ensino médio completo nessa faixa etária cresceu de 45% para 47,4%, entre 2016 e 2018. Outro aumento em destaque é o percentual de pessoas com o ensino superior completo, que passou de 15,7% em 2017 para 16,5% em 2018.

Com relação à cor ou raça, 55,8% dos brancos haviam completado, no mínimo, o ciclo básico, já entre os pretos ou pardos esse percentual foi de 40,3%. Entre as mulheres, 49,5% tinham alcançado, ao menos, o ensino médio completo e entre os homens, 45%.





2. A PARAÍBA.

O estado da Paraíba possui terras em 3 das quatro sub-regiões nordestinas: Na Zona da Mata no Litoral, no Agreste e a maior extensão no sertão.

A região da Zona da Mata caracteriza-se por ser a área de ocupação mais antiga com a instalação dos engenhos de cana de açúcar coloniais. Foi alvo de ataque na colônia por franceses e holandeses. Até hoje predomina a grande propriedade monocultora. Hoje é a paisagem mais transformada pelo homem e concentra a população, as cidades e as indústrias.

O agreste é uma área de ocupação posterior aos engenhos com o desenvolvimento da pecuária. Possui clima mais ameno devido as maiores altitudes do planalto da Borborema, predomina pequenas propriedades com agricultura familiar e é o celeiro agrícola nordestino, pois abastece de alimentos o sertão e a mata.

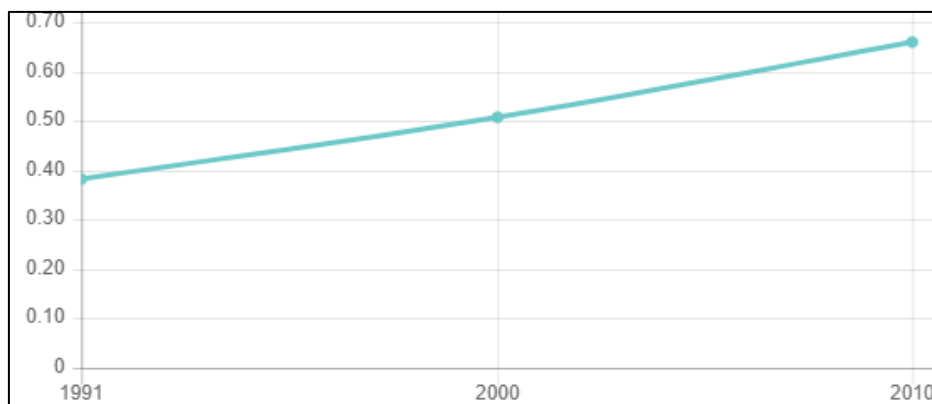
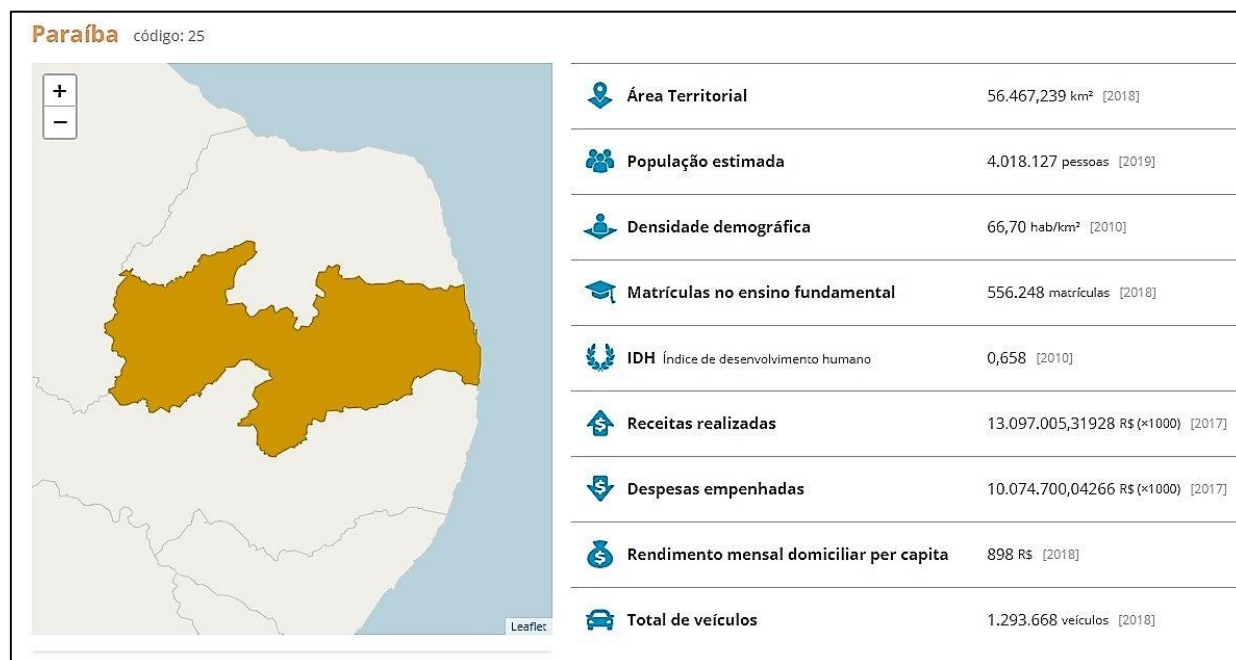
O sertão Paraibano possui os piores índices sociais e a maior concentração de renda e fundiária (das terras). Historicamente é marcada pelos rigores da seca. Os moradores da Ponta do Seixas são os primeiros brasileiros do continente a ver o sol nascer, pois o município é o ponto extremo oriental da América do Sul. O litoral possui muitos atrativos e 117 quilômetros de extensão, é quase todo de praias de águas tranquilas, areia fina e coqueirais. No interior, Campina Grande destaca-se pelo forró e pela festa de São João. O município de Souza atrai visitantes com as pegadas de animais pré-históricos no Sítio Paleontológico do Vale dos Dinossauros.

O território Paraibano está localizado nos compartimentos de relevo: Depressão Sertaneja, Planalto da Borborema e a planície litorânea. A caatinga cobre a maior parte do território e a agricultura é restrita ao litoral e na extensão da Zona da Mata e até hoje o principal produto é a cana de açúcar. Mandioca, milho, banana e abacaxi também têm importante participação. Os principais segmentos industriais são têxtil, alimentício e de produtos de couro.

É o 22º de 27 unidades da federação (26 estados e o DF) em qualidade de vida. O IDH (índice de desenvolvimento humano) da Paraíba está em 23º, das 27 Unidades Federativas do Brasil, na frente somente dos estados do Pará (0,646), Piauí (0,646), Maranhão (0,639) e Alagoas (0,631). Os índices de violência são altos e uma das maiores taxas de homicídios do país e de violência contra a mulher. A coleta de esgoto alcança 50,1% dos domicílios e 81,5% têm acesso à água encanada.

João Pessoa é considerada a capital mais arborizada do país. A cidade é centro turístico em razão das praias, como Tambaú e Cabo Branco, e da arquitetura barroca, como o conjunto São Francisco e o Convento Igreja Nossa Senhora do Carmo.





Série Histórica do IDH da Paraíba (1991-2010)



Agora vou convidá-los a iniciar os estudos históricos da Paraíba. Para tanto, vou dar uma dica e orientarei o conteúdo da seguinte forma: vamos inicialmente falar dos aspectos gerais da colonização do nordeste e em seguida um tópico para focarmos apenas na realidade paraibana. Porque tomar este caminho? Por uma razão bem simples: A maior parte das questões de concursos regionais, exige conhecimento de dados locais bastante específicos, mas também exige que o candidato domine o conteúdo histórico e o contexto da época. Se você já conhece bem a história do Brasil colonial, pode ir direto para o tópico da História da Paraíba e exercícios.

3. A COLONIZAÇÃO DO NORDESTE

A história da Paraíba colonial seguiu a história colonial nordestina numa lógica comum: A introdução do engenho canavieiro, o modelo agrícola de plantation, a mão de obra escrava, e entre as dificuldades de colonização podemos apontar as invasões estrangeiras tanto de franceses quanto holandeses, além dos conflitos com os indígenas.

Para ganharmos tempo sugiro que se você já domina os temas aqui tratados (cana, capitanias, igreja e escravidão) pode ir direto para o tópico da Paraíba no contexto e foque nos dados específicos da História do estado. Mas o que eu recomendo é a leitura completa do texto para que os conceitos possam se desenvolver melhor na sua cabeça.

3.1 MOTIVOS DA COLONIZAÇÃO

A decisão de povoar o Brasil foi tomada em 1530, pois o rei resolveu mandar uma expedição com este objetivo. **Martim Afonso de Souza**, nomeado comandante da expedição, partiu para o Brasil naquele ano. Percorreu e explorou o litoral, promovendo também incursões de reconhecimento pelo interior. Aqui permaneceu até 1533. Fundou a primeira cidade (a primeira **oficialmente** fundada) São Vicente e montou o primeiro engenho de açúcar do Brasil.

A colonização do Brasil ocorreu quase que acidentalmente. Mais precisamente às pressas e sem um projeto definido de exploração e ocupação. O que estimulou a coroa portuguesa colonizar nosso território são basicamente dois motivos:

- ✓ **O comércio de especiarias com o oriente estava em decadência** (devido ao aumento da concorrência internacional e a diminuição do preço dos produtos devida maior oferta) e;
- ✓ **A ameaça estrangeira** cada vez maior, o que de fato impeliu Portugal à colonização. Éramos uma colônia de exploração, ou seja, estávamos sujeitos à uma relação de exploração de nossos recursos e dependência legal (uma colônia não possui autonomia. É administrada pela metrópole) expressos no pacto colonial.



3.2. PACTO OU EXCLUSIVO COLONIAL



A ocupação do Brasil, entre 1500 e 1534, foi apenas comercial. Foram estabelecidas feitorias com o intuito de garantir a propriedade da coroa portuguesa sobre as terras brasileiras. Nesta época, a metrópole comercializava do Brasil, apenas produtos de pouco lucro, como animais silvestres (macacos, onças, pássaros, etc.) e madeiras (entre outras, pau-brasil). As feitorias não asseguravam para a coroa portuguesa, riqueza imediata, porém, significavam um tipo de “carta na manga” estrategicamente importantíssima, do ponto de vista geográfico, político e econômico.

Nas nações europeias reinavam a ideia mercantilista que defendiam que a riqueza de um país era obtida através do superávit da balança comercial, ou seja, exportando mais do que importando e formando barreiras à importação (política protecionista). Pois assim poderia acumular cada vez mais metais preciosos, que seriam frutos do pagamento de outras nações. Só exportar muito, não era o bastante; teria de exportar produtos com valor alto, assim não correndo o risco de exportar menos do que importar e mesmo assim receber menos do que o valor importado.

A ideia mercantilista se espalhou pela Europa, ficando cada vez mais difícil uma nação europeia obter superávit em relações comerciais com outras nações europeias. As metrópoles precisaram buscar novas alternativas de mercado, em que as colônias vieram a solucionar grandes dos problemas comerciais metropolitanos: primeiro a falta de mercado para se exportar; e segundo a obtenção de insumos baratos para beneficiamento nas manufaturas metropolitanas.

Portugal decide colonizar o Brasil segundo a filosofia mercantilista. Estabelece então para o Brasil, o chamado Pacto Colonial; este pacto fazia o Brasil colônia, refém e extremamente dependente da coroa portuguesa. Através do Pacto Colonial era imposto que a colônia só poderia exportar para Portugal ou para os mercadores que convinhas a Portugal; por consequência desse exclusivismo os mercadores conseguiam barganhar preços muito vantajosos. A metrópole também tinha reserva sobre o mercado brasileiro. A colônia Brasileira só poderia importar de Portugal ou se não de outra nação que a metrópole permitisse. Esse regime de comércio é chamado de exclusivismo metropolitano, considerado a grande razão da transferência de riquezas do Brasil colonial para metrópole Portugal.



O exclusivismo metropolitano fazia com que muitos produtos produzidos nas colônias fossem exportados para Europa, onde eram transformados pelas manufaturas em produtos acabados, e da Europa eram exportados para o Brasil com preço agregado, preço superior aos preços pagos pelo produto na Europa. O preço dos produtos coloniais era constituído pelo fundo de depreciação, ou seja, reserva que a colônia deveria ter para manter a capacidade de produção, mais fundo de manutenção, que consistia na reserva que a colônia deveria ter para reparar perdas referentes principalmente a mão-de-obra, garantir o que o trabalhador precisava para continuar trabalhando mesmo escravos, e, finalmente, o excedente econômico. O fundo de depreciação mais o fundo de manutenção formavam o mínimo que a colônia precisa receber para continuar produzindo constantemente. Então, a parte negociável da produção colonial era o excedente econômico. O preço pago pelos mercadores não poderia ser menor que a soma dos custos de depreciação e manutenção dos trabalhadores, porém o preço pago pelos mercadores era menor que o preço de produção da mercadoria colonial.



Déficit: quando o total de importações supera o total de exportações.

Superávit: quando o total de exportações supera o total de importações.

3.3. CONTEXTO ECONÔMICO

Mercantilismo: lembre-se das características do mercantilismo que aprendemos na aula 00: intervenção do Estado na economia, metalismo, busca de superávit (balança comercial favorável), colonialismo.

No início da colonização foi criado o sistema de capitanias, que não se mostrou eficiente. Entre as razões que não deram certo foi a grande resistência dos indígenas. Veremos mais detalhes sobre a organização e o funcionamento político da capitania de Pernambuco, mas agora é importante lembrarmos que quando foi fundada, o território abrangia quase todo o nordeste setentrional (norte do nordeste). Os atuais territórios dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

Em linhas gerais, a economia na América portuguesa caracterizou-se pela exploração da mão de obra escrava, pelo latifúndio, pela cultura de produtos tropicais e pela exploração de metais e pedras preciosas. Outras atividades também desempenharam papel importante, coexistindo com



aquelas que interessavam mais diretamente à política mercantilista metropolitana. A produção de açúcar foi a primeira dessas atividades estratégicas. A implantação da “agroindústria açucareira” articulou a América, centro da produção, e a África, fornecedora de mão de obra, e ajudou a contornar a crise da economia portuguesa, atingida pela perda do monopólio do comércio das especiarias para os ingleses e holandeses, que cresciam cada vez mais no negócio.

3.4. A GUERRA CONTRA OS “BÁRBAROS”.

Colonizar o Brasil foi missão das mais difíceis. A coroa portuguesa não tinha recursos para o projeto e o transferiu para a iniciativa privada: através do sistema de capitanias e a produção de cana de açúcar. As primeiras expedições que chegaram aqui passaram por muitas dificuldades, entre elas, se não a maior, a resistência dos indígenas à colonização portuguesa. Os indígenas possuíam uma cultura de guerreiros, e a maior parte dos contatos com os europeus foi conflituoso, na Paraíba principalmente contra os Potiguaras. Em muitas áreas do litoral nordestino, na zona da mata, os colonos portugueses travaram guerras contra as tribos locais.

Nas primeiras décadas da colonização, até o do século XVII, os conflitos com os indígenas ficaram conhecidos como guerra contra os bárbaros. Os conflitos começaram com o início da colonização. Os primeiros contatos foram pacíficos e os indígenas não foram escravizados. Eram explorados através do **escambo** e do **cunhadismo**.



Escambo: troca comercial sem o envolvimento de moeda ou objeto que se passe por esta.

Cunhadismo: velho uso indígena de incorporar estranhos à sua comunidade; consistia em lhes dar uma moça indígena como esposa. Os portugueses aproveitaram dessa prática.

Quando Portugal decidiu pela colonização as visões sobre o índio mudaram: inicialmente eram descritos como inocentes e bons. A partir de 1530, são descritos como “bárbaros”, violentos, sem religião e com práticas abomináveis como a antropofagia (que para o índio tinha um significado simbólico). Quero que você perceba como a palavra “bárbaro” é preconceituosa. Passa uma profunda impressão de desprezo e inferioridade. Podemos dizer que o português tinha uma visão que chamamos de eurocentrismo. Via a cultura europeia como melhor e mais evoluída e lá como centro do mundo, então possuíam um profundo sentimento de superioridade em relação ao indígena. Isso serviu também de argumento para a colonização, como se os europeus tivessem o direito de ocupar e explorar as terras do Novo Mundo, pois ali havia pessoas incultas.



Desde o princípio da colonização os conflitos foram frequentes, até chegarem ao auge no fim do século XVII, no período do final da ocupação holandesa (1630–1654). Particularmente os estudos sobre este assunto se concentram entre 1693 até 1713, quando foi derrotada uma união das tribos contra os portugueses que ficou conhecida como confederação do Cariris ou Confederação dos “Bárbaros”. Também de confederação dos Janduins.

Em linhas gerais, a Guerra contra os “Bárbaros” foram longas e duras lutas que resultaram na apropriação de grande parte das terras do nordeste brasileiro. De todas as zonas brasileiras, onde os índios reagiram, longa e bravamente, às invasões dos ibéricos, nenhuma apresenta tão grande resistência como no Nordeste. A ferocidade dos indígenas, porém, é pouco pormenorizada. Ao passo que a longa e penosíssima conquista da Paraíba é relatada com minúcias pelo Frei Vicente do Salvador.

O combate aos indígenas baseava-se no conceito medieval de guerra justa, apoiado e divulgado pela Igreja, desde as cruzadas medievais contra os islâmicos. Estariam combatendo em nome da civilização e da igreja católica, contra os bárbaros, antropofágicos (canibais) e sem religião. Então esta guerra seria justa. A ideia de **Guerra Justa** é uma justificativa para a colonização e para o combate aos indígenas. Destacaram-se os colonos do nordeste, mas, sobretudo bandeirantes paulistas e padres jesuítas.

O padre jesuíta frei Vicente de Salvador, relata como foi penosa a conquista da Paraíba (na época parte da capitania de Itamaracá e Pernambuco) e os longos anos de conquista até 1586. Os principais indígenas combatidos eram os do sertão, à margem direita do São Francisco, os índios do ramo linguístico **Tapuia**. São várias tribos indígenas, designadas genericamente pelos portugueses de **Cariris**. Eles eram caçadores (diferentes dos tupis do litoral. Para os tupis eram tapuias os não tupis), produziam cerâmica e pontas de flechas e machados com pedra polida ou sílex. Genericamente os Potiguaras também eram tratados por esta designação nos relatos mais antigos.





Os confrontos com os indígenas, sobretudo os belicosos (guerreiros) Potiguares foram difíceis. Os primeiros capitães travaram profundas lutas contra os indígenas e contra invasores franceses. O capitão donatário de Pernambuco Duarte Coelho Em vários momentos seu apoio militar para o combate dos Potiguares nas terras paraibanas. Os indígenas se juntaram formando a já citada união das tribos, que ficou conhecida como confederação cariri. É importante lembrarmos que se trata de uma união entre as diversas tribos tapuias/cariris que se uniram contra os colonizadores para defender seu território, então realizavam frequentes ataques aos engenhos e vilas, causando grande destruição.

Enquanto ocorriam décadas de confronto foi instalada a lavoura açucareira, que usou a mão de obra escrava africana e contou com o suporte financeiro dos holandeses, que mais tarde invadiram a capitania de Pernambuco, dando início a um processo de colonização holandês, sobre o comando de Maurício de Nassau. Estudaremos estes assuntos nas próximas aulas, e vamos tratar agora da implantação da lavoura de cana de açúcar. Como ocorreu, porque optaram por este produto e pela escravidão. Vamos nessa.



Textos complementares:

“Inicialmente, os portugueses não afetaram a vida dos indígenas e a autonomia do sistema tribal. Enfurnados em apenas três ou quatro feitorias dispersas ao longo do litoral, dependiam dos nativos, seus ‘aliados’, para sua alimentação e proteção [...]. Mas, a partir de 1534, aproximadamente, tais relações começaram a se alterar. [...] O estilo de

vida e as instituições sociais europeias, como o regime de donatarias ou de capitanias hereditárias, entranhavam-se na nova terra. [...] Ao substituir o escambo pela agricultura, os portugueses começaram a virar o jogo. O indígena passou a ser, simultaneamente, o grande obstáculo para a ocupação da terra e a força de trabalho necessária para colonizá-la. [...] Começava, assim, a rendosa empresa de caça ao indígena, e com ela tráfico de negros da terra – termo utilizado para diferenciá-los dos negros africanos [...] a fim de abastecer os núcleos de colonização [...]. Já em 1548, o regime do governo Tomé de Sousa instruíu o governo para dobrar os índios hostis aos portugueses, dando-lhe carta branca para destruir aldeias, matar e punir rebeldes como castigo exemplar”.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. *Uma breve história do Brasil*. Rio de Janeiro: Planeta Terra, 2010. p. 24-26.

“Têm alma os índios e os negros? Onde foram parar os terríveis monstros marinhos e a zona tórrida do Equador, capaz de tudo queimar? Cadê o caos? Por que povos bárbaros e infiéis conseguiram acumular tantas riquezas? Como pessoas tão simples e ingênuas conseguem aparentar tanta felicidade? Como essa gente pode viver sem o verdadeiro Deus? Quem explica essa indiferença, esse desprezo pelo ouro, enquanto nós matamos e morremos por ele? Afinal, quem tem razão – esses povos ou nós? Que sei eu? Essas foram perguntas que europeus do século XVI se fizeram. Os grandes descobrimentos marítimos, frutos de uma série de profundas transformações em toda a Europa, geraram, por sua vez, mudanças radicais na própria Europa e em todo o mundo descoberto”,

AMADO, J.; GARCIA, L. F. *Navegar é preciso*. São Paulo: Atual, 1987. p. 62.

“Na sua estratégia de evangelização dos índios, os jesuítas entraram em conflito com os colonos, com o episcopado e com a Coroa [...]. No plano interno, os jesuítas ajudam a reduzir a autonomia paulista nos anos 1650 e favorecem a restauração da autoridade régia no Maranhão, após o levante dos Beckman (1683-84)”.

ALENCRASTRO, L. F. de. *O tratado dos viventes*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000. p. 24.

“Mais uma vez, nós, os povos indígenas, somos vítimas de um pensamento que separa e que tenta nos eliminar cultural, social e até fisicamente. A justificativa é a que somos apenas 250 mil pessoas e o Brasil não pode suportar esse ônus. [...] É preciso congelar essas ideias colonizadoras, porque elas são irreais e hipócritas e também genocidas. [...] Nós, índios, queremos falar, mas queremos ser escutados na nossa língua, nos nossos costumes”.

Marcos Terena, presidente do Comitê Intertribal Articulados dos Direitos Indígenas na ONU e fundador das Nações Indígenas. *Folha de S. Paulo*, 31 ago. 1994.



3.5. A LAVOURA AÇUCAREIRA E A MÃO DE OBRA ESCRAVA. POR QUE A CANA?

A opção por cultivar a cana de açúcar ocorreu por várias razões que vamos enumerar:



1. **Havia uma alta demanda** na Europa pelo açúcar e seus preços eram altos.
2. **A cana é um vegetal** asiático, da Índia, que possui **clima quente e úmido**. Se adaptou muito bem ao clima do litoral nordestino (tropical úmido), e ao solo fértil da região (solo de massapé).
3. **O financiamento** da produção, transporte, refino e distribuição no mercado europeu do açúcar era realizado por holandeses.



TOME NOTA!

Clima tropical úmido: É o clima da região do litoral nordestino, a zona da mata. É quente e úmido e sofre influência da umidade oceânica, e no inverno da massa polar atlântica, que provoca chuvas de inverno.

Solo de Massapé: É o solo encontrado na zona da mata. Solos são rochas desagregadas, misturada com material orgânico e microrganismos. Ele é o resultado da desagregação de duas rochas: a gnaisse e o calcário. É um solo profundo e fértil.

Para promover a efetiva ocupação da colônia, Portugal optou, por volta de 1530, pela organização de um empreendimento agrícola que fosse rentável para a Coroa e também para os investidores metropolitanos. O produto escolhido foi o açúcar, de alto preço no mercado europeu. A opção pela cana de açúcar tinha como objetivo garantir o máximo de lucro para a metrópole, que no contexto do início da colonização, encontrava-se em crise econômica e **transferiu os gastos da colonização para a iniciativa privada** através das capitanias hereditárias e dependia do financiamento e infraestrutura holandesa.

Na América Portuguesa, a produção do açúcar se desenvolveu principalmente no Nordeste, região que apresentava as melhores condições para o cultivo da cana: solo fértil e clima quente e úmido, além de estar mais próximo da Europa.

As propriedades canavieiras dos senhores mais abastados possuíam engenhos, um conjunto de instalações utilizadas no processamento da cana e no fabrico do açúcar, em geral interligadas, que incluíam a moenda, a casa das caldeiras e fornalhas e a casa de purgar. Os fazendeiros que não possuíam engenhos eram chamados de lacradores de cana. Com menos recursos, eles usavam engenhos vizinhos para moer a cana de suas propriedades, cedendo, em troca, parte do açúcar produzido: era a produção à meia. Em época de escassez dessa matéria-prima, muitos senhores de engenho emprestavam escravos e bois aos lavradores para garantir o fornecimento de cana.

Nas propriedades, com engenhos ou não, havia a casa-grande (moradia do fazendeiro), as senzalas (moradias dos escravos), casas para trabalhadores livres (feitores, mestres de açúcar, entre outros), reserva florestal (para fornecimento de madeira) e áreas de pastagem e de agricultura de subsistência.

Os flamengos (holandeses) ficavam com as atividades mais lucrativas, que envolviam o comércio internacional do açúcar. A relação com os holandeses era intensa e pacífica até 1580, quando ocorre a **União Ibérica**. Foi a união entre os dois reinos da península ibérica, Portugal e Espanha, sob domínio espanhol. Durante o período da União Ibérica os holandeses foram proibidos de participar da atividade açucareira no Brasil por serem inimigos da Espanha. Neste contexto invadiram Salvador e depois Pernambuco, onde fundaram o Brasil Holandês.

A expulsão dos holandeses em 1654 está ligada à decadência da cana de açúcar. Não há dúvidas da importância da atividade açucareira para a Holanda, mas vale ressaltar que nunca se ocuparam da produção. Nunca foram donos de um só engenho no Brasil, nem mesmo no período em que invadiram e permaneceram em Recife, atual capital de Pernambuco. Sempre se comprometeram com o financiamento, frete e comércio, principalmente.



Os engenhos foram instalados destacadamente em **Pernambuco**, Bahia, pequenas faixas territoriais maranhenses, no nordeste e **São Vicente**, litoral de São Paulo. O modelo de produção adotado foi o **Plantation**, cujas características são:

1. **Monocultura** (só se cultivava cana de açúcar).
2. **Exportação** (o objetivo é atender a demanda do exterior, no caso a metrópole).
3. **Latifúndios** (grandes extensões de terra).
4. **Escravidão** (Mão de obra escrava africana).



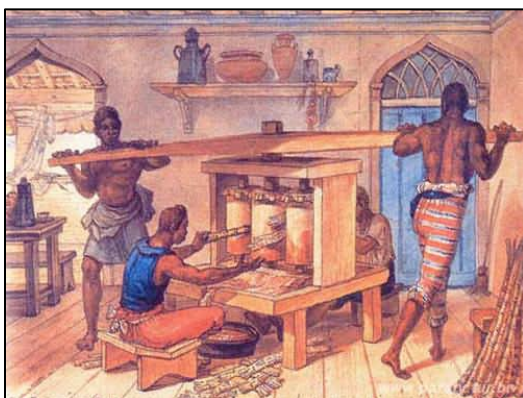
4. A ESCRAVIDÃO E O COMÉRCIO ATLÂNTICO.

A Coroa portuguesa iniciou sua política de povoamento para garantir a defesa do território americano, dar sustentação ao escambo do pau-brasil e empreender a descoberta de metais e pedras preciosas, como fizeram os espanhóis. A intensificação do plantio da cana-de-açúcar permitiu o desenvolvimento da ocupação lusitana. A produção de açúcar atraiu portugueses que formaram os primeiros núcleos populacionais. Até último quarto do século XVI, a **escravidão indígena** foi amplamente empregada nos engenhos de açúcar. Nos séculos seguintes, ela continuou a ser utilizada nas capitanias do Sul e nas regiões do Grão-Pará e Maranhão.

Gradativamente, foram introduzidos negros africanos escravizados, que acabaram por se tornar a mão-de-obra característica da produção açucareira. Além da resistência indígena, com deslocamentos de tribos para o sertão, fugas e ataques aos portugueses, a decisão repousava nos **altíssimos lucros do tráfico negroiro** para a metrópole, o que o cativo indígena estava longe de oferecer.

A escravidão africana, portanto, foi uma opção, devido a um mercado extremamente lucrativo que era o comércio de africanos, pois a demanda de braços era tão grande quanto a demanda por açúcar. Movimentava um mercado (o mercado atlântico de escravos), que era grande como a demanda europeia pelo sabor doce. *“Por que não escravizar o índio?”*, se pergunta você, mas também deve se lembrar que a Igreja Católica se posicionou através de Bulas Papais e na expansão e colonização da América, contra a escravidão do **gentio** (nativo, indígena). E não movimentava um mercado tão lucrativo e estruturado, como era o comércio de africanos.

Nesse sentido, tona-se mais claro o papel do clero e, em especial, dos jesuítas. Defensores da causa indígena, interessados na direção das suas almas, os jesuítas foram importantes aliados do Estado português até o século XVIII. Ao condenarem as injustiças cometidas contra os indígenas, ao mesmo tempo que defendiam a entrada de africanos nas terras americanas, os membros da Companhia de Jesus auxiliavam politicamente a Coroa no exercício de seu poder sobre os colonos. A escravidão africana e o tráfico, além de medidas econômicas, eram peças do arsenal político metropolitano para controlar a Colônia.



Quanto ao negro, a escravidão era denunciada por alguns religiosos, mas como um todo era tolerada e aceita, e em todo o período colonial e no império brasileiro era o sustentáculo da economia e elemento fundamental na organização da sociedade, pois todo o trabalho braçal, inclusive o de vestir seus senhores, era realizado por um cativo. A demanda por braços para o trabalho era muito grande, ao ponto de Portugal não conseguir atender a demanda. Isso gerou o comércio atlântico que fugia ao controle de Portugal: o tráfico negreiro. Os africanos escravizados eram transportados nos **navios negreiros**, cuja mortalidade era tão alta, que foram apelidados de navios tumbeiros. Eram descarregados no litoral nos mercados de escravos, onde eram vendidos, e dali seguiam para as fazendas. Para evitar a comunicação e rebeliões, separavam as famílias e as tribos. Durante todo o tempo em que ocorreu a escravidão (1530-1888), ocorreu também a resistência africana. Resistiam através de suicídios, abortos, falando as línguas de origem africana, levantes contra seus senhores, fugas e a formação de Quilombos. Durante as invasões holandesas e diante a resistência dos colonos na primeira invasão na Bahia, estimulou muito o surgimento de quilombos.



Textos complementares:

“Até o século XVIII, a produção de açúcar nas colônias americanas foi a atividade mais complexa e mecanizada conhecida pelos portugueses. A necessidade da produção em larga escala organizou o trabalho, nas unidades açucareiras, dentro de um rígido espírito de ordem, hierarquia, sequência e disciplina. Visto desse ângulo, constituiu-se, caracteristicamente, em manufatura moderna. Em seu espaço, o processo produtivo decompôs o ofício manual, especializou ferramentas, formou trabalhadores parciais, agrupando-os e combinando-os num mecanismo único.

A jornada de trabalho dos engenhos estendia-se aos limites da exaustão física: moendo ininterruptamente, utilizavam dois turnos de trabalhadores. O processo de produção, dividido em tarefas simples e executado por trabalhadores sem habilidade específica, sob a direção de alguns artesãos especializados. O trabalho sequencial não comportava paradas para mudanças de local ou de ferramentas. A matéria-prima – a cana, o caldo, o mel – percorria diferentes etapas de processamento.

[...] Durante a safra, o engenho operava vinte horas seguidas, com um descanso de quatro horas para a limpeza dos equipamentos. As canas eram colocadas nas moendas e o caldo processado na casa de cozer era sucessivamente fervido, coado, purificado, até obter o ponto para ser colocado nas formas. Estas, depois de esfriadas e colocadas nos balcões da casa de purgar, eram submetidas ao longo processo de clarificação. O açúcar



aguardaria cerca de quarenta dias para ser desenformado, dividido, pesado e encaixotado.

[...] a base desse trabalho, e de toda sociedade colonial, era o escravo negro. Era ele o fundamento de todo o processo de produção, de toda a organização do engenho e da lavoura.

[...] A atividade produtiva, no engenho, assumia realmente o caráter de trabalho (do latim *tripaliare*, torturar). Era um fardo, um sofrimento a ser suportado [...]. Era também uma atividade disciplinadora. Submetido a tarefas repetitivas, desprovidas, em si, de qualquer sentido, o escravo era levado à exaustão e à alienação. [...] a escravidão, nas unidades açucareiras do período colonial, estava intimamente ligada à violência. [...] Os castigos, as punições, os açoites, o tronco eram medidas extremas, reservadas aos que não se submetessem”.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *A civilização do açúcar (séculos XVI a XVIII)*. São Paulo: Brasiliense, 1998. p. 46-59.



5. AS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS.

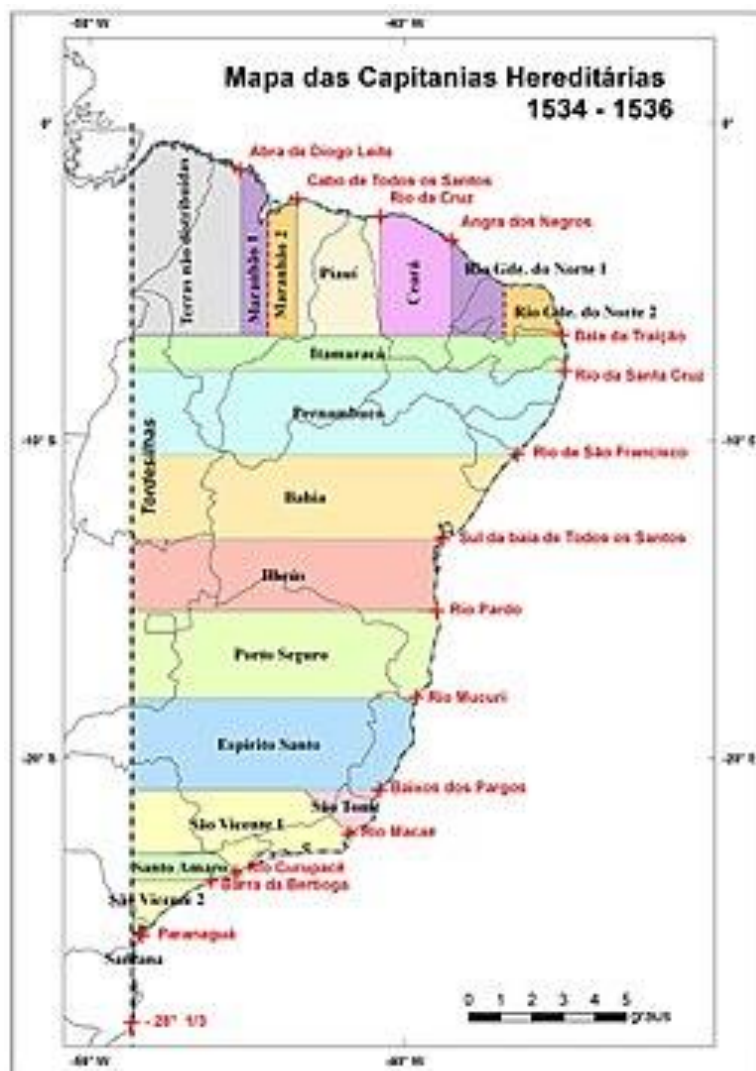


Figura 10 - Proposta do novo mapa das capitanias hereditárias. Desenho do autor.

As expedições enviadas pela Coroa portuguesa demonstraram ser incapazes de repelir a constante presença de corsários e piratas franceses na costa brasileira, que vinham principalmente contrabandear o pau-brasil. Diante da ameaça externa, Portugal decidiu iniciar efetivamente a colonização das terras americanas, enviando para a colônia, em 1530, a expedição de Martim Afonso de Sousa. O enviado do rei chegou com a tarefa de proteger a costa no território, atividade que visava fazer da colônia uma área geradora de lucros para a metrópole.

Em 1532, Martim Afonso fundou o primeiro núcleo colonial, a vila de São Vicente, no litoral do atual estado de São Paulo. Dois anos depois, em **1534**, seguindo o princípio de transferir para terceiros as despesas com a colonização do Brasil, a Coroa introduziu no Brasil o sistema de **capitanias hereditárias**. Por esse sistema, Portugal optou pela colonização do território, e abandonar o antigo sistema de feitorias, **transferiu os gastos para a iniciativa privada**. As terras que cabiam a Portugal pelo **Tratado de Tordesilhas** foram divididas em lotes, 15 faixas que iam do litoral



até o limite do tratado, e entregues aos **capitães donatários** (como eram chamados os que recebiam o benefício).

O Que São?

São equivalentes hoje a estados. Na colônia eram chamadas capitânias, no império chamadas províncias e na república estados. Das 15 capitânias criadas foram concedidas a 12 capitães donatários. A capitania de Itamaracá, por exemplo, foi o terceiro quinhão de terra recebido por Pero Lopes. É importante destacarmos que na época não era um grande negócio, pois os riscos e dificuldades do empreendimento eram muito grandes.

De todas as capitânias somente a de Pernambuco e de São Vicente prosperaram. Os donatários possuíam um poder muito grande. Poder sobre vida e morte dos homens e domínio sobre o território. Predominava um grande **localismo político**, ou seja, as questões mais relevantes eram resolvidas aqui mesmo, pois com as dificuldades de transporte e comunicação, tudo que era enviado a Europa demorava meses, senão anos para serem resolvidos. Era empreendimento perigoso e custoso. Além do risco de perder tudo em naufrágios, como ocorreu com várias embarcações portuguesas, tinha o risco dos ataques indígenas e os rigores de adaptação aos trópicos e construir uma vila e dar início à colonização. Por isso não foi tão bem-sucedido.

5.1 DOCUMENTOS JURÍDICOS

Os donatários desembarcavam com dois documentos: **A carta de doação** e o **foral**. O primeiro, como o próprio nome diz é a carta que dá os direitos de exploração da terra. Entre seus direitos estavam o de total autonomia política para decisões, recolher os impostos e pegar parte para si. Os direitos e obrigações estavam escritos no **foral**. O Principal dever é o de povoar a colônia e consolidar a colonização portuguesa. Para o povoamento os donatários deveriam distribuir as **Sesmarias**: elas eram grandes propriedades que eram doadas para o povoamento. Seguiam o seguinte critério: podiam receber sesmarias quem fosse católico e plantasse cana-de-açúcar. Era lei que em todo o litoral só fosse cultivada a cana. Com o tempo as fazendas de gado conquistaram o interior, principalmente na zona da mata e sertão.

No tocante à administração, os donatários tinham o direito de fundar vilas, exercer a justiça e cobrar impostos. Pela carta foral, os donatários também tinham o direito de apresar e escravizar índios. Ficavam com a vintena (a vigésima parte) dos lucros do pau-brasil, o dízimo (a décima parte) dos metais preciosos, a metade do dízimo do pescado, a redizima (um centésimo) das rendas da Coroa e, ainda, com os direitos de passagem em rios, portos e “outras águas”.



A estrutura fundiária (distribuição das áreas agricultáveis em tipos de propriedade) de Pernambuco é bastante concentrada, destacadamente no sertão e na zona da mata. A distribuição de sesmarias era a única forma de ter acesso à terra e isso levou a uma grande concentração de terras nas mãos de poucos proprietários, muitos deles descendentes dos senhores de engenho. No entanto, a falta de recursos financeiros, a inexperiência de alguns donatários, o precário sistema de transporte e comunicação e o relacionamento hostil entre portugueses e indígenas levaram a maior parte das capitanias ao fracasso. Pernambuco e São Vicente foram exceções. As capitanias foram extintas em 1759, por marquês de Pombal, mas até a independência (1822) as sesmarias eram distribuídas.

Em 1850 durante o império foi lançada a lei de terra que proibia a doação de sesmarias e transformava a terra em mercadoria que poderia ser comparada e vendida à vista em leilão público. Foi uma forma de manter o monopólio dos grandes proprietários sobre a terra, pois é a época da extinção do tráfico de escravos e a imigração estrangeira. Pernambuco recebeu muitos imigrantes, e quem entrou no estado depois da lei terras teve muita dificuldade de acesso a ela.



6. AS INVASÕES ESTRANGEIRAS (FRANCESES E HOLANDESES).



6.1. AS INVASÕES FRANCESAS.

O litoral brasileiro era bastante frequentado por piratas e corsários franceses. “*Piratas e corsários são coisas diferentes?*” Sim, são. *Aparentemente* são a mesma coisa. Capitães de navios que atacavam frotas mercantes para pilhá-las. Mas enquanto a **pirataria** era uma atividade marginal e individual e o sujeito é um saqueador, o Corsário era um “pirata oficial”. Se o navegador recebe um documento do Estado chamado **Carta de Corso**, ele se transforma no corsário. Pode saquear e derrubar navios, desde que inimigos da coroa francesa, ou seja: navios espanhóis, portugueses e ingleses.

A França realizou duas invasões ao Brasil. A primeira no Rio de Janeiro e a segunda no Maranhão. A **primeira invasão** ocorreu entre 1555 e 1558 na Baía da Guanabara, no Rio de Janeiro. Um grupo de *hungenotes* (calvinistas) tentava fugir das perseguições religiosas na Europa. Vieram sob o comando de Villegagnon e Almirante Coligny. Fundaram um forte militar e iniciaram uma colônia: **A França antártica**. Foram expulsos pelo Governador Geral, Mem de Sá em 1560. O tempo todo de permanência exploraram ativamente as madeiras do litoral.

A Segunda invasão foi em 1612 no Maranhão onde fundaram a cidade de São Luiz. Criaram a **França equinocial**. Nas duas tentativas se associaram aos indígenas contra os portugueses. Foram expulsos do Maranhão em 1615.



Desde o início da colonização se aliaram com os indígenas na Paraíba com os bravos Potiguanes, com quem realizavam frequente tráfico de pau brasil. A ocupação da Paraíba está ligada à cana e a resistência aos indígenas e franceses.

6.2. INVASÃO HOLANDESA EM PERNAMBUCO (1630-1654)

Em 1630 com uma esquadra de setenta navios, os holandeses chegaram a Pernambuco e dominaram Recife e Olinda sem maiores dificuldades. A Espanha envolvida em outras prioridades militares não mandou grande apoio militar para a resistência estabelecida pelos colonos. Aos poucos, com as vantagens oferecidas pelos invasores a resistência se enfraqueceu e muitos produtores passam para o lado flamengo, pois estes se comprometem a respeitar a **liberdade religiosa** (lembre-se que os holandeses eram calvinistas e os portugueses católicos), **direito de propriedade** das terras e engenhos, realizariam **financiamentos** e **comprariam a produção**.



6.2.1. O Governo de Maurício de Nassau.

Maurício de Nassau foi governador geral dos domínios holandeses, e aqui permaneceu entre 1637 a 1644. Preocupou-se com a reorganização da produção açucareira (que foi comprometida pelas tentativas de resistência dos colonos) e com a segurança. Procurou conciliar os luso-brasileiros (portugueses e descendentes que aqui habitavam) que ficaram sob seu domínio, e tratou de ampliar territorialmente o domínio holandês que passou a ocupar territórios entre o Maranhão e a Bahia. Nassau devolveu as propriedades aos seus antigo donos, ampliou o crédito e forneceu empréstimos a juros controlados. Ainda passou a cobrar impostos mais baixos que os cobrados por Portugal e a realizar importantes melhoramentos urbanos. Apesar da política conciliadora não conseguiu impedir conflitos e contradições. Os senhores de engenho que haviam contraído empréstimos com os holandeses não conseguiam saldar suas dívidas, e conflitos religiosos (apesar da liberdade religiosa concedida pelos holandeses) ocorriam. Os conflitos se tornaram mais intensos quando em 1640, Portugal restabeleceu sua coroa e se libertou da Espanha, pondo fim à União Ibérica.

6.2.2. A Expulsão dos Holandeses e a Decadência do Açúcar.

Com o fim da União Ibérica, Portugal tratou de recuperar seus territórios coloniais e propôs uma trégua de 10 anos para a desocupação holandesa do Nordeste.

A partir daí a Cia das Índias Ocidentais resolveu diminuir seus efetivos militares a fim de conter os gastos. Nassau foi demitido e o novo governo tornou-se extremamente severo, sobretudo em relação às dívidas dos senhores de engenho e o prazo para saldá-las. Muitas propriedades foram confiscadas e a tolerância religiosa não era mais observada com os mesmos cuidados. As tensões se acumularam e começaram a se manifestar na forma de rebeliões que se generalizaram, até que eclodiu um processo de rebelião que vai expulsar os holandeses: **A Insurreição Pernambucana**.

Os colonos luso-brasileiros confrontaram os holandeses entre 1645 e 1654, quando finalmente são expulsos. Portugal ainda pagou uma pesada indenização à Holanda e o comércio e produção de açúcar foram profundamente prejudicados, pois flamengos foram se instalar nas Antilhas (na ilha de Curaçau, na América central) e se tornaram fortes concorrentes do Brasil no mercado açucareiro.

A produção de açúcar no caribe foi o início da decadência da nossa, pois o açúcar era de melhor qualidade e muito mais próximo a Europa, barateando frete. Os holandeses passaram a fornecer um açúcar melhor e mais barato.



Pintura "A batalha dos Guararapes" de Victor Meirelles. A principal batalha da insurreição Pernambucana.



Textos complementares:

O convívio entre indígenas e franceses nas Américas

“Dessa onipresença francesa em nossas costas, nesse período, restaram duas imagens. A primeira delas, alimentada pelo registro oficial português, é a de corsários. [...] Apoiados no direito de ocupação, François e seus sucessores promoveriam a instalação de súditos franceses em regiões ainda não ‘ocupadas por príncipes cristãos’, como aconteceria no Rio de Janeiro, no Maranhão e, mais tarde, na América do Norte, nos vales do São Lourenço e do Mississípi [...]. Tais atitudes já os tornavam insuportavelmente insolentes aos olhos dos portugueses, mas os franceses não paravam por aí: diz o registro que, além disso, praticavam, contra os legítimos donos da terra, atos tão selvagens quanto os de seus aliados, ignorando as mais elementares regras da guerra entre povos civilizados. Os documentos portugueses chamam a atenção para a facilidade com que os franceses se instalavam nas aldeias de seus aliados, onde acabavam tornando-se tão selvagens quanto estes. Lá constituíam família, andavam nus, pintavam-se para a guerra como seus anfitriões, faziam guerra com eles e a seu modo e, mais grave, eram acusados de, como eles, comer os inimigos. [...]

Aquilo que parece ser reconhecido como característico dos franceses em relação aos povos indígenas encontra-se, por exemplo, nas cartas de José de Anchieta. Mais próximo dos índios, franceses são encontrados nas aldeias, onde desempenham o papel de conselheiros dos chefes [...], instigadores e participantes das guerras indígenas [...]. As referências à participação e auxílio franceses nas guerras são constantes: forneciam aos índios espadas e armas de fogo [...], pólvora, barcos [...], instruções para sua utilização e participação ativa [...]. Ainda mais importante do que essa proximidade e envolvimento, a fidelidade que as cartas jesuíticas atribuem aos franceses em relação a suas alianças como os povos indígenas os contrapõe aos portugueses: em 1548, Anchieta escrevia que os Tamoio de Cabo Frio e do Rio de Janeiro, tendo já sofrido maus-tratos por parte dos portugueses (violências, traições e escravização), acolheram bem aos ‘franceses, dos quais nenhum agravo receberam’. [...]

No outro extremo da América, na Nova França, a imagem é exatamente a mesma. [...] vários especialistas afirmam [...] [haver] nos franceses mais simpatia e respeito em relação aos ameríndios seus aliados, relações mais estreitas e mais ‘igualitárias’, enfatizam a ausência de escravidão indígena e o especial cuidado com a manutenção das alianças. [...] [Porém] Jaenen, outro grande especialista da colonização francesa da América do Norte, invoca o bom senso: não existe colonizador ‘bom’, todos os europeus buscavam na América o seu próprio lucro e essa aparente simpatia dos franceses não passa, na verdade, de uma tática para atingir esse objetivo comum a todos.



De qualquer modo, os franceses exibem uma série de técnicas que lhes são particulares. Entre elas, a instituição dos intérpretes – *truchements* – ocupa um lugar central, tanto no Brasil quanto no Canadá. [...] os franceses costumavam deixar jovens marujos ou rapazes recrutados na França, especialmente com esse propósito, nas aldeias de seus aliados ameríndios, que por sua vez lhes entregavam alguns de seus jovens, para que fossem conduzidos à França, onde poderiam ver o mundo de que lhe faltavam. Os intérpretes permaneciam nas aldeias durante anos, aprendiam a língua e os costumes de seus anfitriões e se ‘indianizavam’. [...]

A reputação francesa nem sempre foi tão positiva na América. [...] Na Flórida, romperam alianças antes mesmo de tê-las confirmado; nas Antilhas, simplesmente não houve aliança, já que os povos indígenas foram aniquilados. A boa reputação que une o Brasil e o Canadá está certamente relacionada a uma característica, fundamental e comum a ambas as experiências. Trata-se de relações baseadas no comércio, um comércio que depende do conhecimento e do auxílio efetivo dos habitantes da terra (que recolhiam a matéria-prima de exportação em ambos os casos). Da cooperação e boa vontade destes dependia o sucesso da empresa comercial que fundamentava a presença francesa. Nesse sentido, vários autores chamam a atenção para a inevitabilidade da aliança. Afirmam, assim, que os franceses não tinham escolha: ou se aliavam ou não comerciavam”.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. *O mito do bom francês: imagens positivas das relações entre colonizadores franceses e povos ameríndios no Brasil e no Canadá*. Instituto de Estudos Avançados da USP. Disponível em: <www.iea.usp.br>. Acesso em: 30 jan. 2013.

O domínio holandês

“Em meados do século XVI até meados do século XVII, a Holanda, ou Províncias Unidas dos Países Baixos, iniciava sua expansão marítima e econômica que culminaria na sua derrota diante da Inglaterra pela hegemonia do comércio marítimo europeu. Os holandeses iniciaram sua expansão econômica ao utilizarem sua pequenez territorial aliada às tensões religiosas da Europa, abalada por constantes guerras de religião. Assim, atraíram inúmeros imigrantes, dentre os quais estavam membros da recém-formada burguesia europeia. Esses, em virtude de suas atividades acumulavam grandes quantias em capital e investiam nos projetos de expansão da coroa. Assim, o governo das Províncias Unidas utilizou-se deste capital com a estratégia de tentar controlar centros produtores de matérias-primas e incrementar sua frota mercante para, então, transportar grande parte da riqueza comercial europeia, principalmente portuguesa. Essa estratégia foi empregada de maneira diversa dos países ibéricos, que preferiam tentar conquistar grandes quantidades de novos territórios. Dessa forma, moldou em seus domínios o primeiro mercado financeiro da Europa e despontou no domínio dos mares até sua derrota final ante os ingleses na Terceira Guerra Anglo-Holandesa. [...]

A história da ocupação flamenga [no Nordeste brasileiro] é um claro exemplo das relações entre a produção colonial e tráfico de escravos. Tão logo conseguiram estabilizar



razoavelmente a indústria açucareira no Nordeste, os holandeses trataram de garantir o suprimento de escravos, controlando suas fontes na África”.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2006. p. 88.

Holandeses no Brasil e na África

“Quando tomaram a Bahia em 1624-5, os holandeses promoveram também o bloqueio naval de Benguela e Luanda, na costa africana. Em 1637, Nassau enviou uma frota do Recife para capturar São Jorge da Mina, entreposto português de comércio de ouro e de escravos no litoral africano (atual Gana). Luanda, Benguela e São Tomé caíram na mão dos holandeses entre agosto e novembro de 1641. A captura dos dois polos da economia de plantações mostrava-se indispensável para o implemento da atividade açucareira”.

ALENCASTRO, L. F. “Com quantos escravos se constrói um país?”. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, ano 4, n. 39, dezembro de 2008 (adaptado).

Guerras pelo Açúcar

“As guerras holandesas foram inegavelmente guerras do açúcar e isto não apenas no sentido, que é o geralmente posto em relevo, de guerras pelo açúcar, vale dizer, pelo controle das suas fontes brasileiras de produção, mas também no sentido [...] de guerras sustentadas pelo açúcar ou, antes, pelo sistema econômico e social que se desenvolvera no Nordeste com o fim de produzi-lo e exportá-lo para o mercado europeu”.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998. p. 12.



7. FATORES DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO: JESUÍTAS, PECUÁRIA E BANDEIRANTISMO.

7.1. OS PADRES JESUÍTAS

Entre as determinações do Rei D. João III para Tomé de Sousa, o primeiro governador-geral do Brasil, estava a de converter a “gente das terras do Brasil à nossa Santa Fé Católica”. Para cumprir essa tarefa, o governador chegou à colônia em companhia dos primeiros Jesuítas, com a missão inicial de promover a catequese dos indígenas.

Nas Américas, os missionários da Companhia de Jesus fundaram igrejas, escolas para o estudo elementar dos colonos e seminários para a formação de sacerdotes. Preocupados com a catequização dos indígenas, os padres criaram estratégias de aproximação com eles: aprenderam o tupi e elaboraram uma gramática dessa língua; utilizaram o canto e o teatro no ensino do português e dos dogmas católicos às crianças indígenas; e aliaram-se aos indígenas na luta contra a sua escravização pelos colonos.

Os Padres da *Cia. de Jesus* eram também conhecidos como **soldados de batina**. O apelido é porque a ordem jesuítica possuía uma organização e preparo militar, e seu fundador Inácio de Loyola ter sido oficial militar. Fundavam no Brasil (e em todo o mundo colonial português) as Missões jesuíticas, incumbidas de catequizar os nativos e protegê-los nas **Missões, ou colégios jesuíticos**. Não foram raras as situações em que expedições de **bandeirantismo** atacavam as missões querendo escravizar seus indígenas, que já eram cristianizados e ensinados ao trabalho. No século XVII, aproveitando-se da União Ibérica, os bandeirantes avançaram muito além da Linha de Tordesilhas e encontraram os índios Guarani das missões jesuíticas.

As missões jesuíticas ocuparam além do litoral, o sul do Brasil na fronteira com Argentina, e principalmente na região amazônica. As missões jesuíticas tiveram um importante papel na ocupação do nosso território, muitas vezes servindo a Portugal como ponto de demarcação de fronteiras. Ao longo do rio Amazonas, foram penetrando no interior. Essas missões amazônicas treinavam e usavam os indígenas como mão de obra (não escrava), para coletarem as **drogas do sertão**. Drogas do sertão eram ervas medicinais, coletadas em meio a floresta e vendidas para a Europa. Eram valiosas como as especiarias asiáticas.



7.2. A PECUÁRIA

Era a principal atividade complementar da colônia, pois fornecia carne, couro e transporte. Era realizada mais ao interior do território brasileiro, onde encontrou a vegetação da Caatinga e o **Cerrado**. A pecuária desenvolveu-se principalmente nas regiões de cerrado por suas sempre verdes pastagens naturais. E uma coisa diferenciava fundamentalmente a pecuária das outras atividades: **O uso de mão de obra livre, normalmente indígena**. O vaqueiro, como era chamado, recebia sua remuneração em filhotes das crias.

No início do século XVIII, a Coroa portuguesa proibiu a criação de gado numa faixa de 80 quilômetros da costa para o interior. O objetivo era impedir as invasões de animais nas plantações de cana, que provocavam grandes prejuízos aos colonos, e garantir mais espaço para a produção canavieira. Essa medida contribuiu decisivamente para o desbravamento do “grande sertão” além dos limites fixados pelo Tratado de Tordesilhas. Partindo do Rio São Francisco e penetrando pelos atuais estados do Piauí, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, os criadores chegaram aos Rios Tocantins e Araguaia.

Mais tarde, o animal também passou a ser abatido para a produção de charque, carne salgada e seca ao sol. Dessa forma a carne era comercializada sem o risco de estragar ou apodrecer. No sul da colônia, a criação de gado bovino para a produção de charque e de equinos e muares para a tração e transporte desenvolveu-se apenas no início do século XVIII, favorecendo a ocupação local e também o abastecimento da região das minas.

7.3. O BANDEIRANTISMO

Durante a União Ibérica (1580-1640), Portugal havia perdido possessões importantes no Oriente e na África, invadidas por países hostis à Espanha. Além disso, o açúcar brasileiro enfrentava a concorrência do açúcar produzido nas Antilhas pelos holandeses. Para resolver essas dificuldades econômicas, a Coroa portuguesa estimulou a procura de metais e pedras preciosas em terras de sua colônia da América por expedições exploradoras, como as entradas e as bandeiras, que já eram organizadas desde meados do século XVI.

As bandeiras eram expedições com objetivos comerciais e privados. Já as expedições de reconhecimento enviadas pela coroa, que eram chamadas **Entradas**. As atividades dos bandeirantes iniciaram em São Vicente. A capitania, nos primeiros anos de ciclo do açúcar, junto com Pernambuco foram as únicas que tiveram sucesso.

No entanto, a atividade açucareira logo entrou em decadência (principalmente devido à distância maior de Portugal, o que encarecia o frete, além disso, o açúcar pernambucano era de



melhor qualidade). Os paulistas viram-se obrigados a dedicar-se a uma atividade econômica alternativa, que foi o bandeirismo. Havia basicamente três tipos de expedições bandeirantes:

- ✓ **Bandeirismo de Contrato:** Grupos contratados para capturar escravos fugidos e destruir quilombos.
- ✓ **Bandeirismo de Preação ou apresamento:** Expedições cujo objetivo era capturar indígenas e escravizá-los. (Por isso sempre entravam em conflito com os padres jesuítas que os protegiam).
- ✓ **Bandeirismo de Prospecção:** Expedições para buscar jazidas ouro, prata ou pedras preciosas. Foram os paulistas que encontraram o ouro no início do século XVIII, dando início ao ciclo da mineração.

Como a movimentação pelo território era muito difícil devido as florestas e relevo planáltico, os rios ocupavam uma posição de destaque para viabilizar as expedições. Eram chamadas de **Monções**, as expedições bandeirantes feitas por rio.



Soldados índios de Mogi das Cruzes, pintura de Jean-Baptiste Debret, 1834.

"As expedições para o sertão começaram no século XVI e só perderam força e sentido na segunda metade do século XVIII. A palavra sertão já aparece discretamente na carta de Pero Vaz de Caminha, como referência a um vasto e desconhecido interior. Com o tempo, o termo passou a representar mais do que uma simples referência geográfica, também demarcando um espaço simbólico. A distinção entre o povoado e o sertão marcava o contraste entre dois universos, um ordenado pela religião católica e pelas leis do reino, o outro pautado pela ausência da ordem: 'sem fé, nem lei, nem rei', como rezava o ditado da época".

MONTEIRO, John. *Bandeiras mestiças* Revista de História da Biblioteca Nacional, n. 34, 1º jul. 2008. p. 18.

8. HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO DA PARAÍBA.

A formação da Paraíba ocorreu a partir da conquista das terras presentes no **entorno do rio Paraíba** onde ocorreram confrontos que envolveram autoridades de Pernambuco (a principal e mais rica capitania da época), do Governo-Geral e da Coroa portuguesa. A conquista dessa envolve os confrontos para a expulsão dos Franceses e da dominação dos indígenas que ali viviam, além de dar acesso por via terrestre ao norte e conseqüentemente às riquezas daquela região, como o pau-brasil e as terras férteis que davam condições para a plantação da cana de açúcar. A História dos dois estados – PE e PB – ocorreu em consonância, ou seja, os principais fatos políticos nordestinos tiveram com centro Pernambuco e devido a proximidade os principais acontecimentos irradiaram para a Paraíba, portanto são histórias muito interligadas.

As capitanias hereditárias foram instituídas no ano de 1534. A capitania mais próspera era a de Pernambuco. A Paraíba tem seu território formado na então capitania de Itamaracá (e parte do sul do estado pertenceu à capitania de Pernambuco). A capitania de Itamaracá se estendia do rio Santa Cruz até a Baía da Traição. O **primeiro donatário da capitania de Itamaracá foi Pero Lopes de Souza**. Foi um fidalgo português que recebeu três quinhões de terra na colônia. Duas capitanias no sul (Santo Amaro e Santana ao Sul de São Vicente-SP).

A capitania nordestina foi seu terceiro quinhão de terra. Pero Lopes foi um grande navegador e militar português e teve importante participação na luta contra os franceses e nas primeiras viagens de navegação à colônia. Era irmão de Martim Afonso de Souza, que veio com a missão de iniciar a colonização e fundou São Vicente, montou o primeiro engenho e enfrentou indígenas e franceses.

Pedro Lopes de Souza não pôde assumir a capitania de Itamaracá, vindo em seu lugar o administrador Francisco Braga. Este deixou a capitania em falência, dando lugar a João Gonçalves, que realizou algumas benfeitorias como a fundação da Vila da Conceição.

Portanto, Pero Lopes não chegou a administrar efetivamente Itamaracá e colocou Francisco de Braga à frente da capitania, que ocupou a ilha da Conceição e fundou a vila Marial ou de Nossa Senhora da Conceição em 1534. Lopes morreu no mesmo ano e Itamaracá retornou à coroa portuguesa tornando-se uma **capitania real** (pertencente à Coroa).

É importante destacarmos a existência do povoado de Igarassu, em que ocorreu um dos mais famosos massacres do nordeste colonial que temos registro, em terras paraibanas que na época – Itamaracá – ia de onde hoje onde se encontra o município de Igarassu (Pernambuco), ao norte até a chamada Baía da Tradição, município paraibano. No início o sistema de capitanias nessa região não apresentou os resultados desejados pela coroa portuguesa, principalmente mais ao norte onde se encontravam os **índios Potiguaras**, em maior número, que comercializavam o pau-brasil com franceses na região da acima citada. Muitos donatários das capitanias de Pernambuco culpavam o



governo de Itamaracá de descaso com suas obrigações. A decadência de Itamaracá ocorreu definitivamente após o Massacre de Tracunhaém em 1570.

Em 1574 foi extinta a capitania de Itamaracá e criada a capitania da Paraíba. Só foi definitivamente instalada em 1585, pois era necessário criar suporte físico e militar para resistir aos ataques potiguaras e dos Franceses. A criação da capitania da Paraíba foi por ordem do rei de Portugal Dom João Manuel, que faleceu em 1557. Foi pai do sucessor D. Sebastião, que morreu em 1578, quando teve início a crise sucessória que levou à União Ibérica.

Muita coisa veio a se transformar após o Massacre de Tracunhaém ocorrido no engenho de Tracunhaém em Itamaracá próximo à Vila de Goiana (fundada em 1570). Apesar de contestações históricas em relação as evidências desse acontecimento foram registradas por historiadores que o episódio ocorreu devido a um desentendimento entre a tribo potiguara e o engenho cuja propriedade era de Diogo Dias. O dono do engenho escondeu uma formosa cunhã (jovem mulher indígena) que havia se casado com um mameluco e levada para Olinda, Pernambuco (na época a capital fundada por Duarte Coelho). O então pai da moça, o chefe potiguara Inhingaçu da Baía da Tradição, ordenou que a mesma fosse buscada com a permissão do governador do Brasil, na época Antônio Salema. A busca feita por Diogo Dias resultou no retorno da moça para casa já que ela havia sido sequestrada e escondida. Esse evento promoveu revolta na tribo Potiguara que por meio de um ataque muito violento destruiu todo o engenho.

Em consequência, o então rei de Portugal D. Sebastião I deu ordens para que aquelas terras fossem conquistadas de uma vez, fato que após ser consumado resultou na fundação de uma cidade fortificada que seria a capital da nova capitania, seu fundador foi ouvidor-geral Fernão da Silva e com apoio militar de Frutuoso Barbosa, foi a primeira Cidade Real no Brasil sob a Dinastia Filipina: Filipeia de Nossa Senhora das Neves (pois nesta época é que ocorreu a União Ibérica, ou seja o período entre 1580 e 1640 quando a coroa portuguesa foi anexada pela Espanha de Felipe II pós a morte precoce de D. Sebastião). Perceba que teve início com o rei D. Sebastião e continuou sob o governo espanhol de Felipe II. Também nesta circunstância, ocorreram as invasões holandesas.

Nesse contexto, ocorreram as primeiras expedições. A primeira ocorrida no ano de 1574 na faz do rio Sanhauá, um dos afluentes do rio Paraíba, chamado nessa região de Cabedelo por ser um pequeno cabo. Tomada essa região por ouvidor-geral Fernão da Silva, em nome do Rei de Portugal, Dom Sebastião I, passou a sofrer diversos ataques dos nativos que ali viviam. Após ataques indígenas o ouvidor saiu derrotado e retornou para Salvador. No ano seguinte uma nova expedição sob o comando de Bernardo Pimentel de Almeida composta por doze navios e homens armados rumou de Portugal para a região, mas não chegou até a Paraíba devido aos ventos vindos do norte, e não ocorreu a expedição completa.





"Em Lucena fica localizado o Forte Velho fundado em 1584. Pode-se ver entre Lucena e Cabedelo a foz do rio Paraíba do Norte e no meio a ilha da Restinga. A Baía da Traição marca o local onde os franceses costumavam desembarcar e onde várias lutas foram travadas."



Ruínas do Forte Velho em Lucena

Em 1582 estava ocorrendo a União Ibérica, período marcado pela união dos domínios espanhóis e portugueses (1580-1640) sob o reinado de Felipe II da Espanha. Contudo no governo

anterior antes da unificação das coroas, em 1579, fora contrato para tomar frente da nova expedição na Paraíba o navegante Frutuoso Barbosa que trouxe junto a si tropas, armamentos e colonos tornando-se capitão-mor. Seu objetivo era conquistar a região e posteriormente colonizá-la, porém devido aos ventos terem o levado para as Antilhas o mesmo acabou por momentaneamente desistindo da expedição, logo ficou conhecida como a expedição que não aconteceu. Contudo após certo tempo de turbulência devido à sucessão do trono Frutuoso foi novamente nomeado como responsável por Felipe II para uma nova expedição de conquista na região da Paraíba.

Posteriormente, com sua tropa bem organizada e preparada obteve apoio de Recife e Olinda rumou com duas frentes para a região próxima a Cabedelo onde acabaram por encontrar com naus franceses aliados dos nativos potiguaras. Com apoio terrestre Frutuoso obteve certo êxito permanecendo na região por cerca de oito dias no hoje chamado distrito de Costinha em Lucena. Contudo a expedição não conseguiu construir seu forte a tempo e sofreu novos ataques de franceses e potiguaras e foi derrotada.

Uma terceira expedição ordenada pelo governador-geral Manuel Teles ocorreu no ano de 1584 sob o comando novamente de Frutuoso Barbosa e auxílio do general espanhol Diogo Flores de Valdez. No dia 1 de março partiu da Bahia uma frota contendo nove navios onde estavam Frutuoso Barbosa, Diogo Valdez e o ouvidor-geral Martim Leão na qual chegaram em Pernambuco no dia 20 do mesmo mês, tempo gasto devido ao mau tempo. Em Recife, Martim Leão organizou junto a D. Phillipe de Moura (capitão das tropas) na Vila de Igarassu uma tropa que seguiria por terra para a Paraíba, ao chegar em seu destino a tropa presenciou a destruição de três navios franceses na ilha da Restinga, fato promovido por Diogo Valdez. Posteriormente após alguns desacordos entre os comandantes devido a localidade da construção do forte, o mesmo foi construído na foz do rio.

O forte foi nomeado por Valdez com o nome de São Felipe e Santiago, nome dado em homenagem aos apóstolos e ao então monarca governante da união ibérica, Felipe II. Valdez veio a nomear seu capitão Francisco Castejon como chefe de uma fortaleza e responsável por 110 espanhóis e cinquenta portugueses, fato que o dava maior autoridade do que havia sido dado a Frutuoso, esse que acreditando ter cumprido sua missão e não vendo mais sentido em ali ficar retornou a Espanha.

Nos dias seguintes, tropas promoveram varreduras pelo entorno do forte comandadas por Simão Falcão e posteriormente por Felipe de Moura, governador de Pernambuco. Encontrada uma aldeia que veio a ser chamada de Campo das Ostras os portugueses promoveram a tomada da mesma, porém esse fato veio a chamar a atenção de outros nativos que vieram a efetivar ataques contra os portugueses e seu forte, tendo esses diversas baixas em suas tropas. Nesse momento Valdez já havia se retirado do local e a situação cada vez mais se complicava, estando Frutuoso e Castejon dividindo a autoridade no local, fato que aumentou as desavenças entre os dois, o que se apresentava como mais um empecilho para a conquista da Paraíba.



Posteriormente mesmo recebendo ajuda de Pernambuco com munição, comida e 24 soldados as dificuldades do forte continuavam a permear os que ali viviam. Nesse momento (mês de setembro) Castejon consegue uma brecha e o mesmo embarca em um navio e segue para Pernambuco retornando em novembro com pouca ajuda. Neste mesmo mês os franceses chegaram a região desembarcando na Baía da Traição mais ao norte, direcionando assim ajuda aos nativos potiguaras no cerco ao forte. Mais uma vez ocorre um pedido de socorro a Pernambuco, lá o ouvidor-geral que se encontrava doente se pôs imediatamente a lutar contra sua condição a fim de reunir o máximo de homens e recursos possíveis, dessa vez o capitão-mor de Itamaracá, Pero Lopes Lobo enviou apoio, contudo Itamaracá estava sob ruínas nessa época.

Com a chegada de reforços os franceses foram derrotados, porém no ano seguinte, em janeiro de 1585 os Tabajaras chegaram ao litoral após terem sido expulsos a vários anos de suas terras pelos portugueses e Potiguaras, antigos inimigos. Assim passaram a viver com certo nomadismo até retornaram nesse ano tendo como liderança Piragibe, que significa “Braço de Peixe”. Nesse momento os nativos cercaram o forte e promoveram pioras as condições de fixação portuguesa naquela localidade.

Devido às adversidades foi promovido uma quarta expedição sob a liderança do ouvidor-geral Martim-Leão, esse que reuniu pouco mais de 500 soldados somados a outros índios, negros e também comerciantes, capitães e membros da nobreza pernambucana, esses que viam na conquista uma boa forma para se obter lucros. Junto a esse grupo esteve presente os jesuítas Jerônimo Machado e Simão Travassos, esses que conheciam a língua potiguara e tabajara e ficaram responsáveis pelo registro histórico da expedição.

No dia 5 de março de 1585 a expedição comandada por Martim Leão percorria o rio Tibiri (hoje município de Santa Rita) e assim se encontraram com os Tabajaras no rio Piragibe onde ao invés de promover combate preferiram enviar missionários tomando medida mais cautelosa. Devido ao histórico de violência e perseguição portuguesa esses nativos entenderam a ação dos colonizadores com desconfiança, estabelecendo certo distanciamento. Após três dias de tentativas de aproximação pelos missionários sem êxito Martim Leão determinou que as tropas atacassem a aldeia que ali se encontrava, essa que fora queimada promovendo a fuga dos nativos. Em sequência duas outras aldeias foram destruídas e a expedição rumou em direção ao forte de São Felipe e Santiago. Ao chegarem ao forte a tropa constatou a debilitação da estrutura física do mesmo e o péssimo aspecto físico, moral e psicológico dos que ali ainda viviam, com ênfase para Frutuoso Barbosa, que o melhor que tinha a fazer era deixar de lado a busca pela terra que lhe foi prometida.

Em "taipa e área solta", foi fundada em 1589, após a celebração da paz entre os colonizadores e o chefe índio Piragibe, a fortaleza de Santa Catarina, em Cabedelo, erguida pelo alemão Cristóvão Linz, a 18 Km da Capital do Estado, João Pessoa. Esta primitiva estrutura foi arrasada durante o governo de André de Albuquerque por um ataque combinado de corsários franceses e indígenas



(1591), foi reconstruído a partir do ano seguinte, em alvenaria de pedra e cal. Foi concluído em 1597 sob a invocação de Santa Catarina de Alexandria, padroeira da Capela do forte, e em homenagem a Dona Catarina de Portugal, Duquesa de Bragança. Nesse mesmo ano, uma esquadra de treze navios franceses desembarcou uma força de 350 homens, que atacaram o forte por terra. Durante a resistência ao assalto registrou-se a morte do comandante do forte, reassumindo o comando o Capitão João de Matos Cardoso.

Havendo tido certa aproximação entre Tabajaras e Potiguaras essa aliança passou a sofrer abalos. No mês de abril Martim leão retornou para Olinda deixando o forte na Paraíba protegido por homens e suas provisões, além de enviar munição, alimentos e mais tropas. O capitão Pero Lopes de Sousa de Itamaracá assumiu o posto de Frutuoso abandonando sua posição no mês de junho, seguido por Castejon após diversos ataques deixando o forte abandonado. Castejon antes de abandonar o forte ordenou que o mesmo fosse incendiado, provavelmente para que não caísse nas mãos dos potiguaras e franceses. Pelo fato do forte ter sido feito de madeira, o fogo o consumiu totalmente. O que sobrou do forte de São Felipe foram ruínas e o nome que pegou o lugar, Forte Velho.

As coisas passam a tomar outros rumos a partir do mês de junho quando dois índios receberam ordens de Piragibe para se deslocarem até Olinda com o objetivo de conversar com o ouvidor-geral. Esse objetivo teve como finalidade a tentativa de um acordo de paz e aliança com os portugueses que os mesmos auxiliassem em ofensiva contra os potiguaras. Assim Martim Leão nomeou João Tavares como líder dessa expedição.

No dia 2 de agosto Tavares organiza uma caravela com 20 homens e dois índios e no dia três promove uma aliança de paz com Piragibe e no dia 5 escolhe o local para a fundação de um novo forte e a cidade, assim nessa data de Nossa Senhora das Neves a Paraíba estava conquistada e então se criou a capitania da Paraíba. Esse fato determina o aniversário da cidade, por outro lado debates historiográficos e o próprio Sumário das Armadas, importante relato histórico da conquista da Paraíba, aponta que a cidade teve seu início em novembro. Contudo as informações documentais nos demonstram outra visão.



Sequência cronológica cobrada pela Banca:

1574 - A primeira expedição de Dom Fernão, que não foi completada devido ataques de indígenas.



1575 - Dom Luis de Brito não chegou às terras paraibanas devido aos fortes ventos e condições climáticas desfavoráveis.

1579 - O território da Capitania da Paraíba engloba terras de Itamaracá e Pernambuco. Itamaracá foi extinta e o território passou para a jurisdição de Olinda, então capital de Pernambuco, de onde foi desmembrada administrativamente. Então atenção, Paraíba surgiu com a extinção de Itamaracá e desmembrada de Pernambuco.

1582 - Frutuoso Barbosa volta decidido a conquistar a Paraíba, mas desiste após perder um filho em combate.

1584 - A expedição chega a Paraíba e captura cinco navios de traficantes franceses, solicitando mais tropas de Pernambuco e da Bahia para assegurar os interesses portugueses na região.

1585 - João Tavares conquistou a Paraíba em, quando foi efetivamente instalada a capitania. A principal razão da conquista era a rivalidade entre as tribos indígenas e se aliaram aos Tabajaras, inimigos dos Potiguaras.

Depois de diversos conflitos ocorreu a conquista da Paraíba, fato muito festejado em Olinda e Recife. João Tavares retornou a capitania trazendo um grupo de trabalhadores, escravos e soldados na então levantar um forte na região do Varadouro, esse utilizado como porto natural. O término da construção desse porto se deu em janeiro de 1586, ano em que João Tavares foi nomeado capitão-mor, onde posteriormente assinou as primeiras sesmarias distribuindo terras para o cultivo. Após a assinatura, duas sesmarias são doadas para proprietários no campo e uma outra foi destinada para a construção da cidade, local onde ainda existia apenas o forte. Uma dessas sesmarias viria a resultar no engenho de el-Rei, esse o primeiro da Paraíba.

Devido a alguns desentendimentos com os Tabajaras e ataques Potiguaras e franceses somente no ano de 1587 é que as **casas, a prisão, o pelourinho, a câmara, o açougue, armazéns e prédios públicos** começaram a ser construídos devido a segurança. Criou-se a Rua Nova hoje conhecida como rua General Osório, e a chamada ladeira de São Francisco, local que deu origem a construção em **1589 do Convento de São Francisco**, prédio religioso mais antigo da Paraíba. Em 1588, Frutuoso Barbosa retornou a Paraíba tendo sido nomeado pelo rei, como novo capitão-mor, ocupando a posição de João Tavares. Durante o governo de Frutuoso a cidade de Nossa Senhora das Neves passou a ser chamada de Filipéia ou Filipéia de Nossa Senhora das Neves, em homenagem ao rei Filipe II. O governo de Frutuoso durou até 1591, quando deixou o cargo e foi embora do Brasil.

O sossego em relação aos Potiguaras veio a se concretizar somente no ano de 1599, consolidando a paz até o século XVIII onde novas desavenças vieram a surgir. Em relação aos franceses obteve-se na região uma considerável diminuição de sua presença, porém posteriormente



investiram em ataques à região do Maranhão. Logo a Paraíba chamada de terra bravia e/ou terra indomável teve sua conquista consolidada.

Em face do regime de monopólios, a capitania da Paraíba foi anexada em 1755 à capitania de Pernambuco, privando-a de autonomia, até 1799. Essa anexação deveu-se à criação da Companhia de Comércio de Pernambuco e da Paraíba. A Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba foi uma empresa privilegiada, de carácter monopolista, criada pelo Marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII, em Portugal. Fundada em 1756, destinava-se a controlar e fomentar a atividade comercial com as capitanias de Pernambuco e Paraíba, no Estado do Brasil. Maria I de Portugal extinguiu o monopólio, no início da década de 1780, no contexto da chamada "Viradeira".



9. QUESTIONÁRIO DE REVISÃO



QUESTIONÁRIO – SOMENTE PERGUNTAS

- 1) Acerca da colonização do nordeste, explicita os motivos da colonização, o que foi o pacto colonial e o contexto econômico em questão.
- 2) Descreva o que foi a chamada guerra contra os bárbaros.
- 3) Explique a cultura da cana-de-açúcar na colonização do nordeste.
- 4) Analise o que foi o comércio atlântico de escravos no processo de colonização da América portuguesa.
- 5) Apresente o motivo de Portugal ter fundado as capitanias hereditárias.
- 6) Descreva o que foi o Brasil Holandês e qual foi a implicação desse período na história do nordeste.
- 7) Explique o que foi a tragédia de Tracunhaém.
- 8) Identifique qual foi a relação entre os índios Tabajaras e Potiguaras na colonização da região da Paraíba.
- 9) Apresente o porquê o Iluminismo europeu influenciou na crise do sistema colonial no Brasil.

QUESTIONÁRIO – PERGUNTAS E RESPOSTAS

- 1) **Acerca da colonização do nordeste, explicita os motivos da colonização, o que foi o pacto colonial e o contexto econômico em questão.**

A colonização do Brasil foi uma decisão tomada 30 anos depois da chegada da esquadra de Pedro Alvarez Cabral, isto é, a decisão de povoar o Brasil foi tomada em 1530, pois o rei resolveu mandar uma expedição com este objetivo. Martim Afonso de Souza, nomeado comandante da expedição, partiu para o Brasil naquele ano. Percorreu e explorou o litoral, promovendo também incursões de reconhecimento pelo interior. Mas, o que estimulou a coroa portuguesa colonizar nosso território foi a concorrência no comércio de especiarias com o oriente e a ameaça estrangeira de ocupação da América Portuguesa.



A ocupação do Brasil, entre 1500 e 1534, foi apenas comercial. Foram estabelecidas feitorias com o intuito de garantir a propriedade da coroa portuguesa sobre as terras brasileiras. Nesta época, a metrópole comercializava do Brasil, apenas produtos de pouco lucro, como animais silvestres (macacos, onças, pássaros, etc.) e madeiras (entre outras, pau-brasil). As feitorias não asseguravam para a coroa portuguesa, riqueza imediata, porém, significavam um tipo de “carta na manga” estrategicamente importantíssima, do ponto de vista geográfico, político e econômico.

Nas nações europeias reinavam a ideia mercantilista que defendiam que a riqueza de um país era obtida através do superávit da balança comercial, ou seja, exportando mais do que importando e formando barreiras à importação (política protecionista). Pois assim poderia acumular cada vez mais metais preciosos, que seriam frutos do pagamento de outras nações. A ideia mercantilista se espalhou pela Europa, ficando cada vez mais difícil uma nação europeia obter superávit em relações comerciais com outras nações europeias. Portugal decide colonizar o Brasil segundo a filosofia mercantilista. Estabelece então para o Brasil, o chamado Pacto Colonial; este pacto fazia o Brasil colônia, refém e extremamente dependente da coroa portuguesa. Através do Pacto Colonial era imposto que a colônia só poderia exportar para Portugal ou para os mercadores que convinhassem a Portugal; por consequência desse exclusivismo os mercadores conseguiam barganhar preços muito vantajosos. A metrópole também tinha reserva sobre o mercado brasileiro. A colônia Brasileira só poderia importar de Portugal ou se não de outra nação que a metrópole permitisse. Esse regime de comércio é chamado de exclusivismo metropolitano, considerado a grande razão da transferência de riquezas do Brasil colonial para metrópole Portugal.

2) Descreva o que foi a chamada guerra contra os bárbaros.

Em linhas gerais, a Guerra contra os “Bárbaros” foram longas e duras lutas que resultaram na apropriação de grande parte das terras do nordeste brasileiro. De todas as zonas brasileiras, onde os índios reagiram, longa e bravamente, às invasões dos ibéricos, nenhuma apresenta tão grande resistência como no Nordeste. A ferocidade dos indígenas, porém, é pouco pormenorizada. Ao passo que a longa e penosíssima conquista da Paraíba é relatada com minúcias pelo Frei Vicente do Salvador.

A Guerra dos Bárbaros mais se aproximou de uma série heterogênea de conflitos entre índios e luso-brasileiros do que de um movimento unificado de resistência. Resultado de diversas situações criadas ao longo da segunda metade do século XVII, com o avanço da fronteira da pecuária e a necessidade de conquistar e “limpar” as terras para a criação de gado, esta série de conflitos envolveu vários grupos e sociedades indígenas contra moradores, soldados, missionários e agentes da coroa portuguesa.

O conceito de “Guerra Justa” surgiu a partir da visão dos portugueses a respeito da reação dos índios, segundo eles, capazes de cometer verdadeiros atos de selvageria. A partir do momento em que foi decretada a Guerra Justa, os colonos passaram a ter o direito de usar luta armada contra os índios que se recusassem a aceitar a fé católica ou quebrassem os pactos de paz oferecidos por eles.



3) Explique a cultura da cana-de-açúcar na colonização do nordeste.

Para promover a efetiva ocupação da colônia, Portugal optou, por volta de 1530, pela organização de um empreendimento agrícola que fosse rentável para a Coroa e também para os investidores metropolitanos. O produto escolhido foi o açúcar, de alto preço no mercado europeu. A opção pela cana de açúcar tinha como objetivo garantir o máximo de lucro para a metrópole, que no contexto do início da colonização, encontrava-se em crise econômica e transferiu os gastos da colonização para a iniciativa privada através das capitanias hereditárias e dependia do financiamento e infraestrutura holandesa.

O ciclo da cana-de-açúcar representa para a história econômica brasileira o segundo ciclo econômico de grande importância, dirigindo os rumos da economia brasileira e portuguesa durante os séculos XVI a XVIII. Também quanto à colonização, esse cultivo foi extremamente importante, uma vez que estimulou o povoamento da colônia e a ocupação de seu vasto litoral. A intensificação do plantio da cana-de-açúcar permitiu o desenvolvimento da ocupação lusitana.

O cultivo da cana-de-açúcar se deu por várias razões favoráveis. Havia uma alta demanda na Europa pelo açúcar e seus preços eram altos. A cana é um vegetal asiático, da Índia, que possui clima quente e úmido. Se adaptou muito bem ao clima do litoral nordestino (tropical úmido), e ao solo fértil da região (solo de massapé). O financiamento da produção, transporte, refino e distribuição no mercado europeu do açúcar era realizado por holandeses.

Os engenhos foram instalados destacadamente em Pernambuco, Bahia, pequenas faixas territoriais maranhenses, no nordeste e São Vicente, litoral de São Paulo. O modelo de produção adotado foi o Plantation, cujas características são: Monocultura (só se cultivava cana de açúcar); Exportação (o objetivo é atender a demanda do exterior, no caso a metrópole); Latifúndios (grandes extensões de terra); e Escravidão (Mão de obra escrava africana).

4) Analise o que foi o comércio atlântico de escravos no processo de colonização da América portuguesa.

A produção de açúcar atraiu portugueses que formaram os primeiros núcleos populacionais. Até o último quarto do século XVI, a escravidão indígena foi amplamente empregada nos engenhos de açúcar. Mas, gradativamente, foram introduzidos negros africanos escravizados, que acabaram por se tornar a mão-de-obra característica da produção açucareira. Além da resistência indígena, com deslocamentos de tribos para o sertão, fugas e ataques aos portugueses, a decisão repousava nos altíssimos lucros do tráfico negreiro para a metrópole, o que o cativo indígena estava longe de oferecer.

A escravidão africana, portanto, foi uma opção, devido a um mercado extremamente lucrativo que era o comércio de africanos, pois a demanda de braços era muito grande. O número de pessoas trazidas foi tão grande que, antes do final do século XVIII, os africanos que vieram por meio do comércio de escravos tornaram-se os mais numerosos membros oriundos do Velho Mundo tanto no Norte quanto no Sul da América. Por mais de dois séculos, traficantes de escravos portugueses tiveram um quase monopólio sobre a exportação de escravos da África.



5) Apresente o motivo de Portugal ter fundado as capitanias hereditárias.

As expedições enviadas pela Coroa portuguesa demonstraram ser incapazes de repelir a constante presença de corsários e piratas franceses na costa brasileira, que vinham principalmente contrabandear o pau-brasil. Diante da ameaça externa, Portugal decidiu iniciar efetivamente a colonização das terras americanas, enviando para a colônia, em 1530, a expedição de Martim Afonso de Sousa. O enviado do rei chegou com a tarefa de proteger a costa no território, atividade que visava fazer da colônia uma área geradora de lucros para a metrópole.

Em 1534, seguindo o princípio de transferir para terceiros as despesas com a colonização do Brasil, a Coroa portuguesa introduziu no Brasil o sistema de capitanias hereditárias. Por esse sistema, Portugal optou pela colonização do território, e abandonar o antigo sistema de feitorias, transferiu os gastos para a iniciativa privada. As terras que cabiam a Portugal pelo Tratado de Tordesilhas foram divididas em lotes, 15 faixas que iam do litoral até o limite do tratado, e entregues aos capitães donatários (como eram chamados os que recebiam o benefício).

6) Descreva o que foi o Brasil Holandês e qual foi a implicação desse período na história do nordeste.

Durante o período da União Ibérica (1580-1640), os reinos de Portugal e Espanha foram unificados sob a Coroa espanhola, por causa da sucessão dinástica. Nesse período, a Holanda tornou-se independente da Espanha, a qual fechou os portos para os holandeses. Nos engenhos de açúcar do Brasil, a Holanda era a principal comerciante, obtendo lucros altivos com a Companhia das Índias Orientais. Mas o fechamento dos portos por parte dos espanhóis, impediu que os holandeses comercializassem com o Brasil.

Em 1624, os holandeses invadiram a sede do governo-geral em Salvador. Nesta época Salvador era o principal porto exportador de açúcar brasileiro. A ocupação holandesa durou até o ano seguinte quando os holandeses foram expulsos da Bahia. Em 1630, foi a vez dos holandeses invadirem a cidade de Olinda em Pernambuco. Nesta época o estado pernambucano era o maior exportador de açúcar das Américas. Desta vez os holandeses obtiveram êxito, conquistando os engenhos locais. E em 1637 chega a Pernambuco o holandês Maurício de Nassau, o novo regente passa a administrar o Estado. Maurício de Nassau governou Pernambuco de 1637 até 1644, fazendo uma excelente administração. Nassau e os holandeses tinham a simpatia da população do chamado “Brasil Holandês”, pois concedeu empréstimos aos Senhores de Engenho, para que estes investissem no cultivo do açúcar, investiu na infraestrutura da cidade de Recife, antes uma pequena vila, agora se torna um grande centro urbano, e concedeu liberdade religiosa entre católicos, protestantes e até judeus. A exploração holandesa no Brasil foi basicamente no cultivo da cana-de-açúcar.

Com o fim da União Ibérica, Portugal tratou de recuperar seus territórios coloniais e propôs uma trégua de 10 anos para a desocupação holandesa do Nordeste. A partir daí a Cia das Índias Ocidentais resolveu diminuir seus efetivos militares a fim de conter os gastos. Nassau foi demitido e o novo governo tornou-se extremamente severo, sobretudo em relação às dívidas dos senhores de engenho e o prazo para saldá-las. Muitas propriedades foram confiscadas e a tolerância religiosa não era mais observada com os mesmos cuidados. As tensões se



acumularam e começaram a se manifestar na forma de rebeliões que se generalizaram, até que eclodiu um processo de rebelião que vai expulsar os holandeses: a Insurreição Pernambucana.

7) Explique o que foi a tragédia de Tracunhaém.

No início o sistema de capitanias, a região de Itamaracá não apresentou os resultados desejados pela Coroa portuguesa, principalmente mais ao norte onde se encontravam em maior número os índios Potiguaras, que comercializavam o pau-brasil com franceses. Muitos donatários das capitanias de Pernambuco culpavam o governo de Itamaracá de descaso com suas obrigações. A decadência de Itamaracá ocorreu definitivamente após o Massacre de Tracunhaém em 1570. A Tragédia de Tracunhaém é a denominação do episódio histórico que resultou na morte de todos os colonos que habitavam o engenho de mesmo nome, em Pernambuco, motivando a determinação dos portugueses em controlar mais rigorosamente a região por meio da criação da capitania da Paraíba.

Em 1574 foi extinta a capitania de Itamaracá e criada a capitania da Paraíba. Só foi definitivamente instalada em 1585, pois era necessário criar suporte físico e militar para resistir aos ataques potiguaras e dos Franceses. A criação da capitania da Paraíba foi por ordem do rei de Portugal Dom João Manuel, que faleceu em 1557. Foi pai do sucessor D. Sebastião, que morreu em 1578, quando teve início a crise sucessória que levou à União Ibérica.

8) Identifique qual foi a relação entre os índios Tabajaras e Potiguaras na colonização da região da Paraíba.

Em meados do século XVI, a costa nordestina era muito cobiçada por várias nações europeias em virtude da riqueza proveniente do pau-brasil. Na região, se encontravam os índios Tabajaras e os Potiguaras, que eram antigos inimigos. Expedições francesas, com o auxílio da tribo potiguara, saqueavam as terras paraibanas. A partir de 1574, a Coroa Portuguesa decidiu pôr fim a isso, expulsando o invasor e iniciando a colonização da Paraíba.

Com a chegada de reforços os franceses foram derrotados, porém no ano seguinte, em janeiro de 1585 os Tabajaras chegaram ao litoral após terem sido expulsos a vários anos de suas terras pelos portugueses e Potiguaras. Assim passaram a viver com certo nomadismo até retornaram nesse ano tendo como liderança Piragibe, que significa “Braço de Peixe”. Em 1585, chegou à Capitania Real da Paraíba o capitão português João Tavares, que logo tratou de firmar um pacto com o chefe tabajara Piragibe contra os seus inimigos potiguaras. A confirmação desse acordo foi o marco para a fundação da Capital da Paraíba, em 5 de agosto de 1585, e para a tão desejada conquista da Paraíba.

9) Apresente o porquê o Iluminismo europeu influenciou na crise do sistema colonial no Brasil.

As ideias iluministas, que combatiam os dogmas religiosos e a opressão política do absolutismo e defendiam a liberdade e a soberania da razão, povoava a Europa desde o século XVII, se desenvolvendo especialmente no século XVIII. A maioria dos pensadores iluministas pregavam a República para substituir a Monarquia, a divisão dos poderes em executivo, legislativo e judiciário. Do pensamento iluminista vieram os princípios da Igualdade, Liberdade e Fraternidade, que nortearam a Revolução Francesa. O pensamento iluminista promoveu



profundas transformações no mundo. As Revoluções Burguesas basearam-se nos princípios iluministas. A Revolução Inglesa, Independência dos EUA, Revolução Francesa e a Independência dos países da América Espanhola foram diretamente influenciadas pelo iluminismo.

No Brasil as revoltas anticoloniais da Inconfidência Mineira e da Conjuração Baiana, também eram iluministas. A Revolução Praieira e a Confederação do Equador, já no Império, também.

O final do século XVIII foi marcado pelo enfraquecimento do sistema colonial. Na Europa e nos EUA os ideais iluministas traziam profundas transformações políticas e no Brasil o pensamento liberal iluminista era cada vez mais presente. O Nordeste, destacadamente Pernambuco era o centro dos pensadores liberais e quando se inicia o processo de independência do Brasil, com a vinda da família real portuguesa, teremos a Revolução de 1817. No início do primeiro reinado (o governo de D. Pedro I), diante das demonstrações de autoritarismo e absolutismo do imperador, no Nordeste eclode a confederação do Equador.



10. EXERCÍCIOS.



1. (IBFC – 2014/SSDS/SOLDADO PM COMBATENTES)

Leia o enunciado a seguir. Na época da conquista da Paraíba (segunda metade do século_____) chegaram outros silvícolas, dessa vez pertencentes à tribo Tabajaras, também de origem Tupi-Guarani, mas logo tornaram-se inimigos dos Potiguaras, fixando-se na várzea do Rio Paraíba.

Assinale a alternativa que preencha adequadamente a lacuna existente no enunciado acima:

- A) XVI.
- B) XVII.
- C) XV.
- D) XIV.

Comentários

A efetivação da colonização da Paraíba ocorreu na segunda metade do século XVI. O território paraibano possui terras da antiga capitania de Pernambuco, mas principalmente da capitania de Itamaracá, cujo primeiro donatário foi Pero Lopes. A capitania não prosperou e com a morte de Lopes ela foi reintegrada ao patrimônio português e tornou-se uma capitania real. A capitania da Paraíba foi criada em 1575 após a extinção da capitania de Itamaracá, após o massacre de Tracunhaém.

A alternativa A é a resposta certa, uma vez que os índios Tabajaras chegaram à Paraíba vindos do São Francisco, na segunda metade do século XVI (Fevereiro de 1585). Os Tabajaras, cujo principal era Piragibe – Braço de Peixe –, instalaram-se na margem esquerda do rio Paraíba e se aliaram aos Potiguaras, que ficavam na margem direita do rio.

As demais alternativas são falsas, pois a Conquista da Paraíba não condiz com os períodos referidos.

(GUIMARÃES, 2019)

Gabarito: A

2. (IBFC – 2014/SSDS/SOLDADO PM COMBATENTES)

Para assegurar a posse efetiva das terras para Portugal, uma das medidas adotadas foi a criação da Capitania da Paraíba, no ano de 1.574, por ordem do rei_____.

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna.

- A) Dom Manuel.



- B) Dom Henrique.
- C) Dom Sebastião.
- D) Dom João.

Comentários

O rei de Portugal até 1557 foi Dom João Manuel, pai do sucessor D. Sebastião, que morreu em 1578, quando teve início a crise sucessória que levou à União Ibérica. Questão muito factual, como a IBFC tende a cobrar, então de olho nos nomes e datas em destaque.

A alternativa A está incorreta, pois seu reinado perdurou entre os anos de 1495 até a sua morte, em 1521.

A alternativa B também está incorreta, pois Dom Henrique reinou apenas entre os anos de 1578, onde se viu confrontado com a necessidade incontornável de assumir o governo, até a sua morte, em 1580.

A alternativa C também está incorreta, pois seu reinado perdurou durante os anos de 1557 e 1578. Dom Sebastião nasceu em Lisboa, era neto sucessor de D. João III, como herdeiro do trono português, foi coroado rei aos três anos de idade e durante a menoridade ficou sob a tutela do cardeal D. Henrique, seu tio-avô paterno, e da avó, D. Catarina.

A alternativa D está correta, pois Dom João III era quem reinava durante o ano de 1574. Na época, houve também, um incidente conhecido como "Tragédia de Tracunhaém", no qual os índios mataram todos os moradores de um engenho chamado Tracunhaém, em Pernambuco. Esse episódio ocorreu devido ao rapto e posterior desaparecimento de uma índia, filha do cacique potiguar nesse engenho. Após esta tragédia, D. João III, rei de Portugal, desmembrou Itamaracá, dando formação à capitania do Rio Paraíba.

(MOTA; BRAICK, 2005; TORRE DE BABEL, 2017; COSTA, 2019; PARAÍBA TOTAL, 2019)

Gabarito: D

3. (IBFC – 2014/SSDS/SOLDADO PM COMBATENTES)

Quando o governador geral Dom Luis de Brito recebeu a ordem para separar Itamaracá, recebeu também do rei de Portugal a ordem de punir os índios responsáveis pelo massacre, expulsar os franceses e fundar uma cidade. Assim, começaram as cinco expedições para a conquista da Paraíba. Faça a associação correta:

- I. 1.574.
- II. 1.575.
- III. 1.579.
- IV. 1582.
- V. 1.584.



- () Frutuoso Barbosa volta decidido a conquistar a Paraíba, mas desiste após perder um filho em combate.
- () Expedição comandada pelo governador geral Dom Luis de Brito, que foi prejudicada por ventos desfavoráveis e eles nem chegaram às terras paraibanas.
- () A expedição chega a Paraíba e captura cinco navios de traficantes franceses, solicitando mais tropas de Pernambuco e da Bahia para assegurar os interesses portugueses na região.
- () Dom Fernão da Silva, comandante da expedição, teve sua tropa surpreendida por indígenas e teve que recuar para Pernambuco.
- () Ainda sob forte domínio "de fato" dos franceses, foi concedida, por dez anos, ao capitão Frutuoso Barbosa a Capitania da Paraíba, desmembrada de Olinda.

A sequência correta de cima para baixo é:

- A) I, II, III, IV, V.
- B) IV, II, V, I, III.
- C) V, IV, III, II, I.
- D) III, V, I, II, IV.

Comentários

A alternativa B é a resposta certa, pois a sequência correta de fato é IV, II, V, I, III.

Em 1582, Frutuoso Barbosa volta decidido a conquistar a Paraíba, mas cai na armadilha dos índios e dos franceses e acaba desistindo após perder um filho em combate.

Em 1575, D. Luis de Brito teve sua expedição (partindo da Bahia) prejudicada pelas más condições de navegação, provocando desvios de rota e de veleiros. Parte da expedição voltou ao porto de origem com o próprio Governador Geral e a outra parte conseguiu ancorar em Pernambuco, regressando à Bahia após alguns dias de espera.

Em 1584, após a sua chegada à Paraíba, Frutuoso Barbosa capturou cinco navios de traficantes franceses, solicitando mais tropas de Pernambuco e da Bahia para assegurar os interesses portugueses na região.

Em 1574, D. Fernão da Silva, ao chegar no Brasil, tomou posse das terras em nome do rei sem que houvesse nenhuma resistência, mas isso foi apenas uma armadilha. Sua tropa foi surpreendida por indígenas e teve que recuar para Pernambuco.

Em 1579, ainda sob forte domínio "de fato" dos franceses, foi concedida, por dez anos, ao capitão Frutuoso Barbosa a capitania da Paraíba, desmembrada de Olinda. Essa ideia só lhe trouxe prejuízos, uma vez que quando estava vindo à Paraíba, caiu sobre sua frota uma forte tormenta e além de ter que recuar até Portugal, ele perdeu sua esposa.

(IHGP, 2019; PARAÍBA TOTAL, 2019)

Gabarito: B



4. (IBFC – 2014/SSDS/SOLDADO PM COMBATENTES)

Leia o enunciado a seguir.

Os europeus que vieram para o estado eram predominantemente _____, isso desde o início da colonização no século _____. Estes chegaram à Paraíba provenientes principalmente da Capitania de _____. O pequeno número de mulheres _____ na época estimulou logo cedo a miscigenação com mulheres das tribos locais e, em menor escala, com as mulheres _____, sedimentando a base da população atual.

Assinale a alternativa que preencha adequada e respectivamente as lacunas.

- A) Portugueses - XVI - Pernambuco - brancas - escravas.
- B) Holandeses - XV - Ceará - brancas - índias.
- C) Italianos - XVI - Rio Grande do Norte - pardas - brancas.
- D) Portugueses - XV - Rio Grande do Norte - negras - caboclas.

Comentários

Completar as lacunas é bem simples. A colonização da Paraíba foi feita por portugueses no século XVI (a Paraíba na segunda metade). Os primeiros colonos vieram do principal centro da colonização, a capitania de Pernambuco. Um dos assuntos mais estudados é a formação da sociedade brasileira que é miscigenada. A falta de mulheres europeias para casamento, fizeram com que se amiassem com várias índias e também com suas escravas.

A alternativa A está correta, pois em 1535 (século XVI), os Portugueses chegaram a Paraíba provenientes principalmente da Capitania de Pernambuco e de Itamaracá. Os europeus eram em sua maioria homens, o que favoreceu a miscigenação e a procriação com as mulheres escravas da região.

As demais alternativas são falsas, pois não se adequam as lacunas do enunciado.

(GALVÃO, 2019)

Gabarito: A

5. (FCC – 2013/AL-PB/ANALISTA LEGISLATIVO)

A Tragédia de Tracunhaém é a denominação do episódio histórico:

- A) em que centenas de indígenas, que habitavam o território entre Pernambuco e Paraíba, foram massacrados por conquistadores portugueses, em um ataque surpresa liderado por Frutuoso Barbosa.
- B) ocorrido no rio de mesmo nome, quando uma frota de embarcações portuguesas foi alvo do ataque de tribos indígenas e de colonizadores holandeses, sendo todos os tripulantes mortos.
- C) que resultou na morte de todos os colonos que habitavam o engenho de mesmo nome, motivando a determinação dos portugueses em controlar mais rigorosamente a região por meio da criação da capitania da Paraíba.



D) no qual uma forte epidemia de varíola se alastrou e dizimou, em poucos meses, várias aldeias indígenas e as populações que habitavam diversas vilas em Pernambuco, na Paraíba e no Rio Grande do Norte.

E) decorrente do enfrentamento entre colonizadores franceses e portugueses, aliados a tribos indígenas, que terminou com a destruição completa dos vilarejos da capitania de Itamaracá, e um grande número de mortos de ambos os lados.

Comentários

O massacre de Tracunhaém foi um conflito entre os indígenas potiguaras e o dono do engenho Tracunhaém. O lugar foi atacado e todos foram mortos. Após este episódio foi extinta a capitania de Itamaracá e criada a da Paraíba, pois os portugueses passaram a aumentar o domínio na região e combater os indígenas.

A alternativa A é falsa, pois a Tragédia de Tracunhaém foi um episódio liderado por índios, que conduzidos pelos franceses, planejaram se vingar dos portugueses pelo sumiço da índia Olinda, filha do cacique potiguar.

A alternativa B também é falsa, porque o fato ocorreu quando cerca de dois mil guerreiros cercaram o engenho de Diogo Dias. Quando os defensores do engenho saíram para contra-atacar, foram atacados por uma multidão de índios. O resultado foi a morte de todos que ali habitavam, com exceção de apenas dois portugueses, que não estavam no engenho no momento do ataque.

A alternativa C está correta. A tragédia foi um ataque de índios potiguaras dirigido ao Engenho Tracunhaém, próximo a Goiana, Pernambuco, ocorrido em 1574. Neste ataque, toda a população colonizadora da região foi dizimada. Assim, este episódio generalizou o medo nos colonizadores portugueses da região e fez com que o rei de Portugal determinasse a apropriação de uma parte do território da capitania de Itamaracá para que se criasse uma capitania real. Com isso, iria proteger a indústria açucareira, expulsariam-se os franceses e expandiriam-se os domínios portugueses para os chamados "sertões" do norte da colônia. Criava-se, assim, a Capitania Real da Paraíba, que passou a constar nos mapas portugueses somente a partir de 1574.

A alternativa D é falsa, pois No Brasil, o primeiro surto de varíola ocorreu em 1555, quando a doença foi introduzida no estado do Maranhão por colonos franceses. Em 1560, ocorreu uma epidemia relacionada ao tráfico de escravos africanos e em 1562-63, a doença foi trazida pelos próprios portugueses. As populações nativas também foram duramente atingidas. A busca dos jesuítas pelas conversões de índios contribuiu para a interiorização e disseminação da doença varíola estabeleceu-se nas grandes cidades (portos), principalmente no Rio de Janeiro, assumindo caráter endêmico.

A alternativa E também é falsa, pois a Tragédia de Tracunhaém foi um episódio em que os indígenas, aliados aos franceses, atacaram o Engenho de Tracunhaém, em Pernambuco, deixando toda a população portuguesa, que ali habitava, dizimada. Ou seja, houve grandes perdas somente no lado português.

Gabarito: C

6. (FCC – 2013/AL-PB/ANALISTA LEGISLATIVO)



Em 1574 aconteceu um incidente conhecido como "Tragédia de Tracunhaém", no qual índios mataram todos os moradores de um engenho chamado Tracunhaém em Pernambuco. Esse episódio ocorreu devido ao rapto e posterior desaparecimento de uma índia, filha do cacique potiguar, no Engenho de Tracunhaém. Com base no conhecimento da História da Paraíba, é correto afirmar que essa Tragédia contribuiu para:

- A) a aliança entre os índios Potiguaras e portugueses e para o progresso da Paraíba.
- B) o desmembramento da capitania de Itamaracá e para a formação da capitania da Paraíba.
- C) a autonomia administrativa de colônia e para a expansão das bandeiras no interior da Paraíba.
- D) a resistência indígena à conquista portuguesa e para a expansão da pecuária na Paraíba.
- E) o ingresso de Ordens religiosas na capitania e para a catequização dos índios da Paraíba.

Comentários

Após o massacre foi extinta a capitania de Itamaracá. A região até a criação da Paraíba ficou sob jurisdição de Pernambuco – capital Olinda- de onde foi desmembrada.

A alternativa A é falsa, pois com o desaparecimento da índia Olinda, filha do cacique, a tribo indígena cravou o desejo de vingança contra o Engenho de Tracunhaém, liderado por Diogo Dias, que tinha grandes chances de ser o líder do desaparecimento de Olinda.

A alternativa B é a certa. Após o ataque indígena ao engenho, o acontecimento generalizou o medo nos colonizadores portugueses da região. Com isso, por ordem do Rei de Portugal, a capitania Itamaracá foi desmembrada, ou seja, parte do território da capitania seria apropriada para a criação de uma capitania real, que iria se chamar Capitania da Paraíba.

A alternativa C também é falsa, pois após a Tragédia de Tracunhaém, os portugueses dominados pela fraqueza, criaram uma capitania que seria considerada como o escudo contra ataques posteriores. Nessa capitania, o principal objetivo era se proteger e expulsar os franceses, além de buscar a expansão para o norte dos “sertões”.

A alternativa D também é falsa, pois após várias expedições falhas, algumas por condições naturais e outras por perdas de entes queridos, os portugueses, aliados à tribo rival dos potiguaras, conseguiram com que eles recuassem.

A alternativa E também é falsa, pois a ideia de catequizar os índios, a primeiro instante, foi um fracasso, já que, os religiosos não foram bem recebidos pelas tribos habitantes na Paraíba.

(PARAÍBA TOTAL, 2019).

Gabarito: B

7. (FCC – 2013/AL-PB/ANALISTA LEGISLATIVO)

Em verdade, os portugueses aproveitaram-se das diferenças étnicas entre as tribos indígenas para jogar umas contra as outras e prevalecer. Assim, aliás, atuará sempre o colonialismo... Sem a cisão do campo dos naturais da terra, os representantes do Império não teriam dominado parte alguma do mundo.



(José Octávio de Arruda Mello. História da Paraíba, lutas e resistência. Paraíba, Conselho Estadual de Cultura (SEC): União Editora, s/d. p. 25-26).

Com base no texto e no conhecimento histórico, pode-se afirmar que o sucesso da expedição chefiada por João Tavares na conquista da Paraíba em 1585 deveu-se, principalmente:

- A) aos acordos de paz entre os missionários e índios do grupo Tapuias.
- B) ao estímulo português a conflitos entre índios Potiguaras e invasores.
- C) à agressividade dos indígenas na luta entre portugueses e Tapuias.
- D) à rivalidade existente entre os indígenas Tabajaras e Potiguaras.
- E) aos constantes conflitos entre os franceses e os Tupis-Guaranis.

Comentários

Após várias expedições sem sucesso João Tavares conquistou a Paraíba em 1585, quando foi efetivamente instalada a capitania. A principal razão da conquista era a rivalidade entre as tribos indígenas e se aliaram aos Tabajaras, inimigos dos Potiguaras.

A alternativa A é falsa, pois os índios do grupo Tapuias, após determinado período em que viveram em aldeias com fins de catequese, expulsaram jesuítas e missionários, para que conquistassem maior autonomia e lucro com o gado.

A alternativa B também é falsa, pois antes da chegada da expedição chefiada por João Tavares na Paraíba, havia rivalidade somente entre as tribos Potiguara e Tabajara. Quando os portugueses ali habitaram, no Engenho de Tracunhaém, os índios potiguares os atacaram em forma de vingança.

A alternativa C também é falsa, pois, historicamente, não houve uma luta entre portugueses e Tapuias. Os indígenas, que já habitavam a região quando os portugueses a ocuparam, ficaram conhecidos como "bárbaros" por sua postura agressiva e inimiga. Porém, grande parte da população havia alto nível de civilização.

A alternativa D está certa. Para as jornadas, o ouvidor-geral Martim Leitão formou uma tropa constituída por brancos, índios, escravos e até religiosos. Quando aqui chegaram se depararam com índios que sem defesa, fogem e são aprisionados. Ao saber que eram índios tabajaras, Martim Leitão manda soltá-los, afirmando que sua luta era contra os potiguaras, rivais dos Tabajaras. Após o incidente, Leitão procurou formar uma aliança com os Tabajaras, que por temerem outra traição, rejeitaram-na. Quando ninguém esperava, os portugueses unem-se aos Tabajaras, fazendo com que os potiguaras recuassem. Isto se deu no início de agosto de 1585. A conquista da Paraíba se deu ao final, pela união de um português e um chefe indígena chamado Pirajibe, palavra que significa "Braço de Peixe". A província tornou-se estado com a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889.

A alternativa E também é falsa, pois a conquista de Paraíba se deu após a união de um português e um chefe da tribo indígena, que havia se recuado após a união entre Tabajaras e portugueses.

(PARAÍBA TOTAL, 2019).



Gabarito: D

8. (FCC - 2013 - AL-PB - Assistente Legislativo)

Para o pesquisador Humberto Nóbrega, trata-se do “maior e mais respeitável monumento histórico da Paraíba”. É a única praça forte ainda de pé que nos ficou dos primórdios da colonização. Fundada em 1589, após a celebração da paz entre os colonizadores e o chefe índio Piragibe, a fortaleza inicialmente era de taipa e foi erguida pelo alemão Cristóvão Linz, a 18 Km da Capital do Estado, João Pessoa.

(http://www.joaopessoaconvention.com.br/v2009/?p=ponto_turistico)

Com base no conhecimento histórico da Paraíba, assinale a afirmação que se relaciona ao monumento a que o texto se refere.

- A) Com o objetivo de evitar a entrada dos franceses, Frutuoso Barbosa ordenou a construção da Fortaleza de Santa Catarina, em Cabedelo.
- B) Visando defender os engenhos de ataques de índios Potiguaras, André de Albuquerque construiu o Forte de Inhobim, em João Pessoa.
- C) Para resistir aos ataques indígenas potiguaras, João Tavares iniciou a construção do Forte de São Sebastião, na foz do rio Paraíba.
- D) Durante o governo de Martim Leitão, foi edificada a capela de São Gonçalo, ainda hoje, um dos grandes monumentos históricos da Paraíba.
- E) A Igreja de São Bento, na Avenida General Osório, onde há um cata-vento em lâmina, construído em 1753, foi obra iniciada por Feliciano Coelho.

Comentários

A alternativa A está certa. Em "taipa e área solta", esta primitiva estrutura foi arrasada durante o governo de André de Albuquerque por um ataque combinado de corsários franceses e indígenas (1591), foi reconstruído a partir do ano seguinte, em alvenaria de pedra e cal. Foi concluído em 1597 sob a invocação de Santa Catarina de Alexandria, padroeira da Capela do forte, e em homenagem a Dona Catarina de Portugal, Duquesa de Bragança. Nesse mesmo ano, uma esquadra de treze navios franceses desembarcou uma força de 350 homens, que atacaram o forte por terra (SOUZA, 1885:78). Durante a resistência ao assalto registrou-se a morte do comandante do forte, reassumindo o comando o Capitão João de Matos Cardoso (BARRETTO, 1958:114-115).

A alternativa B é falsa, pois em 1591, o Ouvidor-mor Antônio Coelho de Aguiar, concedeu permissão ao Capitão-mor da Capitania da Paraíba, Feliciano Coelho de Carvalho, para construir um forte no lugar denominado Inhobim, defendendo aquele ancoradouro. O Fortim de Inhobim, assim levantado, foi guarnecido por soldados do Forte do Cabedelo. Também conhecido como Forte do rio Verde ou Forte do rio Azul, embora BARRETTO (1958) compreenda que teve curta existência, arrasado pelos indígenas da região, este forte foi extinto por Diogo de Campos Moreno em 1605 por ter se tornado inútil.



A alternativa C também é falsa, pois a construção do Forte de São Sebastião, em um morro chamado Morro do Descanso, teve como objetivo proteger e limitar a região urbana e de um reduto sob a invocação de São Januário.

A alternativa D também é falsa, porque, também conhecida como Capela do Engenho Uma ou Capela do Patrocínio, a capela de São Gonçalo foi edificada por Mathias Soares Taveira em terras do antigo engenho Uma, em 1700.

A alternativa E também é falsa, pois o Mosteiro de São Bento, localizado no centro histórico da cidade brasileira de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, é um conjunto em estilo barroco, construído pelos monges Beneditinos, formado pelo mosteiro e a igreja, considerado um dos mais importantes do Brasil.

(PARAÍBA TOTAL, 2019; WIKIPÉDIA, 2019).

Gabarito: A

9. (FCC – 2013/AL-PB/ANALISTA LEGISLATIVO)

Após a expulsão dos holandeses, a administração portuguesa incentivou o povoamento do oeste da Paraíba. As práticas adotadas para concretizar essa ocupação foram:

A) o incentivo às entradas e a autorização para a livre mineração, uma vez que nesse período foram descobertas dezenas de jazidas de ouro na região, em torno das quais se formavam os primeiros arraiais.

B) a instalação de fazendas de criação de gado bovino em áreas bem servidas por rios, e a fundação sistemática de povoações, freguesias e vilas que garantiam a posse portuguesa daquele território.

C) a construção de quartéis e a transferência dos engenhos de cana-de-açúcar situados próximos ao litoral para o sertão, a fim de promover o desenvolvimento de núcleos urbanos no interior.

D) o estímulo e o patrocínio, por parte da Coroa Portuguesa, às famílias europeias pobres que, ao emigrarem, recebiam sesmarias e volumosos recursos para se instalarem em lugares isolados.

E) o apoio aos missionários e a estratégia governamental de “fazer vistas grossas” à instalação de quilombos, favorecendo a abertura de caminhos e o início de alguma atividade agrícola produtiva no sertão.

Comentários

A colonização da Paraíba iniciou pelo Litoral com a implantação de engenhos de açúcar. Depois a atividade de pecuária foi a principal responsável pela interiorização do território, principalmente próximos aos rios. A atividade pecuária foi uma importante atividade complementar, bem como também a produção de Algodão. Surgiram desta atividade vários povoados e vilas, muito importantes para a consolidação da presença portuguesa.



A alternativa A é falsa, pois apesar de modificar a estrutura econômica, a mineração manteve a estrutura de trabalho vigente, beneficiando apenas os ricos e os homens livres que compunham a camada média.

A alternativa B está certa. Com o surgimento das atividades mineradoras nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, a pecuária ampliou seu mercado consumidor estabelecendo novas frentes de expansão no Nordeste e na região Sul do território. Além de servir para o abastecimento da população, a atividade pecuarista também consolidou um próspero comércio. Além de ocupar uma importante posição no ambiente colonial, a expansão da pecuária foi de grande importância no processo de ampliação do território. Paralelamente, após a decadência da atividade mineradora no interior, a pecuária também se consolidou como uma nova atividade que substituiria o vazio econômico deixado pelo esgotamento das minas.

A alternativa C também é falsa, pois os núcleos urbanos foram formados no litoral, com o intuito de aumentar a venda dos produtos produzidos no país, já que ali havia portos de livre acesso às rotas de comércio. Com isso, as cidades foram cada vez mais urbanizadas e preparadas para o trabalho, em busca de melhorar o comércio brasileiro.

A alternativa D também é falsa, pois sesmaria foi um instituto jurídico português que normatizava a distribuição de terras destinadas à produção agrícola. O Estado, recém-formado e sem capacidade para organizar a produção de alimentos, decide legar a particulares essa função. Este sistema surgiu em Portugal durante o século XIV, com a Lei das Sesmarias de 1375, criada para combater a crise agrícola e econômica que atingia o país e a Europa, e que a peste negra agravava. Quando a conquista do território brasileiro se efetivou a partir de 1530, o Estado português decidiu utilizar o sistema sesmarial no além-mar, com algumas adaptações. A partir do momento em que chegam ao Brasil os capitães-donatários, titulares das capitanias hereditárias, a distribuição de terras a sesmeiros passa a ser uma prioridade, pois é a sesmaria que vai garantir a instalação da "plantation" açucareira na colônia.

A alternativa E também é falsa, pois sem a ajuda dos missionários, o governo combateu os negros, que insatisfeitos com seu trabalho escravo nos engenhos, fugiam para quilombos onde haviam outros em igual situação. O principal quilombo conhecido é o de Palmares, que já abrigava cerca de 50 mil escravos. Contudo, apesar do empenho e dedicação dos negros, eles foram derrotados pelo governo com a ajuda do bandeirante Domingos Jorge Velho.

Gabarito: B

10. (FCC - 2013 - AL-PB - Assistente Legislativo)

Considere as informações abaixo.

I. A posição da Paraíba, à época, era de uma verdadeira fortaleza, era um lugar quase inexpugnável, de acesso muito difícil.

II. Na embocadura do rio Sanhauá havia dois fortes e a ilha da Restinga, que era utilizada com uma bateria, para impedir o acesso dos navios.



III. Havia um sistema sonoro no forte de Cabedelo, em caso de perigo, um canhão especial disparava, sendo ouvido na cidade. Outro canhão, localizado na cidade, disparava para ser ouvido nas cercanias de Santa Rita.

As informações referem-se a algumas das circunstâncias que

- A) retardaram a conquista e ocupação da Paraíba pelos portugueses durante o período colonial.
- B) concorreram para o desinteresse português em colonizar a Paraíba, nos primeiros trinta anos.
- C) asseguraram a posse e colonização do território paraibano durante as invasões francesas na Paraíba.
- D) facilitaram as incursões estrangeiras na Paraíba, para comercializar o pau-brasil com os indígenas.
- E) contribuíram com as vitórias sucessivas dos paraibanos durante as invasões holandesas na Paraíba.

Comentários

A alternativa E está certa. Os holandeses organizaram uma Companhia – a Companhia das Índias Ocidentais –, e decidiram invadir a capital, em 1624. Prenderam o Governador Geral e o enviaram para a Holanda. Não conseguiram, no entanto, governar a região. Sob o comando de D. Marcos Teixeira, as forças brasileiras mataram vários chefes batavos, enfraquecendo as tropas holandesas. Em maio de 1625, eles foram expulsos da Bahia pela esquadra de Fradique Toledo Osório. As invasões holandesas atingem também a Paraíba e através de ataques contínuos a Cabedelo, onde a resistência foi muito acentuada, tentam se fixar em nossas terras, porém só concretizando em 1634, quando desembarcam ao norte da foz do Jaguaribe e conseguiram vitória sobre as tropas do governador paraibano Antônio de Albuquerque Maranhão e partindo para dominar Cabedelo, onde tiveram êxito.

(PARAÍBA, 2019).

Gabarito: E

11. (IBFC – 2014/SSDS/SOLDADO PM COMBATENTES)

Em relação a população indígena analise as afirmativas abaixo, dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F) e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- () Os índios Cariris se encontravam em maior número que os tupis e ocupavam uma área que se estendia desde o planalto da Borborema até os limites do Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco.
- () Os índios Tabajaras - eram mais numerosos que os Potiguaras e ocupavam uma pequena região nos limites do Rio Grande do Norte com a Paraíba.



() Os índios Potiguaras na época da fundação da Paraíba, os Potiguaras formavam um grupo de aproximadamente 5 mil pessoas. A aliança que firmaram com os portugueses foi de grande proveito para os índios quando da conquista da Paraíba e fundação de João Pessoa.

A sequência correta das assertivas é:

- A) F-V-V.
- B) V - V - V.
- C) F -F – V.
- D) V - F - F.

Comentários

A alternativa D é a resposta correta, de modo que a sequência é V - F - F.

Os índios Cariris se encontravam em maior número que os Tupis e ocupavam uma área que se estendia desde o planalto da Borborema até os limites do Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Eram índios que diziam ter vindo de um grande lago. Estudiosos acreditam que eles tenham vindo do Amazonas ou da Lagoa Maracaibo, na Venezuela.

Os Potiguaras eram mais numerosos que os Tabajaras e ocupavam uma pequena região nos limites do Rio Grande do Norte com a Paraíba. Eram uma das tribos mais populosas da nação Tupi, desempenharam importante papel na guerra holandesa com cujos povos se aliaram.

(PARAÍBA, 2019).

Gabarito: D

12. (IBFC – 2014/SSDS/SOLDADO PM COMBATENTES)

Em relação à presença holandesa na Paraíba, é correto afirmar:

- I. A instalação da empresa açucareira no Brasil contou com a participação holandesa, desde o financiamento das instalações até a comercialização no mercado europeu.
- II. O primeiro governador da província holandesa da Paraíba e Rio Grande do Norte foi Duarte Gomes da Silveira, que em nome do Príncipe de Orange dos Estados Gerais e da Companhia, fez aos paraibanos, em ata de 13 de janeiro de 1.635 várias promessas.
- III. O controle holandês sobre a Paraíba durou apenas 10 anos, de 1.634 a 1.644.
- IV. Na época da invasão holandesa, a população era dividida em dois grupos: os homens livres (holandeses, portugueses e brasileiros) e os escravos (de procedência brasileira ou africana).
- V. Quando da invasão holandesa ao nordeste do Brasil, a Paraíba era a terceira capitania em ordem de grandeza e importância econômica na colônia, sendo precedida pela Bahia e Pernambuco. Era esta riqueza e prosperidade que atraía os invasores.

Estão corretas apenas as afirmativas:



- A) I, IV e V.
- B) II e III.
- C) I, III e V.
- D) II e IV.

Comentários

Erradas:

II. A Paraíba foi invadida pelos holandeses sob o comando do conde Maurício de Nassau.

III. Administraram Filipeia de Nossa Senhora das Neves neste período de 10 anos, mas efetivamente foram expulsos da Paraíba e do Brasil em 1654.

A alternativa A está correta, concluindo, assim, que as afirmativas I, IV e V são verdadeiras.

O primeiro governador da província holandesa da Paraíba e Rio Grande do Norte foi Servaes Carpentier que em nome do Príncipe de Orange, dos Estados Gerais e da Companhia fez aos paraibanos, em ata de 13 de janeiro de 1635, as seguintes promessas: ofereceram anistia, liberdade de consciência e de culto católico, manutenção do regime de propriedade, proteção aos negócios e observâncias das leis portuguesas nas pendências aos naturais da terra.

O mais completo relatório sobre a Paraíba proveniente do domínio holandês, é a Descrição geral da Capitania da Paraíba, de Elias Herckman, que afirma que o controle holandês foi de 1636 a 1639.

(PARAÍBA, 2019).

Gabarito: A

13. (FCC - 2013 - AL-PB - Assistente Legislativo)

(...) as fugas individuais e coletivas, o suicídio, o assassinato dos senhores e colonos, a destruição das fazendas de gado e das plantações dos colonos, o estupro, o furto de alimentos como farinha e milho, o casamento com o não indígena, e até a resignificação dos valores cristãos para os aspectos relacionados às suas respectivas culturas.

(Jean Paul Gouveia Meira e Juciene Ricarte Apolinário. História Indígena no Sertão da Capitania Real da Paraíba no Século XVIII. Campina Grande: Cadernos do LEME, jan./jun. 2010, v. 2, n. 1. p. 90)

Considerando a História Colonial da Paraíba, o texto identifica

- A) as inúmeras práticas indígenas de resistência à colonização portuguesa, no Sertão da Paraíba.
- B) as práticas dos indígenas que contribuíram para seu desaparecimento do sertão paraibano.
- C) algumas das faces do caráter dos indígenas, “ferozes guerreiros selvagens”, do Sertão da Paraíba



D) as formas de hostilidade dos indígenas do sertão, despossuídos de valores e princípios civilizados.

E) alguns aspectos da cultura das populações que viviam no litoral, na época da conquista da Paraíba.

Comentários

A alternativa A está certa. Os índios que colaboraram com os colonizadores e os que a eles se renderam foram utilizados como mão-de-obra na lavoura, nos engenhos e na construção de obras para a edificação da cidade de Nossa Sra. das Neves (atual cidade de João Pessoa). Porém, aqueles considerados revoltosos e bárbaros, faziam tudo que podiam para resistir a colonização portuguesa, desde fugas a assassinatos de senhores de engenho.

A alternativa B é falsa, pois os Índios Puris ocuparam, no período dos setecentos, uma extensa área da região do Vale do Paraíba. Esses índios eram de etnia bem diferente dos outros ameríndios que ocuparam a região litorânea da Província, não só no aspecto físico, mas também cultural, já que, sobretudo, falavam um dialeto do tronco linguístico de origem macro-gê. Pontuado pela historiografia como primeiros habitantes da Região de Campo Alegre da Paraíba Nova, a atual cidade de Resende, localizada no médio Vale do Paraíba, os Puris sofrem a ação colonizadora na região por volta do século XVIII, com a expansão das fronteiras agrícolas do império Luso-brasileiro, ocasionando diversos conflitos na Região entre índios e Colonos, que como consequência a fundação do aldeamento de São Luis Beltrão, no qual esses índios foram reduzidos. No entanto, nos meados do século XIX, essa etnia foi considerada extinta, desaparecendo dos documentos oficiais. Esse artigo pretende analisar partir das observações de fontes, se os Índios Puris na Região de Campo Alegre da Paraíba Nova realmente foram extintos ou apenas foi um desaparecimento promovido pelas autoridades em seus documentos oficiais

A alternativa C é falsa, pois apesar de serem conhecidos como “bárbaros”, após o Período Colonial da Paraíba, grande parte dos revoltosos se renderam e foram utilizados como mão de obra para os engenhos e lavouras.

A alternativa D é falsa, pois o nível de civilização do índio paraibano era considerável. Muitos sabiam ler e conheciam ofícios como a carpintaria. Esses índios tratavam bem os jesuítas e os missionários que lhes davam atenção.

A alternativa E é falsa, pois apesar da força de sua cultura na região, os índios eram pessoas sedentárias, de fácil convívio e grande experiência. Os do litoral se dividiam em norte (Tabajaras) e sul (Potiguaras).

(OLIVEIRA, 2012).

Gabarito: A

14. (FCC - 2013 - AL-PB - Assistente Legislativo)

Além das finalidades econômicas e militares, a nascente Capitania da Paraíba cumpria funções político-administrativas e sociais. Isto por caber articular a sociedade em formação. Nela, a figura central era o capitão-mor com atribuições assemelhadas aos atuais governadores.



(José Octávio de Arruda Mello. História da Paraíba , lutas e resistência. Paraíba, Conselho Estadual de Cultura (SEC): União Editora, s/d. p. 28)

Considerando as informações do texto e o conhecimento da História da Paraíba, pode-se afirmar que a função político- administrativa da capitania tinha em vista

- A) restringir o povoamento para assegurar o sucesso da capitania.
- B) implantar um sistema político semelhante à Metrópole, na Paraíba.
- C) possibilitar maior participação dos colonos no governo da Paraíba.
- D) garantir a subordinação da Paraíba à Metrópole, ou seja, a Portugal.
- E) transferir o poder da Capitania para a Metrópole, ou seja, a Portugal.

Comentários

A alternativa A é falsa, pois um dos objetivos da criação desta capitania seria assegurar o povoamento no agreste com os aldeados indígenas, já que estes seriam importantes para a expansão da pecuária e extração de riquezas.

A alternativa B é falsa, pois a Metrópole já havia um mercado interno bem desenvolvido, e, por isso, ainda teria que começar um sistema econômico na colônia.

A alternativa C é falsa, pois o objetivo da criação era assegurar o poder central nas mãos do capitão-mor, e com isso, somente ele tomaria as decisões, que seriam comunicadas à corte.

A alternativa D está certa. O Pacto Colonial, ou Exclusivo Comercial Metropolitano, era um sistema de leis e normas que as metrópoles impunham às suas colônias durante o período colonial, ou seja: as metrópoles eram os países que se beneficiavam dos produtos e da atividade econômica de seus territórios coloniais. As leis introduzidas no pacto tinham, como objetivo principal, garantir que as atividades econômicas das colônias gerassem lucros para a metrópole

A alternativa E é falsa, pois o poder da Capitania seria dado à um capitão-mor, que indicado pelo rei de Portugal, governaria a colônia.

Gabarito: D

15. (FCC - 2013 - AL-PB - Analista Legislativo)

Após invadirem o nordeste brasileiro, os holandeses conquistaram o apoio de alguns importantes senhores de engenho e proprietários de terras. Esse apoio foi obtido com a ajuda de várias medidas empregadas pelo governo de Maurício de Nassau, dentre as quais podemos destacar

- A) a introdução de novas técnicas de cultivo da cana e a organização de um governo democrático.
- B) o estímulo à produção de diversas culturas, sem ênfase na exportação do açúcar, e ao desenvolvimento do mercado interno.



- C) a tolerância religiosa e a distribuição dos lucros da Companhia das Índias Ocidentais entre a elite local.
- D) a concessão de empréstimos e a taxação de impostos mais baixos que os cobrados por Portugal.
- E) a urbanização das regiões dominadas e a igualdade de tratamento aplicada a holandeses, portugueses, judeus e negros.

Comentários

A alternativa A é falsa, pois o governo de Maurício de Nassau foi um governo com características militares e, apesar de ter adotado várias medidas que ajudassem os pernambucanos, foi um governador muito mal interpretado pela população.

A alternativa B é falsa, pois uma de suas prioridades seria o investimento único em adotar melhorias nos engenhos, visando o aumento da produção de açúcar. Portanto, estimulou a produção apenas de cana-de-açúcar.

A alternativa C está certa, pois estabeleceu a liberdade religiosa aos cristãos e aliança política com os senhores de engenho de Pernambuco.

A alternativa D é falsa, pois no começo da década de 1640, a Companhia das Índias Ocidentais passou a tomar uma série de medidas visando o aumento dos lucros com a economia açucareira no Brasil. Entre estas medidas estavam o aumento de impostos, cobrança de dívidas atrasadas dos senhores de engenho e pressão para aumentar a produção de açúcar.

A alternativa E é falsa, pois a saída de Nassau do governo rompeu o clima harmonioso entre holandeses e senhores de engenho. Muitos destes últimos passaram a se organizar, formando exércitos e buscando apoio de colonos, com o objetivo de expulsar os holandeses do nordeste brasileiro. O objetivo foi conquistado em 1654 através da Insurreição Pernambucana.

(BRASIL, 2019).

Gabarito: C

16. (FCC - 2013 - AL-PB - Assistente Legislativo)

Em face do regime de monopólios, a capitania da Paraíba foi anexada em 1755 à capitania de Pernambuco, privando-a de autonomia, até 1799. Essa anexação deveu-se

- A) à superioridade comercial da Paraíba em relação à capitania de Pernambuco.
- B) à criação da Companhia de Comércio de Pernambuco e da Paraíba.
- C) ao enfraquecimento da Companhia das Índias Ocidentais na Paraíba.
- D) ao crescimento da produção açucareira de Pernambuco e da Paraíba.
- E) à fixação das fronteiras das capitanias de Itamaracá e de Pernambuco.



Comentários

A alternativa A é falsa, pois embora hoje o estado da Paraíba ter milhares de metros quadrados de extensão, no período mencionado sofria de uma enorme dificuldade econômica e, com isso, precisou buscar recursos na pecuária extensiva para se manter.

A alternativa B está certa, pois a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba foi uma empresa privilegiada, de caráter monopolista, criada pelo Marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII, em Portugal. Fundada em 1756, destinava-se a controlar e fomentar a atividade comercial com as capitanias de Pernambuco e Paraíba, no Estado do Brasil. Maria I de Portugal extinguiu o monopólio, no início da década de 1780, no contexto da chamada "Viradeira".

A alternativa C é falsa, pois com a expansão da pecuária e com a autonomia conquistada pela região, os holandeses foram expulsos das terras no século XVII.

A alternativa D é falsa, pois a atividade que se investiu e desenvolveu na Paraíba foi a pecuária extensiva.

A alternativa E é falsa, pois após a Tragédia de Tracunhaém, as fronteiras foram dissolvidas, assim, Paraíba foi anexada à Pernambuco.

Gabarito: B

17. (IPAD - 2010 - Prefeitura de Goiana - PE - Professor - Educação Infantil - 1)

As capitanias hereditárias – e por sua vez as sesmarias doadas pelos capitães – estavam sujeitas a alterações da Coroa portuguesa, a qual podia, inclusive recomprar ou reorganizar as terras doadas. Em relação à criação da Capitania da Paraíba, podemos afirmar que

A) tem relação com a disputa por terras contestadas entre Itamaracá, Pernambuco e Rio Grande.

B) tem relação com terras doadas a capitães como prêmio pela participação na luta contra os holandeses.

C) tem relação com a venda de terras da Capitania de Itamaracá à Coroa portuguesa.

D) tem relação com o Massacre de Tracunhaém, que motivou o desmembramento das terras da Capitania de Itamaracá.

E) tem relação com os conflitos entre jesuítas e colonos por terras nas quais existiam missões jesuítas.

Comentários

A alternativa A é falsa. A capitania de Itamaracá foi extinta pelo direito português em 1574, após uma revolta dos belicosos potiguaras das margens do rio Paraíba articulada por traficantes franceses de pau-brasil, destruindo assim o Engenho Tracunhaém de Diogo Dias. No contexto da segunda das Invasões holandesas do Brasil (1630–1654), a região da capitania foi ocupada por forças neerlandesas em 1634, as quais somente foram expulsas duas décadas mais tarde pelas tropas do mestre de campo André Vidal de Negreiros (1606–1680) e de João Fernandes Vieira, que tomou posse do cargo de governador da cidade, a qual passou a se chamar Paraíba.



A alternativa B é falsa, pois As Capitanias Hereditárias foram um sistema administrativo implementado pela Coroa Portuguesa no Brasil em 1534. O território do Brasil, pertencente a Portugal, foi dividido em faixas de terras e concedidas aos nobres de confiança do rei D. João III (1502-1557). Essas poderiam ser passadas de pai para filho e por isso, foram chamadas de hereditárias. Os principais objetivos eram povoar a colônia e dividir a administração colonial.

A alternativa C é falsa, pois após a venda da região para a Coroa, e a paz entre os índios nativos e os colonizadores, os povos conseguiram viver civilizadamente até certo tempo.

A alternativa D está certa, pois após a Tragédia de Tracunhaém, grande estopim para o desmembramento da Capitania de Itamaracá, a capitania passou a pertencer e se chamar de Capitania da Paraíba

A alternativa E é falsa, pois os colonos e jesuítas sempre foram a favor do mesmo ideal. Além disso, os jesuítas foram expulsos da região pelos índios nativos.

(MOTA; BRAICK, 2005).

Gabarito: D

Texto para as Próximas Questões

Na Paraíba, a ação dos preadores havia motivado desentendimentos com os tupinambás, lá chamados de potiguaras, comedores de camarão. A resistência das comunidades formadas por esses indígenas, aliada às peculiaridades da navegação naquelas costas, cujo regime de ventos e correntes dificultava a viagem de retorno e as comunicações com Pernambuco, fez com que a guerra pela conquista da Paraíba se prolongasse durante mais de 25 anos. A inimizade surgiu pela ação de mamelucos, mestiços que andavam resgatando peças cativas e amealhando outras mercadorias, roubando-as com violência e enganos. Em 1574, o rapto de uma cunhã do sertão serviu de pretexto para o início das hostilidades entre os colonos portugueses e os habitantes da Paraíba. Nessa ocasião, dois engenhos foram assaltados e queimados e um dos donos ali foi morto. Nos 25 anos seguintes, várias outras tentativas de colonização foram patrocinadas pelas autoridades portuguesas e pelos colonos mais ricos da capitania de Pernambuco. Todas foram repelidas pelos nativos com auxílio francês.

Em 1580, um abastado colono pernambucano, Frutuoso Barbosa, ofereceu-se para conquistar esses territórios em troca de privilégios - terras e gentio. Ao chegar à boca da barra do Paraíba, ele encontrou 7 naus francesas, queimou 5 e matou alguns marinheiros. Sob ataque cerrado dos nativos e dos franceses, recuou para Pernambuco. Na segunda investida, Frutuoso limitou-se a queimar navios franceses. Em 1583, deixou Pernambuco nova expedição destinada a conquistar a Paraíba.

Depois de queimar navios e espantar os potiguaras, fundaram uma fortaleza e um povoado nas imediações da barra do rio Paraíba. Na medida em que os portugueses se assenhoreavam do litoral da Paraíba, os franceses passaram a fortificar-se na baía da Traição. Em 1586, a guarnição de soldados portugueses e espanhóis bateu em retirada. Nova expedição vinda de Pernambuco, em 1586, conseguiu desalojar os franceses da baía da Traição, mas não conseguiu dobrar a resistência dos potiguaras. Os franceses rumaram para o Rio Grande.



Adriana Lopez e Carlos Guilherme Mota. História do Brasil: uma interpretação. São Paulo: SENAC, 2008, p. 97-100 (com adaptações).

18. (CESPE - 2009 - PC-PB - Agente de Investigação e Agente de Polícia)

Segundo o texto, além das dificuldades inerentes à navegação na área, os problemas vividos pelos portugueses e colonos de Pernambuco, nas tentativas de conquista da Paraíba, explicam-se, entre outros fatores, pela

- A) reação dos índios locais aos luso-brasileiros que queriam aprisioná-los e escravizá-los.
- B) recusa da Coroa portuguesa em auxiliá-los na difícil empreitada.
- C) imensa distância marítima que teriam de vencer para alcançar a região.
- D) impossibilidade de comunicação verbal com os indígenas locais.
- E) diversidade étnica e cultural a ser enfrentada no território paraibano.

Comentários

A resposta A está certa, pois quando chegaram à Paraíba, os portugueses firmaram uma luta contra os índios da tribo Potiguara, uma das tribos locais. Assim, eles reagiram a toda tentativa portuguesa de conquista da Paraíba

A resposta B é falsa, pois foi justamente pelo incentivo da Coroa e o interesse nesta região que os portugueses insistiram em conquistar Paraíba.

A resposta C é falsa, pois apesar das dificuldades inerentes de navegação nessa área, isso não foi o principal problema para a conquista. Somente dificultava a viagem de retorno e as comunicações com Pernambuco.

A resposta D é falsa, pois os índios locais eram considerados civilizados, ou seja, dominavam comunicação verbal e eram, em boa parte, receptivos.

A resposta E é falsa, pois o território paraibano não possuía diversidades étnicas e culturais. Apesar de ser dividido em duas tribos, suas culturas eram as mesmas.

(MOTA; BRAICK, 2005).

Gabarito: A

19. (CESPE - 2009 - PC-PB - Agente de Investigação e Agente de Polícia)

Quanto ao processo de conquista do território paraibano, ainda no primeiro século da colonização portuguesa no Brasil, assinale a opção incorreta.

- A) A reação dos potiguaras mostrou-se vigorosa e, não raro, contou com ajuda de outros europeus.
- B) A conquista foi rápida, tal como se estendeu o processo de ocupação da área.



- C) Ações dos luso-brasileiros, com roubos, engodos e preações, motivaram a hostilidade dos potiguaras.
- D) Pernambuco constituiu-se em área nuclear da conquista do litoral nordestino, inclusive da Paraíba.
- E) A agroindústria açucareira garantiu a colonização do Nordeste.

Comentários

A resposta A é falsa, pois com a ajuda de franceses (invasores que chegaram no Brasil e logo fizeram amizade com os índios), os Potiguaras reagiram de forma vigorosa contra a tentativa de colonização dos portugueses.

A resposta B está certa, pois a conquista e o processo de ocupação foi lenta, já que houve grande resistência dos índios da região.

A resposta C é falsa, pois como o verdadeiro interesse era a chegada às Índias e a busca por metais preciosos, os portugueses não se interessaram muito pelo o que havia no Brasil. Exceto, pelo pau-brasil, que gerou uma grande disputa neste território. Como consequência, observa-se ações como roubos e engodos.

A resposta D é falsa, pois existia uma grande preocupação por parte dos lusitanos em conquistar a capitania que atualmente é a Paraíba, pois havia a garantia do progresso da capitania pernambucana, a quebra da aliança entre Potiguaras e franceses e, ainda, a extensão de sua colonização ao norte

A resposta E é falsa, pois com o interesse dos portugueses em colonizar o nordeste, o investimento na indústria açucareira foi de grande importância para a época.

Gabarito: B

20. (CESPE - 2009 - PC-PB - Agente de Investigação e Agente de Polícia)

Infere-se do texto que o processo de ocupação e conquista da Paraíba, como, de resto, de quase todo o Brasil, por parte dos luso-brasileiros, foi também marcado pelas disputas entre países europeus pela posse das terras e das riquezas americanas. Isso se confirma no texto, que enfatiza

- A) a presença holandesa no Nordeste, impulsionada pelo extrativismo vegetal.
- B) a insistência dos contrabandistas ingleses na exploração do pau-brasil.
- C) a aliança entre os franceses e os tupinambás que viviam na Paraíba.
- D) o esforço dos calvinistas em evangelizar as populações nativas do Brasil.
- E) a disposição dos espanhóis em assegurar seu domínio em toda a América.

Comentários

A resposta A é falsa, pois após ser gravemente prejudicado com a União Ibérica, o governador Felipe II decidiu acabar com a participação dos holandeses na produção açucareira. Com isso, holandeses invadiram o litoral de Paraíba e Pernambuco.



A resposta B é falsa, pois não havia nenhuma riqueza na costa brasileira que chamasse tanta atenção quanto o ouro, encontrado nas colônias espanholas, minério que tornara uma nação muito poderosa na época. Devido ao desinteresse lusitano, piratas e corsários começaram a extrair o pau-brasil, madeira muito encontrada no Brasil-colônia. Esses invasores eram, em sua maioria, franceses.

A resposta C está certa, pois como havia um forte desinteresse lusitano na região, os franceses que chegaram para a exploração do pau-brasil e criaram um vínculo de amizade com os índios da Paraíba. Assim, nasceu-se a aliança entre franceses e os tupinambás.

A resposta D é falsa, pois no decorrer das tentativas portuguesas de colonizar a região, os mesmos trouxeram jesuítas para catequisar os índios. Porém, nas inúmeras expedições até a verdadeira conquista, vários jesuítas foram expulsos ou mortos pelos índios.

A resposta E é falsa, pois grande parte da América estava sendo dominada por portugueses ou holandeses. Somente após a União Ibérica, holandeses foram prejudicados nesta dominação.

(MOTA; BRAICK, 2005).

Gabarito: C

21. (AOCP - 2009 - CASAN-SC - Advogado)

Segundo Capistrano de Abreu, “Os donatários poderiam fundar vilas, com termo, jurisdição, insígnias, ao longo das costas e rios navegáveis, seriam senhores das ilhas e adjacente até distâncias de dez léguas da costa” (Capistrano de Abreu, *Capitanias Hereditárias*, Cap. V, pag.65). Assinale a alternativa INCORRETA a respeito das Capitanias Hereditárias.

A) A ocupação do litoral brasileiro se deu de forma desigual, sendo que as capitanias de Pernambuco e de São Vicente foram as que mais prosperaram devido à precoce experiência agrícola e às alianças estabelecidas por seus donatários com os nativos.

B) A doação de uma capitania era feita através de dois documentos: a “Carta de Doação” que, entre outros, concedia a posse da terra ao donatário permitindo que a deixasse como herança aos seus filhos, mas impedindo-o de vendê-la. A “Carta Foral” definia a participação dos lucros da Coroa na capitania doada.

C) Hoje chamada de Laguna, a cidade catarinense, antes mesmo de ser povoada entrava para a história sendo considerado o marco no extremo sul do país na demarcação das terras portuguesas definidas pelo Tratado de Tordesilhas, tratado esse que também definia limites para as Capitanias Hereditárias.

D) O território catarinense não sofreu influências em sua formatação territorial após a extinção das Capitanias Hereditárias, pois ali não houve esse tipo de aquisição de terras, tendo a hoje cidade de Laguna, passado pela história apenas como o ponto que demarcou o fim da linha divisória do Tratado de Tordesilhas.

E) Os direitos das Capitanias eram hereditários, mas a posse restrita aos donatários cabendo somente 20% das terras. O restante delas deveria ser doado, em regime de sesmarias, a “homens de muita posse e família”, nunca mais de uma sesmaria para cada um, que deveriam morar nas terras.



Comentários

A resposta A é falsa, pois as capitanias de Pernambuco e São Vicente prosperaram já que tinham alto conhecimento sobre a produção do açúcar e grande número de trabalhadores escravizados indígenas, que tinham experiência no trabalho de um engenho.

A resposta B é falsa, pois a Carta de Doação era um documento da Coroa Portuguesa pelo qual fazia a concessão de uma capitania a um capitão donatário. A Coroa tinha particular interesse nos forais porque estes funcionavam como fontes de renda. Esse documento estabelecia os limites geográficos da capitania e proibia o comércio das suas terras, aceitando a transferência territorial apenas por hereditariedade; regulamentava os limites das capitanias; dava jurisdição civil e criminal sobre a área da capitania. Era complementado pela chamada Carta de Foral, que fixava os direitos e deveres do capitão donatário. De forma bem resumida podemos dizer que O Foral (a carta) era os direitos e deveres do Donatário, e a Carta de Doação era a posse do donatário.

A resposta C é falsa, pois a divisão das Capitanias Hereditárias não tinha nenhum vínculo com o Tratado de Tordesilhas.

A resposta D está certa, pois apesar do Tratado de Tordesilhas ainda existir naquela época, essa divisão não foi influenciada por ele. Assim, a cidade de Laguna é considerada apenas um ponto, dentre tantos outros no mapa, que demarcou o fim da linha do Tratado.

A resposta E é falsa, pois as sesmarias eram porções de terras das capitanias hereditárias. 80% da terra destinada à um capitão deveria ser dividida entre inúmeras sesmarias que tinham como principal objetivo a povoação da colônia e a busca por mais trabalhadores.

(MOTTA; BRAICK, 2005).

Gabarito: D

22. (FCC - DPE-BA - Defensor Público / 2016)

Uma das formas de ocupação do território baiano se deu por meio das entradas. Essas expedições

A) aconteciam, no século XVI, com o aval da Coroa, para viabilizar a instalação das Capitanias e garantir o abastecimento de mão de obra, mas foram regulamentadas localmente, no século seguinte, de modo que se restringissem ao mapeamento e delimitação das fronteiras.

B) ocorreram durante o século XVI e início do XVII, contribuindo para a ocupação do interior do território e o aprisionamento de índios para a exploração de sua força de trabalho; sendo ainda empreendidas mesmo após a chegada das primeiras levas de escravos africanos.

C) objetivavam explorar o território a fim de identificar possíveis focos de minérios; eram organizadas localmente e de forma independente pelos colonos, sendo por isso, extintas pelo Governo Geral em meados do século XVI.

D) foram especialmente abundantes no século XVIII; ocorriam em represália a ataques indígenas e contavam com o apoio dos jesuítas, no contexto da chamada Guerra Justa, resultando, concomitantemente, na fundação de fortalezas e vilas.



E) resultaram em práticas costumeiras de extermínio indígena, como as “guerras aos bárbaros”, obrigando o Governo Geral a formular leis de proteção aos mesmos, por pressão da Igreja Católica, e a substituir oficialmente as entradas pelas bandeiras no início do século XVII.

Comentários

A resposta A é falsa, pois além de terem a função de mapear e delimitar fronteiras, as entradas eram conhecidas por atuarem no combate aos grupos indígenas que ofereciam resistência aos colonizadores.

A resposta B está certa, pois as entradas tinham como objetivo principal fazer o mapeamento do território brasileiro, principalmente da região interior. Também atuavam no combate aos grupos indígenas que ofereciam resistência aos colonizadores, explorando sua força de trabalho.

A resposta C é falsa, pois tais características citadas eram das bandeiras, onde grupos particulares, principalmente paulistas, tinham como missão principal descobrir minas de ouro, prata e pedras preciosas.

A resposta D é falsa, pois as entradas eram compostas, em sua maioria, por soldados portugueses e brasileiros (a serviços das províncias).

A resposta E é falsa, pois com total apoio colonial, o objetivo das entradas não era o extermínio de indígenas, e sim combater sua resistência e explorar sua força de trabalho.

(BRASIL, 2019).

Gabarito: B

23. (FCC - DPE-BA - Defensor Público / 2016)

Considere os dois excertos a seguir:

I. (...) as sociedades de estamentos, em geral, apresentam uma mobilidade mínima, tanto horizontal quanto vertical. A sociedade colonial, ao contrário, configura uma sociedade estamental com grande mobilidade, e é essa conjunção surpreendente e mesmo paradoxal de clivagem com movimentação que marca a sua originalidade.

(NOVAIS, Fernando. “Condições da privacidade na colônia”. In: MELLO e SOUZA, Laura (org). História da vida privada no Brasil, v. I: cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 30)

II. (...) cristalizaram-se na América Portuguesa múltiplas manifestações de religiosidade privada. A abundante diversidade (...) explica-se antes de mais nada, pela multiplicidade dos estoques culturais presentes desde os primórdios da conquista e ocupação do Novo Mundo, onde centenas de etnias indígenas e africanas prestavam culto a panteões os mais diversos.

(MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: MELLO e SOUZA, Laura (org.) História da vida privada no Brasil, v. I: cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 220)



A sociedade baiana no período colonial compartilha as características enfatizadas nos trechos acima. Os trechos I e II, referem-se, respectivamente, a

- A) equilibrada democracia social; e a cristalização de manifestações étnico-religiosas.
- B) relativa mobilidade social; e a densa formação de estoque cultural por meio da conquista.
- C) grande clivagem cultural; e a forte religiosidade no âmbito da vida privada.
- D) configuração estamental horizontal e vertical; e a singular unidade identitária.
- E) combinação ambígua de clivagem e mobilidade sociais; e a diversidade de cultos e crenças.

Comentários

A resposta A é falsa, pois na sociedade baiana não havia uma democracia equilibrada, fato que justifica as várias revoltas populares em busca de igualdade social, além disso o texto II narra a diversidade religiosa da Bahia.

A resposta B é falsa, pois a mobilidade social existente não é para toda a região baiana, ou seja, ela é dividida em parte. Além disso, as diferenças culturais existentes na região já existiam antes da conquista, só não eram bem expressadas.

A resposta C é falsa, pois não há uma clivagem cultural, e sim, social, dividida em sociedade estamental e sociedade colonial. Ainda, observa-se uma religiosidade configurada como cultura, ou seja, é comum centenas de pessoas de etnias diferentes cultuarem os mais diversos panteões.

A resposta D é falsa, pois o texto I é redigido de acordo com a separação social entre sociedade estamental e sociedade colonial. E o texto II trata sobre a diversidade religiosa da Bahia

A resposta E está certa, pois combina as diferenças e separações sociais na sociedade baiana e trata, também, sobre as diversidades de crença e culto.

(MOTA; BRAICK, 2005).

Gabarito: E

24. (FUNRIO - IF-BA - Auxiliar em Administração / 2016)

Foi na Bahia, entre _____ e _____, que a frota de Pedro Álvares Cabral ancorou, no ano de 1500, marcando o descobrimento do Brasil pelos europeus e a celebração da primeira missa, na praia da Coroa Vermelha, feita por frei Henrique Soares de Coimbra.

Quais os nomes das duas cidades que devem preencher corretamente as lacunas?

- A) Caravelas e Prado.
- B) Olivença e Valença.
- C) Porto Seguro e Ilhéus.
- D) Alcobaça e Porto Seguro.
- E) Santa Cruz de Cabrália e Porto Seguro.



Comentários

A alternativa E está certa, portanto, as demais alternativas estão falsas, já que não preenchem corretamente as lacunas. No ano de 1500, a frota de Pedro Álvares Cabral ancorou no estado da Bahia, precisamente entre as cidades de Santa Cruz de Cabrália e Porto Seguro, marcando o descobrimento do Brasil pelos europeus.

Gabarito: E

25. (CONSULTEC - CFO PM / 2012)

I. Os povos indígenas na Bahia estão inseridos em dois contextos históricos e regionais básicos e bem definidos: o do semiárido nordestino ao norte do estado, praticamente todo ele conquistado por frentes de expansão da pecuária durante o século XVII, e onde boa parte da população indígena sobrevivente à conquista foi reunida até o século XVIII, em aldeamentos missionários de ordens religiosas, como as dos jesuítas e franciscanos; e o da Mata Atlântica e litoral ao sul e Extremo Sul do Estado, onde a conquista se iniciou ainda no século XVI e aldeamentos missionários foram implantados já na segunda metade deste, mas em que o processo de conquista, sobretudo das matas do interior, se fez de modo muito lento, prolongando-se até as décadas iniciais do século XX, quando os dois últimos bandos indígenas ainda autônomos no Estado — Hã-Hã-Hãe e Baenã — foram atraídos ao Posto Indígena Caramuru do SPI (Serviço de Proteção aos Índios), no atual Município de Itaju da Colônia.

(SAMPAIO, 2012).

II.



A partir da análise dos textos I e II e dos conhecimentos sobre a questão indígena no Brasil, pode-se afirmar:

A) O processo de autorreconhecimento e de luta pela posse da terra tem acirrado os conflitos, no sul da Bahia, entre índios e não índios, e forçado o reconhecimento das terras indígenas pela justiça.



- B) Os benefícios provenientes da industrialização da Região Sul e Sudeste do Estado, com o aumento da rede de atendimento hospitalar e saneamento básico, resultou no aumento da população indígena nessa região.
- C) A utilização exclusiva da mão de obra escrava indígena, na economia canavieira, na Região Sul da Bahia, provocou o surgimento de aldeamentos missionários específicos para sua catequização.
- D) A superioridade intelectual e cultural da civilização europeia e da raça branca possibilitou o processo que resultou na colonização da Bahia.
- E) A expansão da pecuária, durante o período colonial, que exterminou por completo as populações indígenas da Bahia, tornou desnecessária a criação de reservas indígenas no Estado.

Comentários

A alternativa A é correta, pois o Estatuto do Índio (Lei 6.001) entrou em vigor em 1973 e vale até hoje, pois apesar de intensamente debatido, de estar em conflito com a última Constituição e de haver um projeto de lei para modificá-lo, a reforma nunca foi votada.[46] O Estatuto definiu a situação jurídica dos índios e de suas comunidades, "com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmonicamente, à comunhão nacional", considerando-os integrados "quando incorporados à comunhão nacional e reconhecidos no pleno exercício dos direitos civis, ainda que conservem usos, costumes e tradições característicos da sua cultura", estando presente em todos os territórios brasileiros.

A alternativa B é incorreta, pois esse movimento de industrialização nessas regiões fez com que se acabasse ainda mais com os índios destes lugares, retirando-os do espaço e fazendo com que estes se tornem grandes centros urbanos.

A alternativa C é incorreta, pois O despovoamento das aldeias e aldeamentos, as revoltas e a expansão dos movimentos messiânicos, caracterizam esse período. Este quadro demonstrou aos colonos que o projeto dos aldeamentos jesuíticos, como solução para o problema de garantia de mão-de-obra, não era viável.

A alternativa D é incorreta, pois o movimento de colonização não teve nada a ver com superioridade intelectual e cultural, mas sim desejo de expansão e dominação sobre outros povos, além de um discurso que partia do pressuposto de que os povos aqui locados seriam "inferiores" por se darem em um contexto social diferente do europeu.

A alternativa E é incorreta, pois não houve uma morte de todos os índios na Bahia, mas sim parte deles, sendo que os restantes reivindicam direito a terras e locais de sua origem, junto à justiça, no estado.

(PARAÍSO, 1993).

Gabarito: A



26. (FCC - 2013 - AL-PB - Assistente Legislativo)

Contando em 1774 com (...) uma população total de 52.000 habitantes em toda capitania, a Paraíba tornou-se presa para o Tribunal do Santo Ofício. Especialistas sustentam haver sido ela a capitania mais perseguida pela instituição, depois do Rio de Janeiro (...)

No Brasil, a Inquisição significou mecanismo do pacto colonial, ou seja, de transferência de riqueza de colônia para a metrópole.

(José Octávio de Arruda Mello. História da Paraíba, lutas e resistência. Paraíba, Conselho Estadual de Cultura (SEC): União Editora, s/d. p. 81-82)

A partir do texto pode-se afirmar que a atuação da Inquisição na capitania, no século XVIII,

- A) foi um dos elementos responsáveis pelo atraso econômico da Paraíba.
- B) fez com que a Paraíba superasse sua mais séria e longa crise financeira.
- C) foi uma das causas pelo declínio da exploração metropolitana na Paraíba.
- D) fez com que a metrópole aplicasse uma brutal alta de impostos na Paraíba.
- E) foi responsável pelo crescimento da produção de subsistência na Paraíba.

Comentários

A alternativa A está correta, pois a atuação da Santa Inquisição seria um fator de atraso e empobrecimento da Paraíba, pois se transferiam recursos para a metrópole na medida em que os atingidos tinham seus bens confiscados e transferidos para o patrimônio da Coroa.

A alternativa B está incorreta, pois o procedimento do Tribunal do Santo Ofício se tornou um dos fatores de contribuição para a pobreza “medular” da Paraíba, na medida em que sua atuação significava, ainda mais, transferência de riquezas para a metrópole, no caso, Portugal, sendo mais um dos instrumentos do “Pacto Colonial”.

A alternativa C está incorreta, pois no período da Inquisição, a exploração da metrópole sobre a Paraíba ocorria livremente, selada pelo “Pacto Colonial”.

A alternativa D está incorreta, pois o que ocorreu durante a Inquisição foi aplicação do “Pacto Colonial”, onde a colônia só poderia comercializar com a sua metrópole ou para os mercadores que convinhassem a ela. Era assim que a metrópole conseguia obter grandes lucros sobre a Paraíba.

A alternativa E está incorreta, pois as áreas de maior concentração das penalidades sofridas foram as mais ricas e prósperas; lugares onde havia presença de judaísmo; aldeias, pois os índios também sofreram com as ações da Inquisição. E muitas pessoas penalizadas sobreviviam com a economia de subsistência da agricultura e algumas possuíam escravos, afetando a produção Paraibana.

(ARRUDA, 2017; BRITO, 2019; GALVÃO, 2012)

Gabarito: A

27. (FCC – 2013/AL-PB/ASSESSOR TÉCNICO LEGISLATIVO)

As dificuldades encontradas pelos portugueses na conquista da Paraíba tiveram relação com:



- A) a prévia ocupação francesa na região, e as alianças entre os franceses e as tribos Potiguaras.
- B) a animosidade dos índios Tabajaras que, ao resistirem às tentativas de ocupação, provocou seu extermínio.
- C) os ataques empreendidos pelas vilas coloniais, fundadas por espanhóis e densamente fortificadas.
- D) o descaso da Coroa com a conquista dessa região, uma vez que nenhum tipo de exploração econômica havia sido implantado.
- E) o fracasso das sucessivas expedições de conquista que, devido às intempéries marítimas, jamais chegaram ao seu destino.

Comentários

Foram grandes as dificuldades para a colonização da Paraíba e as principais foram: a resistência dos indígenas, principalmente os Potiguaras, que se aliaram aos franceses e colaboravam com o tráfico do Pau Brasil. O rei da França não reconhecia o tratado de Tordesilhas (que dividia o mundo entre Portugal e Espanha) e desde o início do século XVI invadiram ativamente nosso litoral.

A alternativa A está correta, pois os franceses começaram a invadir o território brasileiro em busca do pau-brasil e logo que chegaram fizeram amizades com os índios, possibilitando entre eles uma relação comercial conhecida como "escambo", na qual o trabalho indígena era trocado por alguma manufatura sem valor. Os potiguaras não sofriam dos franceses qualquer afronta e conquistada a harmonia com o nativo, os franceses passavam a oferecer-lhes ensinamentos úteis (métodos de agricultura, doação de ferramentas, incentivo à cultura do algodão). E quando surgiram, portanto, os primeiros conquistadores da Paraíba tentando colonizá-la, franceses e potiguaras estavam em bom entendimento para a defesa de seus interesses.

A alternativa B está incorreta, pois os Tabajaras estavam sendo traídos e quando seu chefe descobriu, armou uma cilada fatal, resultando no massacre de toda a expedição e soltura de escravos.

A alternativa C está incorreta, pois mediante o Tratado de Tordesilhas, a região em questão pertencia aos portugueses e não aos espanhóis, que apesar de haver registros de sua presença na costa brasileira, não chegaram a fundar vilas ou empreender a colonização.

A alternativa D está incorreta, pois demorou um certo tempo para que Portugal começasse a explorar economicamente o Brasil, uma vez que os interesses lusitanos estavam voltados para o comércio de especiarias nas Índias, e além disso, não havia nenhuma riqueza na costa brasileira que chamasse tanta atenção quanto o ouro, encontrado nas colônias espanholas, minério este que tornara uma nação muito poderosa na época. Devido ao desinteresse lusitano, piratas e corsários começaram a extrair o pau-brasil, madeira muito encontrada no Brasil-Colônia, e especial devido a extração de uma tinta, usada para tingir tecidos na Europa.

A alternativa E está incorreta, pois o fracasso das expedições não se deu apenas por intempéries marítimas, mas também por outros motivos, como armadilha e morte, onde precisaram recuar e retornar ao local de origem.

(MOTA; BRAICK, 2005).



Gabarito: A

28. (FCC – 2013/AL-PB/ANALISTA LEGISLATIVO)

Segundo o historiador José Octávio de A. Mello, foram responsáveis pela ocupação do litoral e brejos e do interior da Paraíba, nos séculos XVI e XVII, respectivamente:

- A) a sesmaria, grande propriedade produtora de algodão, e o binômio couro/tabaco
- B) a produção agrícola voltada para o comércio interno, e o binômio algodão/tabaco.
- C) o latifúndio, unidade produtora de cana-de-açúcar, e o binômio pecuária/algodão no sertão.
- D) o minifúndio, unidade produtora de alimento e matéria-prima, e a monocultura de açúcar no litoral.
- E) a economia de subsistência, com base na mão de obra livre, e a agroindústria açucareira no sertão.

Comentários

O litoral possui clima quente e úmido e solos férteis e ali foi implantada a lavoura de cana de açúcar no modelo de plantation. A penetração no território e a interiorização da colonização ocorreram principalmente devido à criação de gado como atividade complementar, que fornecia animais, carne e couro para os engenhos. Também tem ganhado destaque o cultivo de Algodão no sertão junto dos limites hoje do RN.

A alternativa A é incorreta, a sesmaria foi um instituto jurídico português que normatizava a distribuição de terras destinadas à produção agrícola. O Estado, recém-formado e sem capacidade para organizar a produção de alimentos, decide legar a particulares essa função.

A alternativa B também é incorreta, uma vez que a produção agrícola era voltada para o comércio externo, tendo em vista o modelo mercantilista firmado com o pacto colonial pela Coroa portuguesa.

A alternativa C é a resposta certa, uma vez que os grandes latifúndios, isto é, as unidades produtoras de cana-de-açúcar, que geralmente se instalaram do litoral rumo ao interior, obrigaram a instalação no sertão das práticas de pecuária e do plantio do algodão, pois os engenhos eram muito lucrativos e a pecuária e o algodão ficam num segundo plano, de tal modo que as melhores terras e as melhores práticas foram destinadas para os senhores do açúcar.

A alternativa D também é incorreta, de tal modo que a colonização portuguesa foi difundida por grandes latifúndios e não por minifúndios, devido a extensão da nova terra e, em grande parte, do desconhecimento das reais dimensões por parte dos portugueses, além da mentalidade exploratória, que expulsou os índios de suas terras, usufruindo tudo.

A alternativa E também é incorreta, pois a economia não era de subsistência, mas sim para a exportação, baseada no modelo mercantilista instaurado pela Coroa portuguesa, com base na mão-de-obra escrava.

Gabarito: C



29. (FCC – 2013/AL-PB/ASSESSOR TÉCNICO LEGISLATIVO)

A fundação, no final do século XVI, de conventos e mosteiros na Paraíba, então denominada Filipéia de Nossa Senhora das Neves, foi vista com bons olhos pelos colonos, pois estes:

- A) encontravam-se em minoria, acuados por tribos hostis, razão que os fez solicitar da Coroa e do Papa a instalação de missões jesuíticas fortificadas, no interior das quais pudessem habitar.
- B) pretendiam fazer prevalecer o catolicismo e combater as religiões protestantes, como o calvinismo trazido pelos conquistadores franceses, ao qual a população local havia aderido massivamente.
- C) acreditavam que a presença de religiosos contribuiria para a catequização e a “pacificação” das aldeias indígenas nas proximidades, garantindo a segurança da população branca.
- D) ansiavam estabelecer trocas comerciais com os índios, como o escambo, prática que até então não havia sido implementada, uma vez que somente os freis eram os únicos autorizados a fazer esse tipo de transação.
- E) reivindicavam a presença de ordens religiosas naquele território uma vez que, as famílias se sentiam desamparadas pela Igreja, desde a expulsão dos jesuítas, no século anterior.

Comentários

A presença de ordens religiosas na colônia, principalmente a ordem dos Jesuítas, vinham com o objetivo de catequizar o indígena e expandir a fé católica. Na compreensão dos portugueses, se os indígenas se convertessem seriam mais pacíficos e a religião fez parte do processo de colonização. Era visto como salvação da alma do indígena e uma forma de dominá-los, em termos da época “amansá-los”.

A alternativa A é incorreta, pois é correto afirmar com veemência a presença de missões jesuíticas fortificadas por toda a América Portuguesa, que se encontravam bem estabelecidas, muitas vezes melhores do que os colonizadores, pois tiveram boas relações e até proteção de diferentes tribos indígenas.

A alternativa B também é incorreta, apesar de que desejavam fazer prevalecer o catolicismo, não é correto afirmar que pretendiam combater as religiões protestantes na América, mas antes de tudo o projeto era de conversão dos indígenas.

A alternativa C é a resposta certa, de tal modo que a presença das ordens religiosas na colônia portuguesa fez parte do projeto de dominação e exploração da nova terra, uma vez que os religiosos, especialmente os jesuítas, contribuíram para a catequização e a “pacificação” das aldeias indígenas nas proximidades, garantindo a segurança da população branca.

A alternativa D também é incorreta, uma vez que o escambo foi a primeira prática comercial imediatamente estabelecida com os indígenas pelos colonizadores.

A alternativa E também é incorreta, pois a expulsão dos jesuítas só ocorreu no século XVIII, no governo do ministro Marquês de Pombal.

(MOTA; BRAICK, 2005).

Gabarito: C



30. (FCC – 2013/AL-PB/ASSESSOR TÉCNICO LEGISLATIVO)

Missionários e bandeirantes tiveram importante papel no processo de conquista do interior da Paraíba. As bandeiras eram:

- A) expedições que, em geral, se valiam do curso natural dos rios e tinham por objetivo aprisionar índios para vendê-los como escravos.
- B) incursões oficiais da Coroa no interior do território brasileiro a fim de abrir caminhos e construir vias férreas.
- C) caravanas de colonos responsáveis pela instalação nas vilas, de uma grande cruz e a bandeira portuguesa, como símbolos da colonização.
- D) tropas militares bem armadas e chefiadas por um colonizador europeu, conhecedor da região, a fim de eliminar tribos hostis.
- E) grupos de viajantes estrangeiros interessados em pesquisar, explorar e mapear a fauna, a flora e os nativos do continente americano.

Comentários

As bandeiras eram principalmente formadas por paulistas e eram empreendimentos particulares de sertanistas que se embrenhavam pelo interior do país principalmente para escravizar os indígenas (por isso eram inimigos dos jesuítas que os protegiam). Também capturavam escravos fugidos, destruíam quilombos e procuravam metais preciosos.

A alternativa A está correta, pois as bandeiras se caracterizavam por seguir o caminho por floretas e pelo curso natural dos rios, e tinham como objetivo, capturar índios e procurar por metais e pedras preciosas.

A alternativa B é incorreta, pois nem sempre as expedições dos bandeirantes eram incursões oficiais da Coroa no interior do território brasileiro a fim de abrir caminhos, tampouco tinham o objetivo de construir vias férreas, pois estas só vieram a ser uma realidade no século XIX.

A alternativa C também é incorreta, apesar desses símbolos marcarem as expedições dos bandeirantes, não é correto dizer que eles os instalavam nas vilas, pois em muitos casos não havia povoamento, onde então eles fundaram muitas vilas no interior no Brasil.

A alternativa D também é incorreta, pois muitas bandeirantes se valeram do conhecimento dos indígenas, que conheciam muito bem a região, ao passo que os colonizadores, num primeiro momento, não tinham ideia de onde estavam pisando.

A alternativa E também é incorreta, pois esses grupos de viajantes estrangeiros interessados em pesquisar, explorar e mapear a fauna, a flora e os nativos do continente americano, estiveram no Brasil por volta dos séculos XVIII e XIX, especialmente.

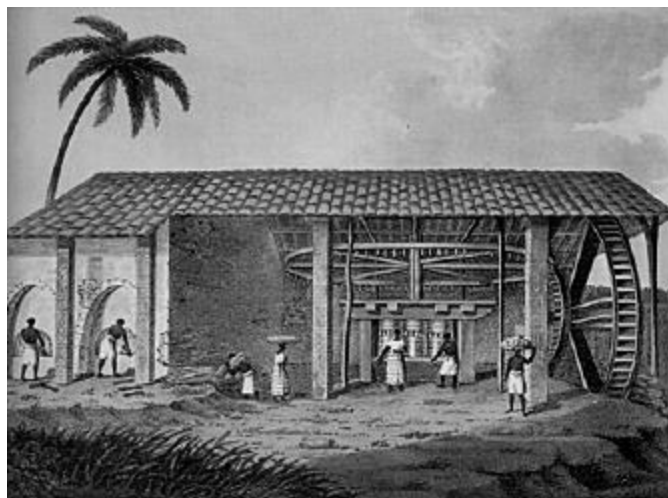
(MOTA; BRAICK, 2005).

Gabarito: A

31. (Upe 2014)

Observe a imagem a seguir:





(Disponível em: http://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Engenho_de_acucar_1816.jpg)

Ela ilustra um engenho de açúcar, típica unidade de produção do nordeste colonial. Com base na imagem e na realidade histórica por ela ilustrada, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Esse engenho movido por força hidráulica é uma realidade do século XVIII, embora anteriormente fosse utilizada a força humana ou a força animal para fazê-lo funcionar.
- B) A presença exclusiva de mão de obra escrava negra, na imagem, denota a exclusão dos indígenas como trabalhadores, escravos ou livres, da indústria açucareira.
- C) Engenhos de grande porte, como o da ilustração, só foram introduzidos na América Portuguesa em meados do século XVII, pelos holandeses que ocupavam a capitania de Pernambuco.
- D) A mão de obra utilizada nos engenhos, escrava ou livre, muitas vezes, era formada por trabalhadores especializados.
- E) A mão de obra indígena só foi utilizada, no período colonial, em regiões como São Paulo e Rio de Janeiro, não se fazendo presente nos engenhos do nordeste colonial.

Comentários

A proposição [D] está correta. O Engenho Colonial (roça, capela, casa grande, senzala, moenda etc.) pode ser comparado com uma “empresa colonial” uma vez que para produzir o açúcar eram necessários muitos trabalhadores especializados ou não, escravos ou homens livres.

As demais alternativas estão equivocadas. Ocorreu a escravidão indígena nos engenhos no nordeste, embora menor que a escravidão negra. Os bandeirantes paulistas aprisionaram índios das missões do sul e venderam como mão de obra escrava para os engenhos coloniais do nordeste. A partir da segunda metade do século XVI foram criados engenhos de açúcar no nordeste movido a água e a tração animal.

Gabarito: D



32. (Upe 2010)

O trabalho cria riquezas sociais que, nem sempre, são divididas e servem para efetivar sociedades equilibradas. O uso da escravidão mostra a existência da exploração, mesmo nos tempos modernos. A escravidão:

- A) foi utilizada nas colônias europeias até o século XVIII, na agricultura, apresentando grande lucratividade nos negócios agrícolas.
- B) tinha lugar no trabalho doméstico, apenas nas colônias portuguesas e inglesas, sendo ineficaz no comércio.
- C) conseguiu se firmar nas colônias espanholas; sem êxitos expressivos, nas colônias inglesas, devido aos preconceitos raciais.
- D) deu condições para favorecer o crescimento da burguesia, que lucrava com o comércio da época e firmava seus interesses.
- E) inexistiu no trabalho, nas minas de ouro da América, sendo utilizada na agricultura latifundiária e nos serviços urbanos.

Comentários

Existem interpretações diferentes acerca da escravidão. Como o enunciado não especifica um país, a questão fica muito vaga e gera confusão, principalmente porque as alternativas são genéricas.

A alternativa [A] pode ser considerada, apesar da imprecisão quanto à data, pois a escravidão existiu no século XIX, principalmente no Brasil, a maior parte do tempo já independente. Na maior parte do tempo e lugares foi utilizada na agricultura, apesar de fundamental na mineração. A banca considerou como correta a alternativa D.

Apesar das dúvidas podemos eliminar a (A) pela imprecisão temporal.

A alternativa [D] considerada correta, pois o tráfico de escravos era um grande comércio colonial. Movimentava um volume enorme de dinheiro. Inclusive as grandes fortunas eram principalmente dos comerciantes de escravos. Parte da burguesia lusitana obteve grande lucro com o tráfico negreiro; aliás, foi esse lucro que determinou a opção pela escravidão africana. As outras alternativas podemos eliminar pois os escravos foram usados em todos trabalhos: doméstico, lavoura e minas de ouro, e o preconceito racial foi regra em toda a América.

Gabarito: D

33. (Upe 2009)

As sociedades mudam suas práticas sociais e conservam outras através da sua convivência no decorrer do tempo histórico. Na época da colonização portuguesa, havia, no Brasil, uma sociedade marcada pela escravidão e a injustiça social. Nos engenhos produtores de açúcar,

- A) predominava o trabalho escravo e o poder dos proprietários, sem a interferência da religião, ausente do núcleo de dominação.
- B) havia mais liberdade social do que nos centros urbanos, devido à presença de núcleos de trabalho livre em quantidade expressiva.



- C) permaneciam relações de poder patriarcais na vida social, sendo a riqueza produzida importante para Portugal e sua colonização.
- D) mantinham-se práticas sociais hierarquizadas para os escravos, havendo liberdade para as mulheres.
- E) existia uma participação dos valores do catolicismo numa luta cotidiana contra a escravidão dominante nas relações sociais.

Comentários

A sociedade colonial era religiosa, patriarcal e, no período açucareiro, polarizada entre senhores e escravos. O trabalho escravo era a base da atividade produtiva, baseada no latifúndio monocultor e exortador, responsável pelo enriquecimento da metrópole portuguesa. É importante lembrarmos que o catolicismo acompanhou todo o processo colonizador, então podemos eliminar a alternativa (A).

Durante o ciclo canavieiro em Pernambuco não havia núcleos urbanos, que só surgiram com a mineração e aí eliminamos a (B).

Não havia liberdade feminina e a sociedade era profundamente patriarcal, e eliminamos a (D).

E a luta contra a escravidão não tomou a vida social, inclusive foi abolida tardiamente, e eliminamos a (E).

Gabarito: C

34. (Ufpb 2012)

O Rei de Portugal, em Carta Régia datada de 1701, proibia a criação de gado em uma faixa de dez léguas a partir do litoral brasileiro. No caso da Paraíba, essa medida intensificou a ocupação do sertão e, conseqüentemente, o conflito com os indígenas que habitavam essa região. Considerando a ocupação do interior da Paraíba e os conflitos entre colonizadores e índios, é correto afirmar:

- A) A intervenção pacificadora de Teodósio de Oliveira Ledo, conhecido defensor dos índios, foi fundamental para pôr fim a esses conflitos.
- B) A falta de aliança entre as tribos locais facilitou o domínio dos colonizadores, reduzindo os conflitos a insignificantes combates.
- C) A recusa dos sertanistas em participar dos conflitos com os índios da região decorre da existência de alianças entre os dois grupos.
- D) A aliança entre os Potiguara e os Tabajara, ponto central do conflito sertanejo, tornou esse dois povos os únicos resistentes à ocupação.
- E) A defesa do território pelos nativos teve como destaque a aliança intertribal conhecida como Confederação dos Cariris.



Comentários

Como movimento de resistência, algumas tribos indígenas da região Nordeste formaram a Confederação dos Cariris, em 1.683, na tentativa de recuperar os vastos hectares de terra que os fazendeiros portugueses tomaram dos índios. Os indígenas ocuparam diversas regiões e chegaram a atacar cidades do interior. A grande repressão ocorreu em 1.713, com a dizimação dos povos indígenas envolvidos na insurreição. Teodósio ledo, citado na alternativa (A) era português colonizador, não defensor dos indígenas. Os indígenas organizaram-se contra os dominadores, várias tribos como potiguaras, tabajaras, e vários outros que eram todos chamados cariris.

Gabarito: E

35. (Ufal 2007)

Considere o texto.

O negro, a princípio tão medroso do tapuia e do mato grosso, se assenhoreou depois de algumas das florestas mais profundas do país e submeteu às suas tentativas rudes de colonização policultora, realizadas quase dentro das florestas virgens (...). O máximo de aproveitamento da vida nativa. Inclusive das palmas das palmeiras para numerosos fins, a começar pela habitação: arte em que o negro tornou-se o rival do indígena, a ponto do mucambo de palha ter se tornado tão ecológico como qualquer palhoça indígena. O exemplo de Palmares já se tornou clássico. E é tão conhecido que seria banal recordá-lo ainda uma vez. Mesmo porque não é o único na história do Nordeste.

(Gilberto Freyre. "Nordeste". Rio de Janeiro: Record, 1989. p. 81)

O autor mostra como os habitantes dos quilombos do Nordeste, no período colonial, exploravam o meio ambiente. Analisando o texto, pode-se afirmar que o autor sugere que os quilombolas

- A) entraram em conflitos com os índios pela disputa por terras férteis.
- B) organizaram seu modo de vida adequando-se às condições naturais.
- C) destruíram as condições ambientais com a colonização policultora.
- D) evitaram adentrar na floresta por medo de serem atacados por índios.
- E) contribuíram, como os fazendeiros, na devastação das florestas naturais.

Comentários

Não foram inimigos dos índios, mas assim como eles combatiam os dominadores portugueses. Formavam comunidades que reproduziam as organizações africanas e praticavam agricultura de subsistência (não policultura). Eles de acordo com o texto organizaram seu modo de vida às condições ambientais.

Gabarito: B





1. (IBFC – 2014/SSDS/SOLDADO PM COMBATENTES)

Leia o enunciado a seguir. Na época da conquista da Paraíba (segunda metade do século_____) chegaram outros silvícolas, dessa vez pertencentes à tribo Tabajaras, também de origem Tupi-Guarani, mas logo tornaram-se inimigos dos Potiguaras, fixando-se na várzea do Rio Paraíba.

Assinale a alternativa que preencha adequadamente a lacuna existente no enunciado acima:

- A) XVI.
- B) XVII.
- C) XV.
- D) XIV.

2. (IBFC – 2014/SSDS/SOLDADO PM COMBATENTES)

Para assegurar a posse efetiva das terras para Portugal, uma das medidas adotadas foi a criação da Capitania da Paraíba, no ano de 1.574, por ordem do rei_____.

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna.

- A) Dom Manuel.
- B) Dom Henrique.
- C) Dom Sebastião.
- D) Dom João.

3. (IBFC – 2014/SSDS/SOLDADO PM COMBATENTES)

Quando o governador geral Dom Luis de Brito recebeu a ordem para separar Itamaracá, recebeu também do rei de Portugal a ordem de punir os índios responsáveis pelo massacre, expulsar os franceses e fundar uma cidade. Assim, começaram as cinco expedições para a conquista da Paraíba. Faça a associação correta:

- I. 1.574.
- II. 1.575.
- III. 1.579.
- IV. 1582.
- V. 1.584.



- () Frutuoso Barbosa volta decidido a conquistar a Paraíba, mas desiste após perder um filho em combate.
- () Expedição comandada pelo governador geral Dom Luis de Brito, que foi prejudicada por ventos desfavoráveis e eles nem chegaram às terras paraibanas.
- () A expedição chega a Paraíba e captura cinco navios de traficantes franceses, solicitando mais tropas de Pernambuco e da Bahia para assegurar os interesses portugueses na região.
- () Dom Fernão da Silva, comandante da expedição, teve sua tropa surpreendida por indígenas e teve que recuar para Pernambuco.
- () Ainda sob forte domínio “de fato” dos franceses, foi concedida, por dez anos, ao capitão Frutuoso Barbosa a Capitania da Paraíba, desmembrada de Olinda.

A sequência correta de cima para baixo é:

- A) I, II, III, IV, V.
- B) IV, II, V, I, III.
- C) V, IV, III, II, I.
- D) III, V, I, II, IV.

4. (IBFC – 2014/SSDS/SOLDADO PM COMBATENTES)

Leia o enunciado a seguir.

Os europeus que vieram para o estado eram predominantemente _____, isso desde o início da colonização no século _____. Estes chegaram à Paraíba provenientes principalmente da Capitania de _____. O pequeno número de mulheres _____ na época estimulou logo cedo a miscigenação com mulheres das tribos locais e, em menor escala, com as mulheres _____, sedimentando a base da população atual.

Assinale a alternativa que preencha adequada e respectivamente as lacunas.

- A) Portugueses - XVI - Pernambuco - brancas - escravas.
- B) Holandeses - XV - Ceará - brancas - índias.
- C) Italianos - XVI - Rio Grande do Norte - pardas - brancas.
- D) Portugueses - XV - Rio Grande do Norte - negras - caboclas.

5. (FCC – 2013/AL-PB/ANALISTA LEGISLATIVO)

A Tragédia de Tracunhaém é a denominação do episódio histórico:



- A) em que centenas de indígenas, que habitavam o território entre Pernambuco e Paraíba, foram massacrados por conquistadores portugueses, em um ataque surpresa liderado por Frutuoso Barbosa.
- B) ocorrido no rio de mesmo nome, quando uma frota de embarcações portuguesas foi alvo do ataque de tribos indígenas e de colonizadores holandeses, sendo todos os tripulantes mortos.
- C) que resultou na morte de todos os colonos que habitavam o engenho de mesmo nome, motivando a determinação dos portugueses em controlar mais rigorosamente a região por meio da criação da capitania da Paraíba.
- D) no qual uma forte epidemia de varíola se alastrou e dizimou, em poucos meses, várias aldeias indígenas e as populações que habitavam diversas vilas em Pernambuco, na Paraíba e no Rio Grande do Norte.
- E) decorrente do enfrentamento entre colonizadores franceses e portugueses, aliados a tribos indígenas, que terminou com a destruição completa dos vilarejos da capitania de Itamaracá, e um grande número de mortos de ambos os lados.

6. (FCC – 2013/AL-PB/ANALISTA LEGISLATIVO)

Em 1574 aconteceu um incidente conhecido como "Tragédia de Tracunhaém", no qual índios mataram todos os moradores de um engenho chamado Tracunhaém em Pernambuco. Esse episódio ocorreu devido ao rapto e posterior desaparecimento de uma índia, filha do cacique potiguar, no Engenho de Tracunhaém. Com base no conhecimento da História da Paraíba, é correto afirmar que essa Tragédia contribuiu para:

- A) a aliança entre os índios Potiguaras e portugueses e para o progresso da Paraíba.
- B) o desmembramento da capitania de Itamaracá e para a formação da capitania da Paraíba.
- C) a autonomia administrativa de colônia e para a expansão das bandeiras no interior da Paraíba.
- D) a resistência indígena à conquista portuguesa e para a expansão da pecuária na Paraíba.
- E) o ingresso de Ordens religiosas na capitania e para a catequização dos índios da Paraíba.

7. (FCC – 2013/AL-PB/ANALISTA LEGISLATIVO)

Em verdade, os portugueses aproveitaram-se das diferenças étnicas entre as tribos indígenas para jogar umas contra as outras e prevalecer. Assim, aliás, atuará sempre o colonialismo... Sem a cisão do campo dos naturais da terra, os representantes do Império não teriam dominado parte alguma do mundo.

(José Octávio de Arruda Mello. História da Paraíba, lutas e resistência. Paraíba, Conselho Estadual de Cultura (SEC): União Editora, s/d. p. 25-26).



Com base no texto e no conhecimento histórico, pode-se afirmar que o sucesso da expedição chefiada por João Tavares na conquista da Paraíba em 1585 deveu-se, principalmente:

- A) aos acordos de paz entre os missionários e índios do grupo Tapuias.
- B) ao estímulo português a conflitos entre índios Potiguaras e invasores.
- C) à agressividade dos indígenas na luta entre portugueses e Tapuias.
- D) à rivalidade existente entre os indígenas Tabajaras e Potiguaras.
- E) aos constantes conflitos entre os franceses e os Tupis-Guaranis.

8. (FCC - 2013 - AL-PB - Assistente Legislativo)

Para o pesquisador Humberto Nóbrega, trata-se do “maior e mais respeitável monumento histórico da Paraíba”. É a única praça forte ainda de pé que nos ficou dos primórdios da colonização. Fundada em 1589, após a celebração da paz entre os colonizadores e o chefe índio Piragibe, a fortaleza inicialmente era de taipa e foi erguida pelo alemão Cristóvão Linz, a 18 Km da Capital do Estado, João Pessoa.

(http://www.joaopessoaconvention.com.br/v2009/?p=ponto_turistico)

Com base no conhecimento histórico da Paraíba, assinale a afirmação que se relaciona ao monumento a que o texto se refere.

- A) Com o objetivo de evitar a entrada dos franceses, Frutuoso Barbosa ordenou a construção da Fortaleza de Santa Catarina, em Cabedelo.
- B) Visando defender os engenhos de ataques de índios Potiguaras, André de Albuquerque construiu o Forte de Inhobin, em João Pessoa.
- C) Para resistir aos ataques indígenas potiguaras, João Tavares iniciou a construção do Forte de São Sebastião, na foz do rio Paraíba.
- D) Durante o governo de Martim Leitão, foi edificada a capela de São Gonçalo, ainda hoje, um dos grandes monumentos históricos da Paraíba.
- E) A Igreja de São Bento, na Avenida General Osório, onde há um cata-vento em lâmina, construído em 1753, foi obra iniciada por Feliciano Coelho.

9. (FCC – 2013/AL-PB/ANALISTA LEGISLATIVO)

Após a expulsão dos holandeses, a administração portuguesa incentivou o povoamento do oeste da Paraíba. As práticas adotadas para concretizar essa ocupação foram:

- A) o incentivo às entradas e a autorização para a livre mineração, uma vez que nesse período foram descobertas dezenas de jazidas de ouro na região, em torno das quais se formavam os primeiros arraiais.



- B) a instalação de fazendas de criação de gado bovino em áreas bem servidas por rios, e a fundação sistemática de povoações, freguesias e vilas que garantiam a posse portuguesa daquele território.
- C) a construção de quartéis e a transferência dos engenhos de cana-de-açúcar situados próximos ao litoral para o sertão, a fim de promover o desenvolvimento de núcleos urbanos no interior.
- D) o estímulo e o patrocínio, por parte da Coroa Portuguesa, às famílias europeias pobres que, ao emigrarem, recebiam sesmarias e volumosos recursos para se instalarem em lugares isolados.
- E) o apoio aos missionários e a estratégia governamental de “fazer vistas grossas” à instalação de quilombos, favorecendo a abertura de caminhos e o início de alguma atividade agrícola produtiva no sertão.

10. (FCC - 2013 - AL-PB - Assistente Legislativo)

Considere as informações abaixo.

- I. A posição da Paraíba, à época, era de uma verdadeira fortaleza, era um lugar quase inexpugnável, de acesso muito difícil.
- II. Na embocadura do rio Sanhauá havia dois fortes e a ilha da Restinga, que era utilizada com uma bateria, para impedir o acesso dos navios.
- III. Havia um sistema sonoro no forte de Cabedelo, em caso de perigo, um canhão especial disparava, sendo ouvido na cidade. Outro canhão, localizado na cidade, disparava para ser ouvido nas cercanias de Santa Rita.

As informações referem-se a algumas das circunstâncias que

- A) retardaram a conquista e ocupação da Paraíba pelos portugueses durante o período colonial.
- B) concorreram para o desinteresse português em colonizar a Paraíba, nos primeiros trinta anos.
- C) asseguraram a posse e colonização do território paraibano durante as invasões francesas na Paraíba.
- D) facilitaram as incursões estrangeiras na Paraíba, para comercializar o pau-brasil com os indígenas.
- E) contribuíram com as vitórias sucessivas dos paraibanos durante as invasões holandesas na Paraíba.



11. (IBFC – 2014/SSDS/SOLDADO PM COMBATENTES)

Em relação a população indígena analise as afirmativas abaixo, dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F) e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

() Os índios Cariris se encontravam em maior número que os tupis e ocupavam uma área que se estendia desde o planalto da Borborema até os limites do Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

() Os índios Tabajaras - eram mais numerosos que os Potiguaras e ocupavam uma pequena região nos limites do Rio Grande do Norte com a Paraíba.

() Os índios Potiguaras na época da fundação da Paraíba, os Potiguaras formavam um grupo de aproximadamente 5 mil pessoas. A aliança que firmaram com os portugueses foi de grande proveito para os índios quando da conquista da Paraíba e fundação de João Pessoa.

A sequência correta das assertivas é:

A) F-V-V.

B) V - V - V.

C) F -F – V.

D) V - F - F.

12. (IBFC – 2014/SSDS/SOLDADO PM COMBATENTES)

Em relação à presença holandesa na Paraíba, é correto afirmar:

I. A instalação da empresa açucareira no Brasil contou com a participação holandesa, desde o financiamento das instalações até a comercialização no mercado europeu.

II. O primeiro governador da província holandesa da Paraíba e Rio Grande do Norte foi Duarte Gomes da Silveira, que em nome do Príncipe de Orange dos Estados Gerais e da Companhia, fez aos paraibanos, em ata de 13 de janeiro de 1.635 várias promessas.

III. O controle holandês sobre a Paraíba durou apenas 10 anos, de 1.634 a 1.644.

IV. Na época da invasão holandesa, a população era dividida em dois grupos: os homens livres (holandeses, portugueses e brasileiros) e os escravos (de procedência brasileira ou africana).

V. Quando da invasão holandesa ao nordeste do Brasil, a Paraíba era a terceira capitania em ordem de grandeza e importância econômica na colônia, sendo precedida pela Bahia e Pernambuco. Era esta riqueza e prosperidade que atraía os invasores.

Estão corretas apenas as afirmativas:

A) I, IV e V.

B) II e III.



C) I, III e V.

D) II e IV.

13. (FCC - 2013 - AL-PB - Assistente Legislativo)

(...) as fugas individuais e coletivas, o suicídio, o assassinato dos senhores e colonos, a destruição das fazendas de gado e das plantações dos colonos, o estupro, o furto de alimentos como farinha e milho, o casamento com o não indígena, e até a ressignificação dos valores cristãos para os aspectos relacionados às suas respectivas culturas.

(Jean Paul Gouveia Meira e Juciene Ricarte Apolinário. História Indígena no Sertão da Capitania Real da Paraíba no Século XVIII. Campina Grande: Cadernos do LEME, jan./jun. 2010, v. 2, n. 1. p. 90)

Considerando a História Colonial da Paraíba, o texto identifica

A) as inúmeras práticas indígenas de resistência à colonização portuguesa, no Sertão da Paraíba.

B) as práticas dos indígenas que contribuíram para seu desaparecimento do sertão paraibano.

C) algumas das faces do caráter dos indígenas, “ferozes guerreiros selvagens”, do Sertão da Paraíba

D) as formas de hostilidade dos indígenas do sertão, despossuídos de valores e princípios civilizados.

E) alguns aspectos da cultura das populações que viviam no litoral, na época da conquista da Paraíba.

14. (FCC - 2013 - AL-PB - Assistente Legislativo)

Além das finalidades econômicas e militares, a nascente Capitania da Paraíba cumpria funções político-administrativas e sociais. Isto por caber articular a sociedade em formação. Nela, a figura central era o capitão-mor com atribuições assemelhadas aos atuais governadores.

(José Octávio de Arruda Mello. História da Paraíba , lutas e resistência. Paraíba, Conselho Estadual de Cultura (SEC): União Editora, s/d. p. 28)

Considerando as informações do texto e o conhecimento da História da Paraíba, pode-se afirmar que a função político- administrativa da capitania tinha em vista

A) restringir o povoamento para assegurar o sucesso da capitania.

B) implantar um sistema político semelhante à Metrópole, na Paraíba.

C) possibilitar maior participação dos colonos no governo da Paraíba.



- D) garantir a subordinação da Paraíba à Metrópole, ou seja, a Portugal.
- E) transferir o poder da Capitania para a Metrópole, ou seja, a Portugal.

15. (FCC - 2013 - AL-PB - Analista Legislativo)

Após invadirem o nordeste brasileiro, os holandeses conquistaram o apoio de alguns importantes senhores de engenho e proprietários de terras. Esse apoio foi obtido com a ajuda de várias medidas empregadas pelo governo de Maurício de Nassau, dentre as quais podemos destacar

- A) a introdução de novas técnicas de cultivo da cana e a organização de um governo democrático.
- B) o estímulo à produção de diversas culturas, sem ênfase na exportação do açúcar, e ao desenvolvimento do mercado interno.
- C) a tolerância religiosa e a distribuição dos lucros da Companhia das Índias Ocidentais entre a elite local.
- D) a concessão de empréstimos e a taxação de impostos mais baixos que os cobrados por Portugal.
- E) a urbanização das regiões dominadas e a igualdade de tratamento aplicada a holandeses, portugueses, judeus e negros.

16. (FCC - 2013 - AL-PB - Assistente Legislativo)

Em face do regime de monopólios, a capitania da Paraíba foi anexada em 1755 à capitania de Pernambuco, privando-a de autonomia, até 1799. Essa anexação deveu-se

- A) à superioridade comercial da Paraíba em relação à capitania de Pernambuco.
- B) à criação da Companhia de Comércio de Pernambuco e da Paraíba.
- C) ao enfraquecimento da Companhia das Índias Ocidentais na Paraíba.
- D) ao crescimento da produção açucareira de Pernambuco e da Paraíba.
- E) à fixação das fronteiras das capitanias de Itamaracá e de Pernambuco.

17. (IPAD - 2010 - Prefeitura de Goiana - PE - Professor - Educação Infantil - 1)

As capitanias hereditárias – e por sua vez as sesmarias doadas pelos capitães – estavam sujeitas a alterações da Coroa portuguesa, a qual podia, inclusive recomprar ou reorganizar as terras doadas. Em relação à criação da Capitania da Paraíba, podemos afirmar que

- A) tem relação com a disputa por terras contestadas entre Itamaracá, Pernambuco e Rio Grande.



- B) tem relação com terras doadas a capitães como prêmio pela participação na luta contra os holandeses.
- C) tem relação com a venda de terras da Capitania de Itamaracá à Coroa portuguesa.
- D) tem relação com o Massacre de Trucunhaén, que motivou o desmembramento das terras da Capitania de Itamaracá.
- E) tem relação com os conflitos entre jesuítas e colonos por terras nas quais existiam missões jesuítas.

Texto para as Próximas Questões

Na Paraíba, a ação dos preadores havia motivado desentendimentos com os tupinambás, lá chamados de potiguaras, comedores de camarão. A resistência das comunidades formadas por esses indígenas, aliada às peculiaridades da navegação naquelas costas, cujo regime de ventos e correntes dificultava a viagem de retorno e as comunicações com Pernambuco, fez com que a guerra pela conquista da Paraíba se prolongasse durante mais de 25 anos. A inimizade surgiu pela ação de mamelucos, mestiços que andavam resgatando peças cativas e amealhando outras mercadorias, roubando-as com violência e enganos. Em 1574, o rapto de uma cunhã do sertão serviu de pretexto para o início das hostilidades entre os colonos portugueses e os habitantes da Paraíba. Nessa ocasião, dois engenhos foram assaltados e queimados e um dos donos ali foi morto. Nos 25 anos seguintes, várias outras tentativas de colonização foram patrocinadas pelas autoridades portuguesas e pelos colonos mais ricos da capitania de Pernambuco. Todas foram repelidas pelos nativos com auxílio francês.

Em 1580, um abastado colono pernambucano, Frutuoso Barbosa, ofereceu-se para conquistar esses territórios em troca de privilégios - terras e gentio. Ao chegar à boca da barra do Paraíba, ele encontrou 7 naus francesas, queimou 5 e matou alguns marinheiros. Sob ataque cerrado dos nativos e dos franceses, recuou para Pernambuco. Na segunda investida, Frutuoso limitou-se a queimar navios franceses. Em 1583, deixou Pernambuco nova expedição destinada a conquistar a Paraíba.

Depois de queimar navios e espantar os potiguaras, fundaram uma fortaleza e um povoado nas imediações da barra do rio Paraíba. Na medida em que os portugueses se assenhoreavam do litoral da Paraíba, os franceses passaram a fortificar-se na baía da Traição. Em 1586, a guarnição de soldados portugueses e espanhóis bateu em retirada. Nova expedição vinda de Pernambuco, em 1586, conseguiu desalojar os franceses da baía da Traição, mas não conseguiu dobrar a resistência dos potiguaras. Os franceses rumaram para o Rio Grande.

Adriana Lopez e Carlos Guilherme Mota. História do Brasil: uma interpretação. São Paulo: SENAC, 2008, p. 97-100 (com adaptações).



18. (CESPE - 2009 - PC-PB - Agente de Investigação e Agente de Polícia)

Segundo o texto, além das dificuldades inerentes à navegação na área, os problemas vividos pelos portugueses e colonos de Pernambuco, nas tentativas de conquista da Paraíba, explicam-se, entre outros fatores, pela

- A) reação dos índios locais aos luso-brasileiros que queriam aprisioná-los e escravizá-los.
- B) recusa da Coroa portuguesa em auxiliá-los na difícil empreitada.
- C) imensa distância marítima que teriam de vencer para alcançar a região.
- D) impossibilidade de comunicação verbal com os indígenas locais.
- E) diversidade étnica e cultural a ser enfrentada no território paraibano.

19. (CESPE - 2009 - PC-PB - Agente de Investigação e Agente de Polícia)

Quanto ao processo de conquista do território paraibano, ainda no primeiro século da colonização portuguesa no Brasil, assinale a opção incorreta.

- A) A reação dos potiguaras mostrou-se vigorosa e, não raro, contou com ajuda de outros europeus.
- B) A conquista foi rápida, tal como se estendeu o processo de ocupação da área.
- C) Ações dos luso-brasileiros, com roubos, engodos e preações, motivaram a hostilidade dos potiguaras.
- D) Pernambuco constituiu-se em área nuclear da conquista do litoral nordestino, inclusive da Paraíba.
- E) A agroindústria açucareira garantiu a colonização do Nordeste.

20. (CESPE - 2009 - PC-PB - Agente de Investigação e Agente de Polícia)

Infere-se do texto que o processo de ocupação e conquista da Paraíba, como, de resto, de quase todo o Brasil, por parte dos luso-brasileiros, foi também marcado pelas disputas entre países europeus pela posse das terras e das riquezas americanas. Isso se confirma no texto, que enfatiza

- A) a presença holandesa no Nordeste, impulsionada pelo extrativismo vegetal.
- B) a insistência dos contrabandistas ingleses na exploração do pau-brasil.
- C) a aliança entre os franceses e os tupinambás que viviam na Paraíba.
- D) o esforço dos calvinistas em evangelizar as populações nativas do Brasil.
- E) a disposição dos espanhóis em assegurar seu domínio em toda a América.



21. (AOCP - 2009 - CASAN-SC - Advogado)

Segundo Capistrano de Abreu, “Os donatários poderiam fundar vilas, com termo, jurisdição, insígnias, ao longo das costas e rios navegáveis, seriam senhores das ilhas e adjacente até distâncias de dez léguas da costa” (Capistrano de Abreu, Capitanias Hereditárias, Cap. V, pag.65). Assinale a alternativa INCORRETA a respeito das Capitanias Hereditárias.

- A) A ocupação do litoral brasileiro se deu de forma desigual, sendo que as capitanias de Pernambuco e de São Vicente foram as que mais prosperaram devido à precoce experiência agrícola e às alianças estabelecidas por seus donatários com os nativos.
- B) A doação de uma capitania era feita através de dois documentos: a “Carta de Doação” que, entre outros, concedia a posse da terra ao donatário permitindo que a deixasse como herança aos seus filhos, mas impedindo-o de vendê-la. A “Carta Foral” definia a participação dos lucros da Coroa na capitania doada.
- C) Hoje chamada de Laguna, a cidade catarinense, antes mesmo de ser povoada entrava para a história sendo considerado o marco no extremo sul do país na demarcação das terras portuguesas definidas pelo Tratado de Tordesilhas, tratado esse que também definia limites para as Capitanias Hereditárias.
- D) O território catarinense não sofreu influências em sua formatação territorial após a extinção das Capitanias Hereditárias, pois ali não houve esse tipo de aquisição de terras, tendo a hoje cidade de Laguna, passado pela história apenas como o ponto que demarcou o fim da linha divisória do Tratado de Tordesilhas.
- E) Os direitos das Capitanias eram hereditários, mas a posse restrita aos donatários cabendo somente 20% das terras. O restante delas deveria ser doado, em regime de sesmarias, a “homens de muita posse e família”, nunca mais de uma sesmaria para cada um, que deveriam morar nas terras.

22. (FCC - DPE-BA - Defensor Público / 2016)

Uma das formas de ocupação do território baiano se deu por meio das entradas. Essas expedições

- A) aconteciam, no século XVI, com o aval da Coroa, para viabilizar a instalação das Capitanias e garantir o abastecimento de mão de obra, mas foram regulamentadas localmente, no século seguinte, de modo que se restringissem ao mapeamento e delimitação das fronteiras.
- B) ocorreram durante o século XVI e início do XVII, contribuindo para a ocupação do interior do território e o aprisionamento de índios para a exploração de sua força de trabalho; sendo ainda empreendidas mesmo após a chegada das primeiras levas de escravos africanos.
- C) objetivavam explorar o território a fim de identificar possíveis focos de minérios; eram organizadas localmente e de forma independente pelos colonos, sendo por isso, extintas pelo Governo Geral em meados do século XVI.



D) foram especialmente abundantes no século XVIII; ocorriam em represália a ataques indígenas e contavam com o apoio dos jesuítas, no contexto da chamada Guerra Justa, resultando, concomitantemente, na fundação de fortalezas e vilas.

E) resultaram em práticas costumeiras de extermínio indígena, como as “guerras aos bárbaros”, obrigando o Governo Geral a formular leis de proteção aos mesmos, por pressão da Igreja Católica, e a substituir oficialmente as entradas pelas bandeiras no início do século XVII.

23. (FCC - DPE-BA - Defensor Público / 2016)

Considere os dois excertos a seguir:

I. (...) as sociedades de estamentos, em geral, apresentam uma mobilidade mínima, tanto horizontal quanto vertical. A sociedade colonial, ao contrário, configura uma sociedade estamental com grande mobilidade, e é essa conjunção surpreendente e mesmo paradoxal de clivagem com movimentação que marca a sua originalidade.

(NOVAIS, Fernando. “Condições da privacidade na colônia”. In: MELLO e SOUZA, Laura (org). História da vida privada no Brasil, v. I: cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 30)

II. (...) cristalizaram-se na América Portuguesa múltiplas manifestações de religiosidade privada. A abundante diversidade (...) explica-se antes de mais nada, pela multiplicidade dos estoques culturais presentes desde os primórdios da conquista e ocupação do Novo Mundo, onde centenas de etnias indígenas e africanas prestavam culto a panteões os mais diversos.

(MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: MELLO e SOUZA, Laura (org.) História da vida privada no Brasil, v. I: cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 220)

A sociedade baiana no período colonial compartilha as características enfatizadas nos trechos acima. Os trechos I e II, referem-se, respectivamente, a

- A) equilibrada democracia social; e a cristalização de manifestações étnico-religiosas.
- B) relativa mobilidade social; e a densa formação de estoque cultural por meio da conquista.
- C) grande clivagem cultural; e a forte religiosidade no âmbito da vida privada.
- D) configuração estamental horizontal e vertical; e a singular unidade identitária.
- E) combinação ambígua de clivagem e mobilidade sociais; e a diversidade de cultos e crenças.

24. (FUNRIO - IF-BA - Auxiliar em Administração / 2016)

Foi na Bahia, entre _____ e _____, que a frota de Pedro Álvares Cabral ancorou, no ano de 1500, marcando o descobrimento do Brasil pelos europeus e a celebração da primeira missa, na praia da Coroa Vermelha, feita por frei Henrique Soares de Coimbra.



Quais os nomes das duas cidades que devem preencher corretamente as lacunas?

- A) Caravelas e Prado.
- B) Olivença e Valença.
- C) Porto Seguro e Ilhéus.
- D) Alcobaça e Porto Seguro.
- E) Santa Cruz de Cabrália e Porto Seguro.

25. (CONSULTEC - CFO PM / 2012)

I. Os povos indígenas na Bahia estão inseridos em dois contextos históricos e regionais básicos e bem definidos: o do semiárido nordestino ao norte do estado, praticamente todo ele conquistado por frentes de expansão da pecuária durante o século XVII, e onde boa parte da população indígena sobrevivente à conquista foi reunida até o século XVIII, em aldeamentos missionários de ordens religiosas, como as dos jesuítas e franciscanos; e o da Mata Atlântica e litoral ao sul e Extremo Sul do Estado, onde a conquista se iniciou ainda no século XVI e aldeamentos missionários foram implantados já na segunda metade deste, mas em que o processo de conquista, sobretudo das matas do interior, se fez de modo muito lento, prolongando-se até as décadas iniciais do século XX, quando os dois últimos bandos indígenas ainda autônomos no Estado — Hã-Hã-Hãe e Baenã — foram atraídos ao Posto Indígena Caramuru do SPI (Serviço de Proteção aos Índios), no atual Município de Itaju da Colônia.

(SAMPAIO, 2012).

II.



A partir da análise dos textos I e II e dos conhecimentos sobre a questão indígena no Brasil, pode-se afirmar:

- A) O processo de autorreconhecimento e de luta pela posse da terra tem acirrado os conflitos, no sul da Bahia, entre índios e não índios, e forçado o reconhecimento das terras indígenas pela justiça.



- B) Os benefícios provenientes da industrialização da Região Sul e Sudeste do Estado, com o aumento da rede de atendimento hospitalar e saneamento básico, resultou no aumento da população indígena nessa região.
- C) A utilização exclusiva da mão de obra escrava indígena, na economia canavieira, na Região Sul da Bahia, provocou o surgimento de aldeamentos missionários específicos para sua catequização.
- D) A superioridade intelectual e cultural da civilização europeia e da raça branca possibilitou o processo que resultou na colonização da Bahia.
- E) A expansão da pecuária, durante o período colonial, que exterminou por completo as populações indígenas da Bahia, tornou desnecessária a criação de reservas indígenas no Estado.

26. (FCC - 2013 - AL-PB - Assistente Legislativo)

Contando em 1774 com (...) uma população total de 52.000 habitantes em toda capitania, a Paraíba tornou-se presa para o Tribunal do Santo Ofício. Especialistas sustentam haver sido ela a capitania mais perseguida pela instituição, depois do Rio de Janeiro (...)

No Brasil, a Inquisição significou mecanismo do pacto colonial, ou seja, de transferência de riqueza de colônia para a metrópole.

(José Octávio de Arruda Mello. História da Paraíba, lutas e resistência. Paraíba, Conselho Estadual de Cultura (SEC): União Editora, s/d. p. 81-82)

A partir do texto pode-se afirmar que a atuação da Inquisição na capitania, no século XVIII,

- A) foi um dos elementos responsáveis pelo atraso econômico da Paraíba.
- B) fez com que a Paraíba superasse sua mais séria e longa crise financeira.
- C) foi uma das causas pelo declínio da exploração metropolitana na Paraíba.
- D) fez com que a metrópole aplicasse uma brutal alta de impostos na Paraíba.
- E) foi responsável pelo crescimento da produção de subsistência na Paraíba.

27. (FCC – 2013/AL-PB/ASSESSOR TÉCNICO LEGISLATIVO)

As dificuldades encontradas pelos portugueses na conquista da Paraíba tiveram relação com:

- A) a prévia ocupação francesa na região, e as alianças entre os franceses e as tribos Potiguaras.
- B) a animosidade dos índios Tabajaras que, ao resistirem às tentativas de ocupação, provocou seu extermínio.
- C) os ataques empreendidos pelas vilas coloniais, fundadas por espanhóis e densamente fortificadas.



D) o descaso da Coroa com a conquista dessa região, uma vez que nenhum tipo de exploração econômica havia sido implantado.

E) o fracasso das sucessivas expedições de conquista que, devido às intempéries marítimas, jamais chegaram ao seu destino.

28. (FCC – 2013/AL-PB/ANALISTA LEGISLATIVO)

Segundo o historiador José Octávio de A. Mello, foram responsáveis pela ocupação do litoral e brejos e do interior da Paraíba, nos séculos XVI e XVII, respectivamente:

A) a sesmaria, grande propriedade produtora de algodão, e o binômio couro/tabaco

B) a produção agrícola voltada para o comércio interno, e o binômio algodão/tabaco.

C) o latifúndio, unidade produtora de cana-de-açúcar, e o binômio pecuária/algodão no sertão.

D) o minifúndio, unidade produtora de alimento e matéria-prima, e a monocultura de açúcar no litoral.

E) a economia de subsistência, com base na mão de obra livre, e a agroindústria açucareira no sertão.

29. (FCC – 2013/AL-PB/ASSESSOR TÉCNICO LEGISLATIVO)

A fundação, no final do século XVI, de conventos e mosteiros na Paraíba, então denominada Filipéia de Nossa Senhora das Neves, foi vista com bons olhos pelos colonos, pois estes:

A) encontravam-se em minoria, acuados por tribos hostis, razão que os fez solicitar da Coroa e do Papa a instalação de missões jesuíticas fortificadas, no interior das quais pudessem habitar.

B) pretendiam fazer prevalecer o catolicismo e combater as religiões protestantes, como o calvinismo trazido pelos conquistadores franceses, ao qual a população local havia aderido massivamente.

C) acreditavam que a presença de religiosos contribuiria para a catequização e a “pacificação” das aldeias indígenas nas proximidades, garantindo a segurança da população branca.

D) ansiavam estabelecer trocas comerciais com os índios, como o escambo, prática que até então não havia sido implementada, uma vez que somente os freis eram os únicos autorizados a fazer esse tipo de transação.

E) reivindicavam a presença de ordens religiosas naquele território uma vez que, as famílias se sentiam desamparadas pela Igreja, desde a expulsão dos jesuítas, no século anterior.

30. (FCC – 2013/AL-PB/ASSESSOR TÉCNICO LEGISLATIVO)

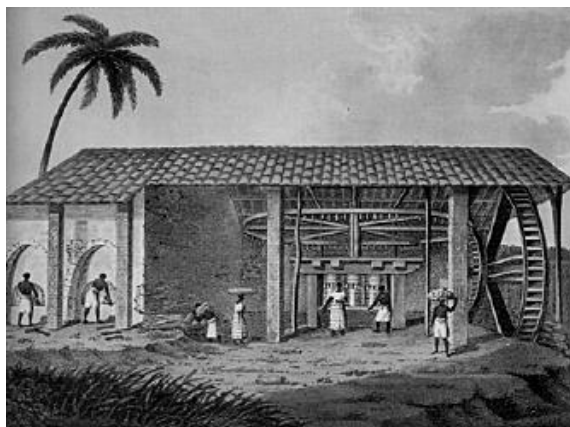
Missionários e bandeirantes tiveram importante papel no processo de conquista do interior da Paraíba. As bandeiras eram:



- A) expedições que, em geral, se valiam do curso natural dos rios e tinham por objetivo aprisionar índios para vendê-los como escravos.
- B) incursões oficiais da Coroa no interior do território brasileiro a fim de abrir caminhos e construir vias férreas.
- C) caravanas de colonos responsáveis pela instalação nas vilas, de uma grande cruz e a bandeira portuguesa, como símbolos da colonização.
- D) tropas militares bem armadas e chefiadas por um colonizador europeu, conhecedor da região, a fim de eliminar tribos hostis.
- E) grupos de viajantes estrangeiros interessados em pesquisar, explorar e mapear a fauna, a flora e os nativos do continente americano.

31. (Upe 2014)

Observe a imagem a seguir:



(Disponível em: http://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Engenho_de_acucar_1816.jpg)

Ela ilustra um engenho de açúcar, típica unidade de produção do nordeste colonial. Com base na imagem e na realidade histórica por ela ilustrada, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Esse engenho movido por força hidráulica é uma realidade do século XVIII, embora anteriormente fosse utilizada a força humana ou a força animal para fazê-lo funcionar.
- B) A presença exclusiva de mão de obra escrava negra, na imagem, denota a exclusão dos indígenas como trabalhadores, escravos ou livres, da indústria açucareira.
- C) Engenhos de grande porte, como o da ilustração, só foram introduzidos na América Portuguesa em meados do século XVII, pelos holandeses que ocupavam a capitania de Pernambuco.
- D) A mão de obra utilizada nos engenhos, escrava ou livre, muitas vezes, era formada por trabalhadores especializados.
- E) A mão de obra indígena só foi utilizada, no período colonial, em regiões como São Paulo e Rio de Janeiro, não se fazendo presente nos engenhos do nordeste colonial.



32. (Upe 2010)

O trabalho cria riquezas sociais que, nem sempre, são divididas e servem para efetivar sociedades equilibradas. O uso da escravidão mostra a existência da exploração, mesmo nos tempos modernos. A escravidão:

- A) foi utilizada nas colônias europeias até o século XVIII, na agricultura, apresentando grande lucratividade nos negócios agrícolas.
- B) tinha lugar no trabalho doméstico, apenas nas colônias portuguesas e inglesas, sendo ineficaz no comércio.
- C) conseguiu se firmar nas colônias espanholas; sem êxitos expressivos, nas colônias inglesas, devido aos preconceitos raciais.
- D) deu condições para favorecer o crescimento da burguesia, que lucrava com o comércio da época e firmava seus interesses.
- E) inexistiu no trabalho, nas minas de ouro da América, sendo utilizada na agricultura latifundiária e nos serviços urbanos.

33. (Upe 2009)

As sociedades mudam suas práticas sociais e conservam outras através da sua convivência no decorrer do tempo histórico. Na época da colonização portuguesa, havia, no Brasil, uma sociedade marcada pela escravidão e a injustiça social. Nos engenhos produtores de açúcar,

- A) predominava o trabalho escravo e o poder dos proprietários, sem a interferência da religião, ausente do núcleo de dominação.
- B) havia mais liberdade social do que nos centros urbanos, devido à presença de núcleos de trabalho livre em quantidade expressiva.
- C) permaneciam relações de poder patriarcais na vida social, sendo a riqueza produzida importante para Portugal e sua colonização.
- D) mantinham-se práticas sociais hierarquizadas para os escravos, havendo liberdade para as mulheres.
- E) existia uma participação dos valores do catolicismo numa luta cotidiana contra a escravidão dominante nas relações sociais.

34. (Ufpb 2012)

O Rei de Portugal, em Carta Régia datada de 1701, proibia a criação de gado em uma faixa de dez léguas a partir do litoral brasileiro. No caso da Paraíba, essa medida intensificou a ocupação do sertão e, conseqüentemente, o conflito com os indígenas que habitavam essa região. Considerando a ocupação do interior da Paraíba e os conflitos entre colonizadores e índios, é correto afirmar:



- A) A intervenção pacificadora de Teodósio de Oliveira Ledo, conhecido defensor dos índios, foi fundamental para pôr fim a esses conflitos.
- B) A falta de aliança entre as tribos locais facilitou o domínio dos colonizadores, reduzindo os conflitos a insignificantes combates.
- C) A recusa dos sertanistas em participar dos conflitos com os índios da região decorre da existência de alianças entre os dois grupos.
- D) A aliança entre os Potiguara e os Tabajara, ponto central do conflito sertanejo, tornou esse dois povos os únicos resistentes à ocupação.
- E) A defesa do território pelos nativos teve como destaque a aliança intertribal conhecida como Confederação dos Cariris.

35. (Ufal 2007)

Considere o texto.

O negro, a princípio tão medroso do tapuia e do mato grosso, se assenhoreou depois de algumas das florestas mais profundas do país e submeteu às suas tentativas rudes de colonização policultora, realizadas quase dentro das florestas virgens (...). O máximo de aproveitamento da vida nativa. Inclusive das palmas das palmeiras para numerosos fins, a começar pela habitação: arte em que o negro tornou-se o rival do indígena, a ponto do mucambo de palha ter se tornado tão ecológico como qualquer palhoça indígena. O exemplo de Palmares já se tornou clássico. E é tão conhecido que seria banal recordá-lo ainda uma vez. Mesmo porque não é o único na história do Nordeste.

(Gilberto Freyre. "Nordeste". Rio de Janeiro: Record, 1989. p. 81)

O autor mostra como os habitantes dos quilombos do Nordeste, no período colonial, exploravam o meio ambiente. Analisando o texto, pode-se afirmar que o autor sugere que os quilombolas

- A) entraram em conflitos com os índios pela disputa por terras férteis.
- B) organizaram seu modo de vida adequando-se às condições naturais.
- C) destruíram as condições ambientais com a colonização policultora.
- D) evitaram adentrar na floresta por medo de serem atacados por índios.
- E) contribuíram, como os fazendeiros, na devastação das florestas naturais.





1. Alternativa A
2. Alternativa D
3. Alternativa B
4. Alternativa A
5. Alternativa C
6. Alternativa B
7. Alternativa D
8. Alternativa A
9. Alternativa B
10. Alternativa E
11. Alternativa D
12. Alternativa A

13. Alternativa A
14. Alternativa D
15. Alternativa C
16. Alternativa B
17. Alternativa D
18. Alternativa A
19. Alternativa B
20. Alternativa C
21. Alternativa D
22. Alternativa B
23. Alternativa E
24. Alternativa E

25. Alternativa A
26. Alternativa A
27. Alternativa A
28. Alternativa C
29. Alternativa C
30. Alternativa A
31. Alternativa D
32. Alternativa D
33. Alternativa C
34. Alternativa E
35. Alternativa E



11. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Muito bem, querido concurseiro. Se você chegou até aqui é um bom sinal: o de que tentou praticar todos os exercícios. Não se esqueça da importância de ler a teoria completa e sempre consultá-la. Não se esqueça, também, dos seus objetivos e dedique-se com toda a força para alcançá-los. Sonhe alto, pois “quem sente o impulso de voar, nunca mais se contentará em rastejar”. Encontro você na nossa próxima aula.

Bons estudos, um grande abraço e foco no sucesso.

Até logo...

Prof. Sérgio Henrique Lima Reis.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.